



Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

AJUDA MEMÓRIA

VOLUME 2

Organizadores

Valter Pomar

Adriano Bueno



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

AJUDA MEMÓRIA

VOLUME 2

Organizadores

Valter Pomar

Adriano Bueno



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

AJUDA MEMÓRIA -Volume 2

Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

Organizadores: Valter Pomar e Adriano Bueno

Projeto gráfico e capa: Emilio Font

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria:

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Artur Henrique

Alberto Cantalice

Carlos Henrique Árabe

Jorge Bittar

Geraldo Magela

Valter Pomar

Conselho editorial: Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

G941a Ajuda memória [livro eletrônico] / Valter Pomar e Adriano Bueno(orgs.)

– São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2024

166 p. ; V.2

ISBN 978-65-5626-092-1

1. Título 2. Análise de conjuntura I. Pomar, Valter (org) II. Bueno, Adriano (org)

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana, 04117-091 São Paulo – SP
Fone: (11) 5571 4299
www.fpabramo.org.br
editorial@fpabramo.org.br

Sumário

Apresentação	5
Ajuda memória de 5 de julho de 2021	6
Ajuda memória de 12 de julho de 2021	12
Ajuda memória de 19 de julho de 2021	19
Ajuda memória de 26 de julho de 2021	27
Ajuda memória de 16 de agosto de 2021	36
Ajuda memória de 23 de agosto de 2021	50
Ajuda memória de 30 de agosto de 2021	52
Ajuda memória de 6 de setembro de 2021	63
Ajuda memória de 13 de setembro de 2021	71
Ajuda memória de 20 de setembro de 2021	77
Ajuda memória de 27 de setembro de 2021	83
Ajuda memória de 4 de outubro de 2021	93
Ajuda memória de 18 de outubro de 2021	101
Ajuda memória de 25 de outubro de 2021	107
Ajuda memória de 8 de novembro de 2021	115
Ajuda memória de 22 de novembro de 2021	123
Ajuda memória de 29 de novembro de 2021	129
Ajuda memória de 6 de dezembro de 2021	138
Ajuda memória de 13 de dezembro de 2021	147
Ajuda memória de 17 de janeiro de 2022	155

Apresentação

Reunimos neste livro mais algumas “ajuda memória” do grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo. Este grupo de conjuntura reúne-se periodicamente, sob coordenação de um diretor da FPA (até 17 de janeiro de 2022, o autor desta apresentação; a partir da reunião seguinte, sob coordenação da diretora Elen Coutinho), tomando como base uma síntese da semana passada, síntese esta elaborada pelo José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Após as reuniões, o coordenador elabora uma ajuda memória dos debates, para circular entre os integrantes da diretoria e do conselho curador da FPA, bem como da direção nacional do PT e parlamentares. Ao reunirmos em formato de livro as “ajuda memória”, buscamos dar uma visão de conjunto do ponto de vista dos integrantes do grupo de conjuntura acerca da evolução da conjuntura mundial, regional e nacional. Se este ponto de vista foi mais ou menos acertado, cabe a você julgar. O primeiro livro e este estão disponíveis para download gratuito. O trabalho de preparação de texto dos dois volumes foi obra de Adriano Bueno, sob minha supervisão.

Valter Pomar
18 de fevereiro de 2022

Ajuda memória de 5 de julho de 2021

A pandemia segue matando, mas a vacinação avança, ainda que lentamente. A reprimarização da economia brasileira também prossegue, mas crescem os indicadores de uma certa reanimação econômica, ainda que isto produza alteração significativa na situação social. No plano geopolítico, as visitas ao Brasil do chefe da CIA e do Comando Sul indicam que os Estados Unidos seguem firmes na linha traçada por Nixon em conversa com Médici, em 1971: para onde for o Brasil irá a América Latina.

Portanto, as grandes variáveis (sanitária, econômica, social, geopolítica) que constituem o pano de fundo da atual conjuntura se mantêm, mas com alterações importantes. As mais importantes alterações estão se dando no plano da política: as decisões do STF sobre Lula (março/2021), a decisão do STF sobre a CPI da Covid (abril/2021), as audiências da Comissão Parlamentar, as pesquisas de opinião apontando polarização entre Lula e Bolsonaro, somadas às manifestações de rua (29M, 19J e 3J) indicam um cenário instável, onde tudo pode acontecer, talvez salvo nada; afinal, é pouco provável que a atual situação se mantenha até outubro-novembro de 2022.

Atenção, em primeiro lugar, para o que está ocorrendo no cenário mundial. Nos EUA: passada a euforia inicial, o governo Biden começa a enfrentar a dura realidade: concessões à oposição no Congresso, avanço mais lento do que o esperado na vacinação, administrações de conflitos em todo o mundo (com destaque para retirada do Afeganistão, Myanmar, crise na OPEP etc.), intensa presença da esquerda na América Latina (com destaque para as futuras eleições colombianas), pressão da competição chinesa (a esse

respeito, recomenda-se o discurso de Xi Jinping na comemoração dos 100 anos de fundação do Partido Comunista).

Atenção também para a movimentação do grande empresariado capitalista. Em 2018, apoiaram majoritariamente Bolsonaro. Depois, os efeitos combinados do ultraliberalismo de Guedes, do neofascismo de Bolsonaro e da pandemia criaram divisões no empresariado, surgindo um setor disposto a apostar numa terceira via, com o objetivo de impedir o retorno do PT à presidência. Agora, a melhoria dos indicadores econômicos, combinada a polarização eleitoral e as dificuldades da terceira via, coloca o empresariado diante de uma disjuntiva: apoiar Bolsonaro para derrotar Lula e tirar Bolsonaro para abrir espaço para uma terceira via capaz de derrotar Lula. Pelo menos por enquanto, uma terceira alternativa (negociar com Lula) não granjeia muitos adeptos.

O cenário vai ficar conturbado caso a situação evolua para um racionamento e/ou apagão no fornecimento de energia elétrica. O governo está apelando para que os consumidores compriam voluntariamente seu uso de eletricidade, especialmente no horário do pico para poupar água nos reservatórios do Rio Paraná, que estão bastante secos. A indústria está pressionando para ter corte de tarifas para esse movimento, já que estão nos seus limites técnicos a capacidade de geração a partir de fontes de gás natural, biomassa e eólica. As linhas de transmissão começam a ser gargalos para a continuidade do despacho dessas fontes alternativas à hidroeletricidade. Pouco investimento, má operação dos reservatórios e perda de capacidade de intervenção colocam em choque o modelo de estímulo ao mercado livre, sem a presença do Estado. As tarifas de energia elétrica sobem com a bandeira vermelha

2 acionada pela falta de chuvas na Bacia do Paraná.

Outro complicador no terreno político-econômico: o ministro Guedes apresentou uma proposta de reforma do IR em que propõe: eliminar a isenção sobre dividendos, acabar com o Juros sobre Capital Próprio (JCP), aumentar a tributação sobre os bancos e grandes aplicadores financeiros. Limita o uso do desconto simplificado, o que pode aumentar a contribuição de pessoas sem capacidade de descontos com dependentes e despesas, reduz o imposto sobre a PJ, com limites para as PMEs, mantendo o estímulo à “pejotização”. O governo revela: são somente 20.858 pessoas que recebem 230 bilhões isentos de impostos sobre dividendos. Na proposta de Guedes há alguns estímulos às aplicações financeiras de renda fixa e desestímulo às aplicações em bolsas com o fim das isenções dos dividendos. São principalmente as grandes empresas que pagam IRPJ com base em lucro real (cerca de 5% das empresas), porque a maioria é de lucro presumido. Para as grandes, a redução do IRPJ pode não compensar o fim do JCP. A reforma deve sofrer mudanças importantes na tramitação no Congresso.

Ao mesmo tempo, o capital estrangeiro bateu recordes históricos na entrada na Bolsa de Valores: superando os R\$48 bilhões, a entrada é recorde na série desde o Plano Real, sendo o dobro do recorde anterior de 2015.

Os números fiscais estão indicando que as receitas fiscais devem seguir o início da recuperação econômica e, como sempre, se recuperarem mais rápido do que a economia. A inflação também ajuda a receita fiscal nominal e o comportamento da dívida líquida, afetada pela presença de reservas internacionais

valorizadas com o câmbio depreciado, dão margem para mais gastos do governo. As inaugurações de obras são fundamentais na estratégia eleitoral de Bolsonaro, que perde capital político com as denúncias da pandemia e o crescimento da candidatura de Lula. Além das obras, expansão de alguns programas sociais fazem parte de sua estratégia de recuperação.

Após ter atingido R\$ 376,5 bilhões em 2019, mesmo ocorrendo uma queda no atacado durante o início do ano, as receitas no campo terão uma evolução de 109% em suas receitas nos últimos dois anos. Mas os efeitos do novo ciclo de commodities se restringem ao entorno do campo e tem efeitos limitados para chegar ao resto do país, diferente dos ciclos anteriores onde o boom aumentou o crédito e o consumo, com ganhos reais dos salários, o que ajudou a aquecer o mercado de trabalho e a espriar os efeitos do dinamismo do campo. Enquanto isso, os preços do gás de cozinha sobem por causa dos preços internacionais, que também mantém altos os preços da gasolina nas bombas. O orçamento dos mais pobres sofre com o aumento da carestia. E o desemprego, não cai. O desalento tira milhões de brasileiros e brasileiras do mercado de trabalho e o pequeno sopro de crescimento do PIB ocorre convivendo com inflação crescente e desemprego alto.

Quais os impactos eleitorais dessa situação e por quanto tempo ela perdurará são incógnitas sem respostas firmes. Mas é evidente que o clima popular contamina as “instituições”. No Congresso, a dinâmica da CPI abriu espaço não apenas para confirmar a tese de que Bolsonaro é genocida, mas também trouxe à tona denúncias de corrupção na compra de vacinas e medica-

mentos. No momento, o Centrão que controla Senado e Câmara segue barrando a votação dos pedidos de impeachment, ao mesmo tempo em que faz “passar a boiada” (aprovando legislações que favorecem o grande empresariado) e tenta alterar as regras do jogo (distritão, voto impresso, coligações proporcionais). Mas se o desgaste de Bolsonaro prosseguir, o próprio Centrão pode começar a construir alternativas, do impeachment com posse de Mourão até algum tipo de parlamentarismo. Importante lembrar que as denúncias de corrupção atingem diretamente Ricardo Barros, do PP, líder do governo e articulador do Centrão. Pazuello, ex-ministro da Saúde, disse que sofreu pressões do presidente da Câmara Artur Lira e do general Ramos da Casa Civil para liberar recursos para deputados do Centrão que apoiavam Bolsonaro.

Outro terreno de batalha é o Supremo Tribunal Federal, seja por conta dos inquéritos, seja por conta da substituição de Marco Aurélio Mello (que saiu do Supremo elogiando Geisel e Figueiredo!). Vários senadores, incluindo alguns da base do governo, querem protelar a decisão sobre o sucessor de Marco Aurélio Melo no STF. Rejeitando o “terrivelmente evangélico” da AGU, os senadores querem prolongar a escolha o máximo possível. Ao mesmo tempo, alguns senadores pediram ao STF que intime o PGR Augusto Aras, para iniciar investigações sobre indícios de crime de prevaricação de Bolsonaro em relação às importações da vacina Covaxin. A ministra Rosa Weeber autorizou o início das investigações contra o presidente pelo crime de prevaricação. A PGR, autora do pedido, queria esperar o fim da CPI para iniciar as investigações. Por outro lado, Bolsonaro aumenta o tom de suas críticas ao ministro Alexandre Moraes (STF), mesmo com o

arquivamento da investigação sobre atos antidemocráticos, por causa da abertura de nova investigação sobre organização que promove esses atos. Bolsonaro considera que o ministro quer atingir seus filhos.

Outro ponto de atenção: as ruas. O movimento “Fora Bolsonaro” conseguiu novos reforços em centenas de manifestações em várias cidades brasileiras, com forte presença da periferia, jovens, mulheres e até forças políticas que não estavam participando.

As manifestações de 3J ocorreram depois que o “superpedido” de impeachment deu entrada na Câmara, com amplo apoio, que vai de representantes da direita até a esquerda. Inclui os crimes relacionados à pandemia, mas também outros 22 crimes tipificados como “de responsabilidade”, que possibilitariam o deslanche do processo de impeachment. As ruas esquentam as manifestações do “Fora Bolsonaro” e os grandes veículos da mídia tradicional e setores empresariais começam a se posicionar favoravelmente à saída do presidente, antes do final do seu mandato. O desgaste de Bolsonaro e o fortalecimento de Lula levaram vários segmentos da direita - como parte do PSL, do PSDB e do MBL - a apoiarem as manifestações de rua contra Bolsonaro a favor do impeachment; o que reforça a necessidade do PT comparecer massivamente e com visibilidade.

No dia 6 de julho a Frente Brasil Popular reúne seu Coletivo Nacional, composto por cerca de 80 organizações nacionais e regionais, para atualizar a compreensão sobre os desafios colocados pelas mudanças na conjuntura, abrir o debate sobre as bandeiras de luta e linhas de massa do próximo período, levantar

as tarefas a serem realizadas e discutir o programa que devemos construir com o conjunto das forças populares e partidos. Outro tema inescapável: a segurança das manifestações, especialmente contra infiltrações e provocadores de direita.

* * *

Recomendado: discurso da Presidenta da Constituinte chilena quando foi proclamada a sua eleição: <https://www.youtube.com/watch?v=Oobt9rppKe4>

Ajuda memória de 12 de julho de 2021

A situação política agravou-se muito nos últimos dias e horas. Três sinais disso: o pronunciamento do ministro da Defesa e dos três comandantes, atacando o presidente da CPI da Covid; o editorial do jornal O Estado de S. Paulo, intitulado “Chega de chantagem”, exigindo que Artur Lyra tramite algum dos pedidos de impeachment; e a declaração do presidente, segundo o qual: “Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”.

A crise tem múltiplos motivos, mas um deles é óbvio: as pesquisas que indicam existir uma maioria pró-impeachment e pró-vitória de Lula. Apesar de ter maioria no Congresso; apesar das eleições serem daqui há 15 meses; apesar do avanço da vacinação e apesar do grande empresariado estar lucrando muito, as perspectivas de reeleição de Bolsonaro seguem decaindo e as de Lula seguem crescendo.

É principalmente isto que gera nervosismo no andar de cima. Nervosismo, em primeiro lugar, no governo Biden, que obviamente está operando para impedir o retorno – à presidência do Brasil – de

um presidente que apostou em uma política externa ativa e ativa, aproximando-se entre outros da China e da Rússia. Vale dizer que os EUA têm outros motivos de preocupação, além é claro da fixação de montar uma “frente democrática contra o autoritarismo chinês”: é o caso, com destaque, da situação na Colômbia, peça essencial na ação político-militar dos EUA na América do Sul. Os acontecimentos no Haiti e em Cuba indicam, de maneiras diferentes, que estão em curso operações encobertas onde o dedo da CIA certamente está presente. Lembrando que recentemente veio ao Brasil o novo diretor da CIA, reunir-se com Bolsonaro e com comandantes militares.

O nervosismo se estende aos militares: para além de motivações geopolíticas e estratégicas, tudo indica que na raiz da escalada retórica dos militares há, também, motivos digamos “menores” (embora as quantias citadas não sejam menores). O enfraquecimento de Bolsonaro expõe o “Partido Militar”, provocando crescente descrédito numa instituição muito zelosa por sua imagem e confirmando o risco permanente, para a democracia e para a Justiça, que decorre do disposto pelo artigo 142 da Constituição e da existência de uma “justiça militar” corporativa. Certamente, nas Forças Armadas se está discutindo como reduzir danos (mesmo que a custa de maiores danos para as liberdades). Pode ser que exista, inclusive, quem proponha ceder os anéis (Bolsonaro) em troca de manter os dedos. Até porque o vice-presidente é um general.

O nervosismo atinge, particularmente, os defensores da chamada terceira via, cuja prosperidade eleitoral depende do esvaziamento da atual polarização entre Lula e Bolsonaro. Para enfrentar esta dificuldade surgem propostas de todo tipo, entre as quais: o impeachment de Bolsonaro seguido de um governo Mourão, no

curso do qual seria possível articular uma terceira via capaz de derrotar Lula; a adoção de outro sistema político, agora denominado de “semi-presidencialismo”, lembrando a manobra feita em 1961 e tentada em 1993; além de movimentos no sentido de “enquadrar” Lula, inclusive a bizarra proposta dele ser candidato a vice (um dos nomes citados para encabeçar a chapa, neste caso, seria o de Nelson Jobim).

Por todos estes e por diversos outros motivos, a conclusão é que estamos numa conjuntura tensa, que parece improvável que o país consiga suportar por mais 15 meses (especialmente se o ocorrer um “apagão”). O que reforça a importância das manifestações populares (a próxima será em 24 de julho) e da unidade dos que lutam pelo Fora Bolsonaro.

A seguir, mais alguns elementos desta conjuntura.

Completando 30 anos em 2021 o Mercosul vive uma crise. Na passagem da presidência da Argentina para o Brasil, Bolsonaro enfatizou a necessidade de flexibilização das regras e Fernandez, da Argentina, chamou a atenção para a necessidade de consenso para as mudanças. O Uruguai, por seu turno, está anunciando que buscará parceiros fora do bloco.

O PSL filiou o apresentador Datena para ser um potencial candidato a presidente e procura se aproximar do general Santos Cruz, numa busca de alternativa mais à direita para enfrentar Lula e Bolsonaro. O PSL tenta atrair também o Podemos e o MBL.

O TSE tirou o presidente do Patriotas, Adilson Barroso, o que pode dificultar a entrada de Bolsonaro no partido. A crise interna entre bolsonaristas e outros dentro do Patriotas se acirrou.

Cresce o “bloco dos traídos por Bolsonaro” nas manifestações

de rua, com o PSDB, MBL, “Vem para a Rua” e outros grupamentos de direita participando dos movimentos de rua pelo Fora Bolsonaro. São também anti-Lula.

O Diretório Nacional do PSOL rejeita tese de candidatura própria para 2022, antecipando possível resultado do congresso de setembro.

O Podemos aguarda até setembro a posição de Sergio Moro sobre sua potencial candidatura.

Gilberto Kassab (PSD) defende Rodrigo Pacheco (DEM) como potencial candidato a presidente em 2022.

TSE e o presidente do Senado reagem às acusações de Bolsonaro sobre as eleições, seguidos de 8 partidos, incluindo alguns da base do governo - DEM, MDB, PSDB, Novo, PV, PSL, Solidariedade e Cidadania - em defesa do voto eletrônico.

A tensão com os militares aumentou com a nota do general Braga Neto, ministro da Defesa, e os comandantes militares atacando o presidente da CPI acusado de generalizar os ataques às Forças Armadas com acusações de corrupção. O presidente Omar Aziz, o vice presidente Randolfe Rodrigues e o relator Renan Calheiros responderam que não aceitam intimidações militares e o trabalho de investigação da CPI vai continuar.

“Caguei. Caguei para a CPI. Não vou responder nada” foi a resposta de Bolsonaro ao pedido de informações enviado pela CPI sobre o depoimento do deputado Luis Miranda sobre a Covaxin.

Novas denúncias de corrupção aparecem nos órgãos de controle agora também identificando sobrepreço na compra de diluentes das vacinas. As disputas entre os grupos militares e os ligados ao Centrão nas compras do Ministério da Saúde compõem o ambiente

em que as denúncias estão aparecendo.

O relator Renan Calheiros (MDB) quer a convocação do ministro Onyx Lorenzoni para depoimentos sobre a acusação de adulteração de faturas da Covaxin, levando para mais perto de Bolsonaro as investigações.

Na mais recente pesquisa do Datafolha, Lula amplia a diferença e tem sua maior aprovação entre os desempregados e os que ganham até 2 salários mínimos, e com Bolsonaro mais apoiado entre os empresários e entre os que ganham de 5 a 10 salários mínimos. As pesquisas do Datafolha também registraram, pela primeira vez, uma maioria de opiniões favoráveis ao impeachment de Bolsonaro, considerado amplamente como incapaz de continuar governando o país. A pesquisa do voto espontâneo, em que Lula ganha de Bolsonaro, mostra as dificuldades de uma terceira alternativa. O único que aparece é Ciro com uma proporção muito abaixo dos dois líderes.

Frente a essas dificuldades, algumas lideranças dessa alternativa, especialmente grupos empresariais, começam a se movimentar em direção a uma posição mais firme para a retirada de Bolsonaro do Governo e a busca de um substituto que enfraqueça a possibilidade de vitória de Lula - o vice Mourão, por exemplo - em nome de uma pretensa defesa da democracia em abstrato.

Nesse contexto de fortalecimento de Lula, também crescem as especulações e pressões para uma saída de ruptura institucional por parte de facções do governo, numa tentativa de saída miliciana para a possibilidade de derrota eleitoral.

O uso de câmeras no uniforme dos policiais reduziu drasticamente a letalidade policial em SP. Caiu para zero o número de mor-

tes associadas a ação de 15 batalhões da PM/SP em junho, depois de um mês de uso de câmeras nos uniformes, sugerindo a violência policial como causa das mortes que atinge principalmente a população negra.

Além do desemprego recorde, milhões de pessoas que desistiram de procurar trabalho desalentadas com o futuro, da precarização das relações de trabalho e redução dos salários dos que permanecem ocupados, a economia brasileira do pós pandemia vai viver uma situação de maior concentração da propriedade com um processo acelerado de fusões e aquisições (F&A) que reconcentra o capital no país.

Quase 53 bilhões de reais de propriedades de empresas médias e grandes mudaram de donos, enquanto milhares de pequenas e médias empresas estão fechando e sendo recompradas por outros grupos do varejo e dos serviços. Espera-se grandes mudanças na estrutura de propriedade da petroquímica e do gás natural, além de alterações importantes no comércio varejista, operações financeiras, tecnologias da informação e complexo econômico da saúde.

O capitalismo brasileiro pós pandemia terá lideranças de empresas maiores, mais integradas, mais capitalizadas e com interesses mais diversificados.

O grande empresariado começa a se mobilizar para mudar a proposta de reforma do IR apresentada pelo ministro Guedes ao Congresso. Mais de 120 entidades empresariais enviaram carta ao presidente da Câmara Artur Lira criticando as medidas e o ministro se reuniu com grandes lideranças empresariais, sinalizando mudanças das propostas de impacto sobre lucros e dividendos

e sobre o IRPJ. Ao defender a sua proposta de reforma do IR, o ministro Guedes lembrou que as alíquotas de IR sobre dividendos são de zero no Brasil e 22% e 38% nos EUA e França, respectivamente, por exemplo. Os empresários querem que o Congresso vote primeiro a reforma administrativa, para depois discutir as mudanças que impactam no sistema tributário. Os empresários conseguiram a promessa de Guedes de que as alíquotas e outras medidas que afetam a tributação sobre as PJ serão revistas e retiradas da proposta.

Os partidos da centro direita - DEM, PSDB, MDB, Podemos, Cidadania, Solidariedade, PV e Novo - se posicionaram contra a proposta de Guedes e vão destacar o aumento da carga tributária “em geral”.

As oposições reforçam o apoio aos impostos sobre lucros e dividendos, fim do juros sobre capital próprio e defendem mais progressividade na tabela de IR, com os maiores rendimentos pagando mais do que os pequenos.

As últimas estimativas da ONS são de que os reservatórios da Bacia do Paraná chegarão a menos de 10% de sua capacidade em novembro, apesar das medidas de restrição da vazão. Furnas tem hoje 28% e deve cair para menos de 10% em outubro, com Itumbiara sendo o caso mais grave com os atuais 9%, chegando a 5% em outubro. Algumas das usinas terão que ser desligadas por falta de água para rodar as turbinas. As termoelétricas a gás natural estão nos seus limites, o gás é muito mais caro e as renováveis têm limites nas linhas de transmissão. As térmicas que funcionam com biomassa ainda têm algum espaço para crescer. O caso é muito grave, apesar do negacionismo do governo que apela ao ajuste vo-

luntário e penaliza o consumidor cativo com tarifas mais elevadas. Falta de investimentos, operação desastrosa e falta de planejamento são responsáveis pela crise.

A desindustrialização brasileira se reflete na representação de suas entidades. A outrora poderosa FIESP se transformou numa representação de um conjunto de pequenas e médias empresas industriais, com as grandes operando diretamente com o poder público. A eleição de Josué Gomes, filho de Jose Alencar, mantém essa tradição de representar os que estão fora do poder. Muito esperneio, mas pouca efetividade na defesa de uma pauta industrialista em um país que volta aos produtos primários.

As projeções de longo prazo, na safra 2024/2025, indicam que a produção nacional de grãos deverá atingir 300 milhões de toneladas, volume que seria alcançado na safra 2027/2028. Além de grãos, no momento, o país exporta de alface, chicória, tomate, uva, melancia, melão até a soja. É uma lista crescente de produtos que, cada vez mais, ganham o mercado internacional. O Brasil manterá papel importante no cenário mundial da produção de alimentos, porém com a incorporação menor de nova áreas, menos emissão de gases do efeito estufa, maior produtividade e melhor gestão. Situação que tem permitido 20 municípios espalhados pelo interior, onde o agronegócio predomina, apresentar receitas agrícolas, em alta, que se reflete em vendas de carros, aviões e no varejo; entre essas 20 cidades, 17 estão localizadas no Centro-Oeste e 4 no Nordeste.

Ajuda memória de 19 de julho de 2021

A semana que passou e a que começa incluem vários aconte-

tecimentos no âmbito internacional. Na África, é preciso atenção para os conflitos em curso, que giram em torno de uma decisão judicial contra o ex-presidente Zuma. Na América Latina, há pelo menos quatro temas que merecem nosso acompanhamento: Haiti e Cuba, Chile e Peru.

No caso do Haiti, tivemos no dia 7 de julho o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em operação que contou com a participação de 28 mercenários, 26 deles colombianos e 2 haitiano/norte-americanos. Um dos colombianos é Manuel Alberto Grosso Guarín, primo de Rafael Guarín, Conselheiro para Assuntos de Segurança Nacional do presidente da Colômbia Ivan Duque. Em entrevista à W Radio, da Colômbia, Yuli Uribe, esposa do mercenário Francisco Eladio Uribe, disse que seu marido foi contratado por uma empresa de nome “CTU” a US\$ 2.700 por mês para cuidar da segurança de famílias de xeiques. A Counter Terrorist Unit – CTU é uma empresa de segurança privada situada em Miami, com registro de 2019 e que tem como presidente Antonio Intriago, um venezuelano anti-chavista. Já Intriago se reuniu com Ivan Duque em Miami, em janeiro de 2018, durante a campanha presidencial deste. Ele também é sócio de Antonio Esquivel, da “Junta Patriótica Cubana”, responsável por uma série de atentados contra Fidel Castro. Um dos suspeitos pela encomenda do crime é o médico Christian Emmanuel Sanon, que tem moradia em Miami e foi preso pela polícia haitiana. Os mercenários entraram no Haiti através da República Dominicana. Por ela, os mercenários entraram no Haiti, já que tal país não exige visto para ingresso de colombianos.

No caso de Cuba, tivemos no dia 11 de julho atos e mobilizações, em resposta a um acumulado de questões. Além das

dificuldades internas, que se devem a problemas que podemos dizer são 99% cubanos; existem os problemas que derivam do bloqueio, que teve 243 novas restrições introduzidas durante a gestão Trump e que foram mantidas pela gestão Biden. E a isso se agrega a pandemia, que afetou diretamente a maior fonte de ingressos na Ilha, o turismo. Vale lembrar que Cuba tem 1537 mortes por Covid-19. Já o Peru tem 187 mil mortes; a Colômbia 112 mil; o Chile 33 mil. Indo além, notamos que Cuba exhibe números melhores inclusive do que países nórdicos, como a Suécia, com 14 mil (a população dos países citados é, respectivamente: Cuba 11,3 milhões; Peru 32,51 milhões; Colômbia 50,34 milhões; Chile 18,85 milhões; Suécia 10, 23 milhões). As manifestações do dia 11 de julho foram precedidas e seguidas de uma campanha midiática contra o governo cubano, desenvolvida fora do país. O analista de redes Julián Macías demonstrou como foram dois milhões de twitters com a hashtag SOS CUBA, puxados, em grande parte, por 1500 contas externas ao país criadas na semana dos protestos. Ao contrário de Chile e Colômbia, em que o Estado tirou a visão de 460 manifestantes e matou 74, a reação do governo cubano se concentrou em convocar manifestações de seus apoiadores.

No caso do Chile, tivemos no dia 18 de julho eleições primárias, que precedem as eleições presidenciais de 21 de novembro (primeiro turno). O mecanismo das primárias, que não existe no Brasil, permite que a cidadania possa participar da decisão acerca de quem serão as candidaturas presidenciais de partidos e coalizões decidam quem serão seus candidatos. Dentre os partidos e coalizões que participaram, sagraram-se vencedores: pela esquerda o ex-líder estudantil Gabriel Boric e pela direita o presidente

do Banco del Estado do Chile, Sebastian Sichel. Além dessas duas, certamente haverá outras candidaturas presidenciais, lançadas por partidos e coalizões que não participaram das primárias.

Discurso de Gabriel Boric: <https://www.youtube.com/watch?v=3VIDOH5NXNI>

Finalmente, no Peru a justiça oficializou a eleição de Pedro Castillo, cuja posse deve ocorrer no dia 28 de julho.

* * *

No Brasil, como no resto da região, a situação segue instável. A pandemia segue adoecendo e matando, com previsões contraditórias: alguns falam que a cepa Delta pode gerar nova onda de internações e óbitos, outros consideram que os patamares de vacinação vão prosseguir reduzindo, de maneira sustentada, tanto as internações quanto as mortes. A economia, por sua vez, ecoa a famosa frase do ex-presidente-ditador Medici: o capital vai bem mas o povo segue mal. Entretanto, no terreno da política a crise persiste. A CPI da Covid confirma a cada dia que o negacionismo e o negocismo estavam de braços dados, com militares envolvidos do quepe ao coturno em atos de corrupção. Caso a CPI indiciasse militares e sugira o impedimento de Bolsonaro, como irão reagir a cúpula das forças armadas e o presidente? Este último reiterou seus ataques ao voto eletrônico, enquanto no Congresso se cozinham alterações profundas na legislação eleitoral (distritão, vice-presidencialismo). As pesquisas seguem apontando para a eleição de Lula, mas 15 meses é tempo suficiente para mudanças de todo tipo. Neste contexto, a grande dúvida é: as manifestações populares – a próxima será no dia 24 de julho – vão aumentar de tamanho, popularizar sua composição e reforçar sua unidade?

Ou, dito de outra maneira, o povo na rua conseguirá o protagonismo necessário para impedir um desfecho conservador para a crise política?

* * *

Passemos em revista diversos aspectos da conjuntura.

Bolsonaro recebeu alta médica, depois de quatro dias internado em São Paulo. A internação de Bolsonaro, em um momento de aumento da pressão política sobre seu governo, perda de sustentação na sociedade e crescimento de Lula, pode ser bastante utilizada para baixar a temperatura e reconcentrar suas bases de apoio, ganhando tempo, em uma conjuntura que se mostrava cada vez mais desfavorável.

Investigações aprofundam os indícios de irregularidades na compra de vacinas com intermediação da Precisa e participação do coronel Elcio Franco. Se tornam cada vez mais evidentes as responsabilidades do general Pazuello.

Bolsonaro cumpriu sua promessa de indicar um ministro evangélico para ocupar a vaga resultante da aposentadoria de Marco Aurelio Melo no STF. O pastor presbiteriano Andre Mendonça, atual AGU, é o indicado que será sabatinado pelo Senado.

Bolsonaro não deve vetar o aumento de 185% (sobre 2018) do Fundo Eleitoral, beneficiando os partidos governistas.

Os reservatórios da Bacia do Paraná alcançaram 28% da capacidade em meados de julho, podendo chegar a 10-15% até meados de novembro se não chover mais. Esses níveis exigirão novas medidas para evitar apagões e crises no abastecimento de eletricidade, como ocorreu em 2001. As térmicas a gás estão operando

no máximo, assim como as eólicas e solares.

As prévias a serem realizadas dentro do PSDB, para escolha do candidato a Presidente, terão quatro tipos de colégios eleitorais, todos com peso de 25% no computo final: 1/os prefeitos e vice prefeitos, 2/os vereadores e deputados, 3/os governadores e 4/ os filiados.

As conversas do MDB e PSL se intensificam, unindo o tempo de TV do MDB, com a grande parcela do Fundo Eleitoral do PSL. A chapa que está sendo costurada envolve Datena/Simone Tebet. Eles também querem atrair o Cidadania, o PSD e o DEM.

O Senado aprovou e encaminhou para Câmara mudanças na legislação eleitoral, criando, entre outras coisas, medidas que dificultam a vida dos partidos pequenos, como a regra que estipula que só aqueles que obtiverem determinada votação poderão disputar as vagas remanescentes da aplicação do coeficiente eleitoral. A nova proposta, apoiada pelo PT, também define uma cota para as parlamentares eleitas com 18% em 2022, atingindo 30% em 2038. Recria também o programa eleitoral anual dos partidos no rádio e TV. Artur Lira comanda as propostas de mudanças. Voto impresso, distritão, uso do fundo eleitoral, relaxamento das cotas e maior poder de regulação da Justiça Eleitoral fazem parte do pacote, que muda as regras de disputa de 2022

O Congresso aprovou a LDO 2022, aumentando o valor do Fundo Eleitoral, que fortalece os pequenos partidos. A LDO também aumenta o poder do Executivo de pressionar os deputados com Emendas de relator, conhecidas como Orçamento Secreto, que repassa recursos federais com pouca transparência.

A primeira versão do relator da reforma do IRPF e IPPJ apre-

sentada por Guedes, feita pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), reduz o IRPJ em 12,5 pontos percentuais reduzindo a receita do governo federal em 30 bilhões, com impactos sobre o FPM e FPE. O fim da isenção dos lucros e dividendos parece que está mantido, mas as alíquotas serão reduzidas, sem progressividade na tributação dos ganhos financeiros. A progressividade continua em debates na relatoria do projeto. O relator do PSDB manteve a isenção dos dividendos até 20 mil reais recebidos de pequenas e médias empresas, o que estimula a “pejotização” do trabalho.

No pico de infecções, em 22 de junho deste ano, o Brasil registrou uma média móvel de 79 mil novos casos diários. Na quinta, quando entrou no patamar desacelerado, o número estava em 42 mil. O mesmo ocorreu com as mortes, que baixaram de 3.112 no auge, em 11 de abril, para 1.243 na quinta (15). O que ainda não está claro é o impacto da variante Delta, que inicialmente foi detectada na Índia e já começa a circular no Brasil. Além dela, há a preocupação com o possível surgimento de outras variantes, como ocorreu com a cepa identificada em Manaus no início deste ano. *“O medo agora são as variantes e essa sensação de que já passou. Os números estão diminuindo, mas ainda estamos num nível pior que em 2020. Se as pessoas relaxarem e gestores incentivarem eventos para mostrar que está superado, podem aumentar de novo”*, diz o epidemiologista Diego Xavier, da Fiocruz. Nos Estados Unidos, que já têm 59% da população adulta totalmente vacinada, o número de novos casos mais que dobrou nos últimos 14 dias —as mortes tiveram crescimento mais tímido, de 9%. A cepa Delta caminha para ser predominante por lá e tem atingido principalmente pessoas ainda não imunizadas. A vacina-

ção no Brasil começou há seis meses e só havia atingido 26% da população adulta um mês antes do pico de casos, considerando os vacinados com apenas uma dose ou dose única. A porcentagem dobrou para 57% nesta sexta, sendo 21% com cobertura total.

Com o boom das *commodities* a partir de 2020 e avanços na infraestrutura, como a pavimentação da BR-163 no Centro-Oeste e projetos ferroviários, como o Ferrogrão, o preço de terras disparou no Brasil e atinge o maior valor em 20 anos. Valorização do hectare para grãos foi, em média, quase 30% nos últimos 12 meses até abril. O preço de aluguel por arrendamento da terra teve alta de 72% nas principais regiões agrícolas nos 12 meses encerrados em dezembro de 2020. As exportações do agronegócio em junho de 2021 atingiram a cifra recorde para o mês, US\$ 12,11 bilhões, o que representa uma alta de 25% comparado aos US\$ 9,69 bilhões embarcados em junho de 2020. O aumento dos preços internacionais dos produtos agropecuários exportados pelo Brasil (30,4%) foi a principal variável responsável pelo recorde. O principal setor exportador foi o complexo soja, com mais da metade do valor exportado em produtos do agronegócio, acompanhado pelas exportações de carnes. O incremento ocorreu em função da elevação da quantidade exportada e aumento médio do preço de exportação. Essa dinâmica do agronegócio possibilitou a constituição e fortalecimento dos Portos das regiões Norte e Nordeste, que movimentaram 33% da soja exportada, com reduzidos custos de frete e elevado os ganhos no setor.

Atenção para dois relatórios que saíram esta semana sobre violência: o número de mortes violentas cresceu 4% entre 2019/2020 e a posse de armas de fogo aumentou 97%. Foram mais de 50 mil mortes: as mortes violentas intencionais foram 83% do total, sendo

que a maioria resultante de intervenções policiais (12,8%). O perfil das vítimas: a maioria é negra (76,2%), jovem (54,3%) e do sexo masculino (91,3%). A comissão pastoral da terra registrou 1.576 ocorrências de conflito por terra em 2020, o maior número desde 1985, 57,6% maior do que em 2018.

<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

Ajuda memória de 26 de julho de 2021

No dia 26 de julho de 1953 aconteceu o assalto rebelde ao Quartel Moncada, na cidade de Santiago de Cuba. Do episódio surgiu o nome do Movimento 26 de Julho, organização que – com aliados e no curso de uma revolução popular – chegou ao poder no dia 1 de janeiro de 1959.

A reunião do grupo de conjuntura ocorre dois dias depois do 24], realizado em centenas de cidades, inclusive no exterior. Uma avaliação impressionista indica redução no número e ampliação da diversidade política e social dos participantes. Os desafios postos para o próximo período são inúmeros e incluem responder:

1. Como prosseguir;
2. Como ampliar;
3. Como lidar com as diferenças, inclusive eleitorais (na lista de diferenças, inclua-se o episódio Borba Gato, sobre o qual há avaliações diversas).

Em qualquer caso, as manifestações não são de porte a obrigar Arthur Lira a submeter à Câmara dos Deputados algum dos

mais de 160 pedidos de impeachment que estão na sua gaveta, parte deles apresentados ainda na gestão Rodrigo Maia.

Aliás, as relações do Centrão com o governo Bolsonaro se aprofundaram, com a ida de Ciro Nogueira para a Casa Civil - substituindo o general Ramos, num deslocamento que parece ter deixado arestas – e Onyx Lorenzoni no ministério do Trabalho – tirando alguns dos superpoderes concentrados até então em Paulo Guedes.

A minirreforma ministerial mostra que, ao mesmo tempo que arreganha os dentes – com ameaças reforçadas pelo ministro da Defesa e pelos comandantes militares – Bolsonaro faz movimentos políticos tradicionais. Por exemplo, indicando Aras para mais um mandato à frente da PGR. Outro exemplo: a embaixada (ao que tudo indica infrutífera) feita pelo vice Mourão junto ao governo de Angola, para defender os interesses da Igreja Universal do Reino de Deus.

Bolsonaro parece apostar que o refluxo da pandemia (que pode ser maior ou menor, a depender dos impactos da variante Delta, que noutros lugares do mundo está causando muito estrago), os indicadores da economia (mesmo que o impacto social seja colateral e mesmo que a desindustrialização siga fatal) e a arrecadação fiscal recorde vão garantir sua ida ao segundo turno das eleições presidenciais, com chances de vitória.

Mas nada garante que isto vá dar certo, seja por conta de reviravoltas da pandemia; seja por conta da crise social que tende a aumentar; seja por conta dos fios desencapados tão abundantes em um governo miliciano; ou seja por conta dos crescentes riscos de apagão.

De toda forma, a classe dominante tem alternativas, a come-

çar pela mudança nas regras do jogo (reforma política, semi-presidencialismo) e passando por outras candidaturas (denominadas de “terceira via”, embora programaticamente não se diferenciem no fundamental da linha seguida pelo governo Bolsonaro e inaugurada pelo governo Temer).

Pesará nas movimentações da classe dominante a inclinação que venha a ser adotada pelos Estados Unidos, cuja prioridade é derrotar a China (sobre os EUA, ver ao final um texto de Jana Silverman sobre o governo Biden).

Enquanto a classe dominante tem várias alternativas no curto prazo, a esquerda dispõe basicamente de Lula. E no melhor cenário - Lula presidente – as condições objetivas e subjetivas do país são terríveis. Não nos referimos apenas à desindustrialização e à regressão cultural, mas também ao que está em curso nas políticas sociais (a educação por exemplo) e no meio ambiente (vide os índices de emissão de CO² pela floresta amazônica).

Mas assim são as coisas: a esquerda chega ao governo exatamente nos momentos de crise. Como ocorre no Peru, que nos próximos dias dará posse ao presidente Pedro Castillo.

* * *

Segue como subsídio texto recente de Jana Silverman, que esteve no grupo de conjuntura debatendo o governo Biden.

O sonho de uma noite de verão do governo Biden

Jana Silverman

Nos EUA, o governo do Joe Biden está se aproximando de seu 200º dia no poder, e os grandes sonhos construídos em torno de um novo programa social e econômico abrangente ao estilo do New Deal, para sair da crise pandêmica, ainda não têm se con-

cretizado. Apesar do governo Biden ter conseguido a aprovação de um pacote de estímulos fiscais emergenciais maciços quatro meses atras, a continuidade desses programas essenciais para os trabalhadores está em jogo. Os líderes do Partido Republicano se negam a apoiar qualquer medida legislativa proposta pelos Democratas e em vez disso, focam suas atenções nas “guerras culturais” que têm como fim desprezar e deslegitimar os movimentos feministas e o movimento negro. Com o (quase) empate técnico entre Democratas e Republicanos no Senado e uma maioria Democrata bem magra na Câmara Baixa, o governo Biden e os apoiadores do novo New Deal no Legislativo vão ter que fazer várias manobras complexas para conseguir sua aprovação, talvez convertendo o sonho duma noite de verão num sonho duma noite de outono ou inverno.

O projeto de lei em questão agora seria uma expansão do American Rescue Plan (Plano Americano de Resgate), que foi aprovado em março com um orçamento de mais de US\$ 2 trilhões. Diferentemente do CARES Act (o pacote de estímulos aprovado em 2020 sob o governo Trump), o American Rescue Plan foca a maioria de seus recursos em pagamentos diretos e ajudas fiscais para as famílias e para os governos subnacionais, sem alocar recursos para beneficiar explicitamente e diretamente as grandes empresas. O American Rescue Plan entregou outra rodada de pagamentos de ajuda emergencial para todas as famílias de classe média e baixa (salvo os mais de 11 milhões de imigrantes indocumentados no país, muitos dos quais atuando como “trabalhadores essenciais” durante a pandemia), ofereceu ajuda a inquilinos e proprietários de casas sem a capacidade de pagar aluguel ou as parcelas da hipoteca, e

estabeleceu um crédito fiscal para famílias pobres e de classe média com crianças. Aliás o American Rescue Plan incluiu recursos para os governos estaduais e municipais que não tinham receitas suficientes para pagar para os serviços emergenciais prestados durante a pandemia, como os programas de testagem e de vacinação contra o Covid-19, e também uma extensão dos benefícios fiscais para empresas pequenas que serviram como estímulo contra as reduções na folha do pagamento. Mesmo que não tenhamos dados oficiais ainda para medir os impactos desse pacote de estímulos na economia americana, tudo aponta que o pacote vai ajudar a manter a trajetória ascendente do crescimento econômico registrado em 6,4% para o 1º trimestre de 2021, através da expansão da demanda das famílias.

O projeto de lei novo que está em consideração agora pretende converter em permanente algumas das medidas fiscais no American Rescue Plan que beneficiam as famílias com crianças, além de expandir substancialmente a receita pública disponível para a saúde, a educação infantil, a alimentação nas escolas e a educação superior, além de criar políticas de licenças maternidade e paternidade remuneradas que ainda não existem na legislação trabalhista estadunidense. Seu orçamento de US\$ 3,5 trilhões também inclui provisões para promover a adaptação para uma economia de baixo carbono, expandindo os benefícios fiscais para empresas que trabalham com “energias limpas” e possivelmente outorgando recursos para construir novas usinas nucleares. Se forem aprovadas, essas políticas reformariam substancialmente o sistema de proteção social num sentido positivo para os trabalhadores e trabalhadoras estadunidenses, através da introdução de vários benefícios como creches públicas para todos, que nunca existiram antes. Até o senador Ber-

nie Sanders, adversário de Biden como pré-candidato à presidência em 2020 e representante da ala mais progressista do Partido Democrata, acha esse projeto de lei “transformador” e algo que iria além de qualquer outra medida legislativa aprovada para ajudar a classe trabalhadora americana desde os anos 30.

Entretanto, falta muito para esse sonho se converter em realidade. O empate no Senado e a cultura de partidarismo extremo entre os Republicanos faz necessário que os Democratas utilizem uma artimanha que se chama “reconciliação orçamentaria” (budget reconciliation), que permite sua aprovação com quórum simples através da sua incorporação direta no orçamento federal pelo Presidente do Comissão de Orçamento do Senado - que é ninguém mais do que o próprio Bernie Sanders. Sanders originalmente queria que o orçamento para o novo projeto de lei tivesse uma etiqueta de mais de US\$ 6 trilhões, mas já tinha que rever o escopo e a abrangência da proposta legislativa, ao ser pressionado pelos Democratas “moderados” como Joe Manchin de West Virginia e Mark Warner de Virginia, quem têm um histórico longo de votações contra os trabalhadores e a favor das grandes indústrias de tabaco, armamentos e farmacêuticos, para nomear algumas. Aliás, o projeto de lei vai ter que ser aprovado também pela Câmara dos Representantes, com os Democratas possuindo uma maioria esguia de só nove deputados e com sua própria bancada de “moderados” financiados pelas mesmas capitãs da indústria e das finanças.

De qualquer modo, com os olhos postos já nas eleições parlamentares de 2022, a aprovação do projeto de lei proposto por Biden e apoiado por Sanders inevitavelmente levaria a reeleição de muitos Democratas e até abriria caminho para uma retomada Democrata

mais sólida de ambas as Câmaras, já que as políticas públicas a favor da educação, saúde e seguridade social têm um amplo apoio entre a população estadunidense. Precisamente por isso, os Republicanos - atrapalhados na sua dança macabra com o ex-presidente Trump, que ainda tem um controle absoluto da base mais fiel e mais radical do partido - estão tentando desviar a atenção pública, focando seu olhar na pauta dos costumes e da moral, protestando contra o ensinamento da história da população afro-americana desde um olhar crítico de esquerda nas escolas e universidades, e continuando sua guerra contra o direito das mulheres ao aborto.

Mais alarmantemente ainda, são as tentativas dos Republicanos de mudar as regras eleitorais nos estados onde eles dominam as Assembleias Estaduais. Conscientes não só da popularidade das políticas sociais propostas pelo governo Biden, mas também das tendências demográficas que apontam ao encolhimento inevitável da base tradicional do partido (que está situada entre a população branca, nativa, heterossexual, cristã e rural), em vez de modificar sua plataforma, os Republicanos estão numa cruzada para restringir o direito ao voto para os grupos que tradicionalmente votam maciçamente nos Democratas, como os negros e latinos. Por exemplo, no estado de Georgia, que guinou por pouco a favor do Biden nas eleições presidenciais de 2020, uma lei aprovada pela Assembleia Estadual em abril limita a possibilidade dos eleitores votarem através de cédulas enviadas pelos correios (uma prática adotada amplamente para promover o distanciamento social durante o ano pandêmico de 2020) e proíbe as “urnas móveis” que foram utilizadas em comunidades pobres onde os eleitores têm pouco acesso ao transporte público até os locais de votação. Os legisladores Republi-

canos do estado ultraconservador de Texas estão atualmente tentando aprovar na marra outro projeto de lei mais restritivo ainda, que teria impactos tão abrangentes ao direito ao voto para a população negra e latina, que os deputados estaduais Democratas recentemente fugiram do estado como uma tática para evitar o quórum no dia da votação. Outros 15 estados dominados pelos Republicanos já aprovarem leis parecidas às de Georgia e Texas neste ano calendário, seriamente comprometendo o direito ao voto para as comunidades negras e latinas de uma maneira não vista desde as vitórias do movimento para os direitos civis liderado por Martin Luther King Jr. nos anos 60.

E neste contexto político marcado ainda pela polarização e pelas vastas desigualdades sociais e econômicas, cadê a esquerda organizada estadunidense? Muitas das energias e indignações que estouraram nas ruas com o movimento Black Lives Matter no verão de 2020 foram canalizadas para a campanha eleitoral de novembro. Desde então, uma boa parte da sociedade civil, incluindo o movimento sindical e alguns segmentos dos movimentos negros e feministas, têm dedicado seus esforços em garantir sua representação no aparelho governamental montado por Biden e têm priorizado suas estratégias de advocacy por dentro desse aparelho. Contudo, também observamos greves e mobilizações de trabalhadores que seguem sofrendo desproporcionalmente as sequelas sociais e econômicas da pandemia, como os trabalhadores de transportes, logística e saúde. Também houve iniciativas populares para pressionar os Democratas “moderados” do Senado a darem seus apoios a um projeto de lei que facilitaria a sindicalização dos trabalhadores, que se chama o PRO Act. Nos últimos meses, o grupo socialista Demo-

cratic Socialists of America (DSA), mobilizou perto de um milhão de pessoas para deixar mensagens de protesto para esses senadores e para participar em mais de 80 atos ao redor do país a favor do PRO Act no 1º de Maio (lembrando que nos EUA, o 1º de Maio não é feriado). Do mesmo modo, vários candidatos ligados ao DSA tiveram sucessos impressionantes nas eleições primárias do Partido Democrata que aconteceram em junho no estado de Nova Iorque, levando à vitória de uma candidata abertamente socialista para a prefeitura da cidade de Buffalo (a segunda mais populosa do estado), e a expansão da bancada socialista na importante Câmara de Vereadores da cidade de Nova Iorque. Com essas vitórias recentes, o movimento socialista nos EUA começa a consolidar seus avanços dentro e fora dos espaços institucionais de poder político, num momento chave quando os sonhos de verão - não só do governo Biden, mas também da classe trabalhadora estadunidense - seguem fora do alcance por hora.

Jana Silverman é pós-doutoranda em Estudos de Trabalho da Universidade Penn State, membro do Comitê Executivo da US Network for Democracy in Brazil e co-coordenadora para as Américas do Comitê Internacional dos Democratic Socialists of America (DSA).

Ajuda memória de 16 de agosto de 2021

Na reunião do dia 16 de agosto, o grupo de conjuntura se concentrou sobre três temas interligados: o “auxílio Brasil”, a mercantilização da educação e a crise política.

Os dois primeiros temas foram objeto de informes detalhados,

que são parcialmente reproduzidos ao final.

Quanto ao terceiro tema, a avaliação é que a crise política se acentuou muito na semana que passou; e pode se acentuar muito mais nas próximas três semanas (16/8 a 7 de setembro).

Uma recapitulação dos fatos fala quase por si.

No mesmo dia o Senado aprovou o Projeto de Lei 2.108/2021, que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN) e inclui na legislação crimes contra o Estado Democrático de Direito. Desde a apresentação do projeto, em 1991, foram 30 anos até a aprovação pela Câmara dos Deputados, em maio de 2021, e depois pelo Senado. O projeto segue para sanção do presidente da República.

No dia 10 de agosto, terça-feira, houve um desfile militar em frente ao Palácio do Planalto.

O desfile incluiu alguns tanques de guerra e outros veículos e tropas dos fuzileiros navais. Segundo nota oficial da Marinha, este comboio partiu do Rio de Janeiro e passou por Brasília a caminho de Formosa, em Goiás. Faz parte de um treinamento que ocorre desde 1988, conhecido como “Operação Formosa”. Embora ocorra todo ano desde então, é a primeira vez que inclui um desfile de veículos militares na passarela da Esplanada dos Ministérios. A novidade não foi por acaso.

Estava em debate na Câmara dos Deputados a PEC do voto impresso. Vamos lembrar que Bolsonaro chegou a dizer que sem voto impresso não haveria eleição. E também disse que a solução poderia vir fora do prescrito pela Constituição. Neste contexto, o desfile das tropas foi uma ameaça.

Parlamentares recorreram ao STF. O ministro Dias Toffoli - aquele que depois que virou ministro do Supremo passou a con-

siderar que o golpe militar de 1964 foi um “movimento militar” - desconheceu o pedido, pois segundo ele só o STJ poderia julgar o tema.

O desfile ocorreu. Se é verdade que alguns veículos militares chamaram a atenção pela sua fumaça e duvidosa capacidade de servirem como meios de defesa nacional, também é verdade que a cúpula das FFAA mostrou estar à disposição para este tipo de “manobra”.

No Congresso, por sua vez, o presidente da Câmara levou o voto impresso (derrotado na comissão que debateu o tema) direto para o plenário. E no plenário o voto impresso recebeu 229 votos a favor e 218 contrários, com uma abstenção e muitas ausências (dias antes a deputada Jandyra Feghali previa 329 contra e 86 a favor). Somente os partidos de esquerda votaram integralmente contra a medida. Bolsonaro se apoiou neste resultado (maioria entre os votantes) para continuar a agitação golpista.

No mesmo dia 10 de agosto, a Câmara aprovou uma nova mini reforma trabalhista, ampliando as possibilidades de contratação precária, sem carteira e redução do FGTS, atingindo principalmente os mais jovens, mas que poderão impactar vários segmentos do mercado, com a troca de trabalhadores mais estabilizados por esses novos mais precarizados. A redução de pagamentos de horas extras e ampliação das possibilidades de contratação precária pelas prefeituras são novas medidas aprovadas na Câmara, mas que encontra algumas resistências no âmbito do Senado, que pode modificar o que foi aprovado.

Logo depois do voto impresso, aconteceu na quarta-feira dia 11 de agosto a votação do distritão. A aprovação do “distritão”

alteraria para pior o sistema político eleitoral brasileiro. O que já é muito ruim – contribuindo para um congresso dominado por homens brancos ricos – se tornaria ainda pior, uma vez que o distritão reduziria drasticamente a representação proporcional das “minorias” (nome inadequado que muitas vezes serve para designar maiorias que não conseguem representação adequada por causa das “regras do jogo”). Para evitar o “pior” (o distritão), votou-se um “acordo” que resultará na volta das coligações proporcionais. O texto base da PEC teve 339 votos a favor na votação em primeiro turno na Câmara dos Deputados. Em segundo turno, há acordo dos partidos para sua aprovação, incluindo partidos do governo e da oposição. No Senado, a volta das coligações encontra resistências.

Na quinta-feira 12 de agosto, um funcionário do banco Santander, o economista Victor Candido, compartilhou um relatório que fala sobre um golpe para evitar o retorno do ex-presidente Lula ao cargo nas eleições de 2022.

Na sexta-feira dia 13 de agosto, o ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão preventiva do ex-deputado federal e presidente nacional do PTB Roberto Jefferson.

No sábado dia 14 de agosto o presidente Jair Bolsonaro publicou mensagens em suas redes sociais nas quais diz que pedirá ao Senado a abertura de processo contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

No mesmo sábado, dia 14 de agosto, o ministro da Defesa, general Braga Netto, fez um discurso na cerimônia de entrega do Espadim 2021 aos cadetes do 1º ano da Academia Militar das Agu-

lhas Negras (Aman). No discurso ele disse que as Forças Armadas são “protagonistas dos principais momentos da história do País” e estão “sob autoridade suprema do presidente da República”.

Também no sábado, 14 de agosto, começou a circular vídeo afirmando que caminhoneiros e agricultores estavam organizando um movimento “para salvar o país”, entre os dias 4 e 6 de setembro: *“Estamos nos preparando judicialmente para fazer uma coisa séria, para que o Exército tome uma posição, o governo tome uma posição”*, afirmou.

Ainda no dia 14 de agosto o presidente Jair Bolsonaro encaminhou uma mensagem para uma lista de transmissão no WhatsApp em que fala sobre a necessidade de um “contragolpe” e convida apoiadores para se manifestarem no dia 7 de setembro com o objetivo de mostrar que ele e as Forças Armadas têm apoio para uma ruptura institucional. Vale dizer que durante o desfile militar em BSB o vice presidente Mourão se encontrou com o ministro Barroso do STF para discutir os riscos de rupturas institucionais. Mourão prometeu que as Forças Armadas não apoiam qualquer alternativa de golpe.

Um dos elementos da tensão é a CPI da Covid, onde se avolumam elementos para o enquadramento de Bolsonaro em vários crimes, o que obrigará o presidente da Câmara Artur Lira a se manifestar sobre o impeachment em 30 dias. Novas tensões em Brasília deverão aumentar nas próximas semanas, ganhando ainda mais importância a mobilização popular e sindical convocada para os dias 18 de agosto e 7 de setembro.

A reunião constatou a necessidade da direção partidária fazer, com máxima urgência, um debate mais profundo sobre a cri-

se institucional, bem como sobre a situação no Afeganistão e dos efeitos da variante Delta.

* * *

Outros temas que foram abordados:

Ainda precisando de regulamentação, as propostas apresentadas pelo governo para o “calote dos precatórios” envolvem a possibilidade de sua utilização na compra de imóveis do governo e de ações das empresas estatais pelo seu valor de face, quando existe um mercado secundário de deságio com esses títulos.

O programa Brasil Carinhoso transferia recursos para as prefeituras bancarem creches para crianças de 0 a 2 anos, de famílias carentes. O novo programa de Bolsonaro corta essas transferências, que passarão a ser feitas diretamente para as creches particulares, sem a participação das prefeituras.

Alckmin confirma saída do PSDB com vistas às eleições de 2022. Tabata Amaral sai do PDT para o PSB em SP. Kassab continua insistindo numa candidatura presidencial do PSD. Lula começa viagem para o Nordeste.

Variante Delta do Covid ameaça o mundo. O recrudescimento das contaminações ameaça vários países do mundo e no Brasil os debates sobre a necessidade de uma terceira dose passam a dominar os formuladores de políticas de saúde.

Outros temas relevantes: situação geral da saúde pública e privada no país, privatização dos Correios, efeito da inflação no orçamento federal, pacote de venda de imóveis públicos e nova rodada de privatizações/concessões.

* * *

Segue o roteiro da exposição feita pela companheira

Selma Rocha sobre “As formas atuais de mercantilização da educação”:

A ação dos grupos empresariais na área da educação não se reduz à oferta de educação privada, à busca de bolsas de estudo com recursos públicos ou incentivos fiscais:

- Os maiores grupos são financiados por bancos ou fundos de investimento;
- Concentração de capital por meio da fusão de empresas;
- “Mercado futuro”: matrículas obrigatórias de 4 a 17 anos (EC-59), os 176 bilhões do FUNDEB, mais recursos vinculados (municípios e estados) que não estão no FUNDEB;

Processo de concentração de capitais e empresas

Alguns marcos cronológicos:

1. 1997, quando, pelo Decreto n. 2.207/97, em seu artigo 3º, fica estabelecido que “As entidades mantenedoras com fins lucrativos se submetem à legislação que rege as sociedades mercantis, especialmente na parte relativa aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas”.

2. 2006, quando os primeiros grupos empresariais do mercado educacional brasileiro (Anhanguera, Kroton, Estácio e SEB) começam a estudar a abertura de capitais.

3. 2007 a 2014, onde cinco desses grupos passaram de 7% a 8% para 31% do mercado de matrículas privadas da Educação Superior.

4. Consultoria dos grupos econômicos aos municípios 2013:

- Grupo Objetivo: Sistema Objetivo Municipal de Ensino (Some). A distribuição dos materiais é realizada pela editora Sol

Soft;

- Pearson: sistema de ensino para a área pública oferecido via Núcleo de Apoio a Municípios e Estados que conta com três produtos para escolas públicas, além do sistema Colégio Oswaldo Cruz (COC), para a rede privada; Bolsa

- Grupo Positivo: Sistema de Ensino Aprende Brasil (Sabe), para a rede pública, e Sistema Positivo de Ensino, para as escolas privadas;

- Grupo Santillana: Sistema Uno Público de Ensino, oferecido para as escolas privadas, além de outros produtos Bolsa

4. Abril Educação Bolsa

5. 2014, Entre os cinco maiores grupos - Estácio, Unip, Anhanguera, Kroton e Laureate - somente a Unip não tinha a presença do setor financeiro na sua administração.

- Estácio - Fundo GP;
- Anhanguera - Banco Pátria;
- Kroton - Advent International;
- Laureate - Fundo americano KKR;

Outras Faculdades e respectivos Fundos de Investimento

- Faculdade Maurício de Nassau - Cartesian Group
- Grupo Ibmecc - Capital Group
- SEB (COC) – Grupo Fama
- Centro Universitário Jorge Amado - Banco americano

Best Associates

Empresas cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2021

1. Kroton Educacional S.A – Cognia: maior grupo edu-

acional do Brasil

Pitágoras Educação Básica e Superior MG

2007: abriu capital na Bovespa

Incorporou várias empresas educacionais

Eleva (Leman) vende para Saber seus sistemas de ensino
(201 mil alunos)

2013: fusão com Anhanguera

Cogna é uma holding que articula várias marcas.

Principais proprietários:

Alasca Investimentos

BlackRock Inc

1 milhão de alunos

Patrimônio líquido 15 bi

Ensino Superior, Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação Infantil, cursos pré-vestibulares, cursos preparatórios para concursos, ensino de idiomas, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino.

2. Yduqs

Origem Faculdade Estácio

Em 2007 abriu capital na Bovespa

Comprou várias empresas educacionais

Em 2016 a Kroton tentou comprá-la. O CADE barrou

Rose Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Ensino Superior, Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação Infantil, cursos preparatórios para concursos, produção de material didático.

3. Ser Educacional

Origem: Faculdade Maurício de Nassau e Faculdade Joaquim Nabuco

Abriu capital em 2013 Bovespa

Comprou várias faculdades

4. Ânima Holding S.A.

Antigo GAEC

Abriu capital em 2013 Bovespa

Ensino Superior, Ensino Médio, Ensino Fundamental, Ensino Técnico

5. Bahema

Quando resolveu investir em educação em 2016 já era empresa de capital aberto.

Comprou Escola da Vila e outras

Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação Infantil

Empresas cotadas na Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq)

6. Arco

Positivo

Comprou vários grupos e abriu capital na Bolsa de Nova York em 2018

Comprou **dois sistemas de ensino** da britânica Pearson: COC e Dom Bosco, aguardando aprovação do CADE. Se se confirma a Arco será o maior grupo educacional no país;

1,9 milhões de alunos

Obs:

Pearson (maior empresa de educação do Mundo, está em 70 países e foi a maior construtora do mundo), estrutura de conteúdos de apoio e complementares, desde laboratórios digitais a

acervo de suas bibliotecas digitais.

Material da Pearson comprado principalmente pelo governo do Estado de SP. Plataforma aberta para a troca de experiências.

Está em 2000 escolas no Brasil

Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino Fundamental, Educação Infantil, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino.

7. Afya Participações S.A

Abriu capital na Nasdaq em 2019

Especializada em serviços de saúde Cursos Preparatório, Ensino Técnico e Superior da área de saúde

Destacar o caso da Vasta.

8. Vasta Participações S.A.

Controlada pela Kroton, braço da empresa na educação básica, teve sua autonomia ampliada.

Anglo Sistema de Ensino

Abriu capital na Nasdaq em 2020

Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação Infantil, cursos pré-vestibulares, cursos preparatórios para concursos, ensino de idiomas, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino.

O quadro em 2021

Disputa do fundo público mudou de característica: disputa da oferta de ensino nas instituições públicas

BNCC e Avaliação (Pisa OCDE)

Padronizam a mercadoria: condição de confiabilidade nos mercados, especialmente nas Bolsas, e ordenam a disputa do fun-

do público por meio dos seguintes projetos:

- Reforma do Ensino Médio: parcerias previstas com setor privado para concretizar percursos formativos (disciplinas asseguram acesso à oficinas e não a profissionalização).

- Educação Híbrida: continuidade ou entrada das plataformas privadas nas escolas públicas no pós-pandemia e venda de materiais didáticos (impressos e áudio visuais e outros serviços como acesso a bibliotecas e laboratórios virtuais).

- Voucher Educação Infantil.

- Homeschooling: estrutura de oferta educacional paralela aos sistemas educacionais, sem controle público - parecer Luiza Canziani transforma Homeschooling em modalidade sob controle das escolas e escolha das famílias.

- Projeto de Arranjos de Desenvolvimento Educacional – Luiza Canziani 5182/2019: permite a organização, nos territórios, de “arranjos” com: secretarias de educação, instituições privadas e necessariamente uma OSIP ou entidade que possa receber recursos públicos.

- Parecer 2, 20 de dezembro de 2019 do Conselho Nacional de Educação

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

- Reforma Administrativa: quebra do regime jurídico único e quebra da estabilidade, mudança nas formas de acesso e contratação aos cargos.

- Desqualificação dos docentes: Escola Sem Partido e ata-

que às Universidades Públicas: Guerra ideológica

- Escolas militarizadas e escolas cívico militares.

O que pretendem:

Oferta de:

1. Consultorias para redes de ensino públicas, especialmente nos pequenos e médios municípios;
2. Serviços (atendimento em escolas) via voucher, particularmente para a educação infantil;
3. Oferta de Ensino Fundamental e Ensino Médio via plataformas nas unidades educacionais públicas;
4. Oferta de materiais didáticos, audiovisuais e impressos, com base na BNCC (que reduz e prescreve conteúdos) às redes públicas.

* * *

Alguns pontos da exposição feita pela companheira Tereza Campello

A MP PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL é confusa, fragmentada e trata ao menos de 15 assuntos diferentes.

Não trata do fundamental: o que acontecerá com as famílias do Bolsa Família.

Não tem valores, nem confere segurança sobre o futuro de 100 milhões de pessoas.

Não estabelece a linha de pobreza: critério de ingresso. Quantas famílias?

Não estabelece valor para cada benefício: quanto recebe cada família? Qual valor médio?

Inconstitucional. Não apresenta os impactos orçamentários

e financeiros.

Coloca em risco a PROTEÇÃO SOCIAL e os dois programas sociais brasileiros mais reconhecidos no mundo: o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Atropela o Pacto Federativo excluindo municípios do processo.

Mais um passo no desmonte do SUAS e do CadÚnico.

Gera insegurança, dúvidas e custos na ponta, pelos prováveis problemas na reinterpretação de regras, alteração de protocolos, documentos, etc. Isso ainda num período de pandemia.

Depois de 9 anúncios e ao final de 3 anos de governo o Auxílio Brasil é uma versão “Fake” do Bolsa Família.

Extingue o Programa Bolsa Família, ignora 18 anos de construção e aprendizagem.

Solapa as bases que tornaram o Bolsa família uma referência mundial;

Parceria com Municípios: fim da pactuação. Não construiu as bases para funcionamento no território nacional;

CadÚnico: fim do CadÚnico e do conceito de conhecer para incluir. Encerrou a porta de entrada, ao priorizar o acesso desumanizado e por aplicativo;

SUAS: relega o SUAS à função de controle de condicionalidades;

Simples com escala: monta um modelo complicado, obscuro e sujeito a disfuncionalidades e desvios.

Cria auxílios dispersos - penduricalhos - e pune o pobre que está na informalidade:

Auxílio Criança Cidadã para pagamento de mensalidades

em creches privadas não conveniadas com o poder público para mulheres que conseguirem emprego formal.

Auxílio Inclusão Produtiva Rural para doação de alimentos pelos agricultores familiares do Programa Auxílio Brasil.

Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. Prêmio para os adultos com emprego formal.

Auxílio Esporte Escolar.

Bolsa de Iniciação Científica Junior.

Não avança naquilo que seria o necessário:

Não prevê reajustes periódicos dos valores dos benefícios e nem na linha de pobreza;

Mantém a defasagem e a fila;

A população pobre vai comparar o Auxílio Brasil com o Auxílio Emergencial;

Contrapor discurso Fake x Realidade.

O governo na prática vem excluindo milhões de brasileiros.

O novo Auxílio Brasil é a maior exclusão da história da proteção social do Brasil: 22 milhões serão excluídos: é o RENDA ZERO.

Ajuda memória de 23 de agosto de 2021

O grupo de conjuntura concentrou sua discussão na crise política e institucional, que hoje tem como epicentro a relação entre o governo federal e o STF. A situação é extremamente tensa e pode se agravar, cabendo especial atenção para o dia 7 de setembro. É preciso ampliar ao máximo as manifestações de rua, tomar todas as precauções contra provocações e estar atento para as movimentações de Bolsonaro et caterva. É preciso especial atenção

para a situação de Brasília e de São Paulo, duas cidades em que Bolsonaro anunciou que pretende participar do 7 de setembro. Sugere-se à direção do PT que debata em profundidade o cenário, com destaque para a situação nas polícias militares (a demissão de um comandante por Dória é um indicador da tensão existente no setor) e as movimentações ruralistas pró-Bolsonaro.

À medida que Bolsonaro cai nas pesquisas, cresce sua agressividade. Além disto estar vinculado ao estilo e a tática preferidas do presidente, a crise abre espaço para a ação das Forças Armadas como poder moderador, sob a liderança neste momento dos generais Braga Netto, Ramos e Heleno. Cabe às esquerdas garantir o protagonismo popular, ocupando as ruas e fortalecendo a unidade dos movimentos Fora Bolsonaro, especialmente em torno da luta contra a carestia, a fome e o desemprego.

No plano internacional, a situação do Afeganistão e do Peru concentram alguns dos dilemas do período. Por um lado, as fragilidades e limites crescentes com que se defronta a hegemonia estadunidense. De outro lado, as fragilidades e os desafios da esquerda latino-americana, quando consegue conquistar a presidência da República. Afeganistão e Peru serão objeto de análise detalhada em reuniões futuras. Também será objeto de uma próxima reunião o relatório do IPCC, acerca do qual destacamos preliminarmente duas informações: a redução de água (16%) entre 91/20, de 16% e a perda de água (74%) no Pantanal desde 1985.

No plano nacional, a economia dá sinais de estagnação, por conta: da perspectiva de elevação da Selic, da persistência da inflação, das controvérsias em torno da política fiscal, da grave situação do mercado de trabalho, da perda de dinamismo do setor

de serviços e da redução do ritmo de retomada do mercado internacional. Paradoxalmente, a difícil situação econômica e social é acompanhada de um fortalecimento das receitas dos governos estaduais, o que lhes garante maior relevância política e eleitoral.

Neste plano, ao mesmo tempo que a crise política e institucional sobe de temperatura, continuam os movimentos eleitorais. Bolsonaro na expectativa de chegar em melhores condições na disputa presidencial (ao mesmo tempo em que dá sinais de que não aceitará uma derrota). A direita não bolsonarista buscando viabilizar uma candidatura presidencial. E Lula, em viagem pelo nordeste, confirma seu potencial de atração (seja agora, seja no primeiro turno, seja no segundo turno, seja depois).

A anulação do processo de Atibaia parece confirmar que – se houver alguma tentativa de tirar Lula da disputa – esta tentativa não será como em 2018, o que reforça a necessidade de medidas protetivas. Nessa mesma linha, a esquerda deve preparar-se para a disputa eleitoral, mas de maneira articulada com nossa participação no movimento Fora Bolsonaro e na defesa das medidas imediatas em defesa do povo, em temas como os preços escorchantes; a falta de emprego e renda; as dívidas crescentes com cenário de forte aumento de juros; mais de ano e meio das crianças e jovens sem acesso efetivo à educação. Sempre devemos lembrar que 2021 vem antes de 2022. Para vencer as eleições, para “deter o golpe”, para garantir a posse do eleito, é essencial que a maioria do povo deseje derrotar o bolsonarismo.

Ajuda memória de 30 de agosto de 2021

A reunião de 30 de agosto tratou de três assuntos principais:

o Afeganistão, o clima e o 7 de setembro. Registrou-se ainda que no dia 31 de agosto completam-se 5 anos do impeachment golpista.

Sobre o Afeganistão, contamos com a contribuição do Giorgio Romano (UFABC); recomenda-se a leitura do roteiro que está no final desta ajuda memória. Sobre o clima, contamos com a contribuição do Paulo Artaxo (USP), que nos falou sobre o novo relatório do IPCC AR6 e seus impactos no Brasil.

Sobre o 7 de setembro, enquanto os movimentos sociais se organizam para realizar o Grito dos Excluídos, que desde 1995 ocorre no dia da Independência, os bolsonaristas convocam policiais, evangélicos, ruralistas e extrema direita em geral para também ocuparem as ruas.

Com ataques ao STF, defesa do voto impresso, acusações contra as oposições e retórica golpista, os bolsonaristas radicalizam o clima na convocação das manifestações.

No momento, este tipo de mensagem vem predominando nas principais redes sociais, superando as chamadas para as mobilizações dos movimentos sociais, contra a fome, carestia, pela soberania nacional e democracia, com o Fora Bolsonaro galvanizando o movimento.

Em SP e BSB, Bolsonaro deverá participar e estimular confrontos. Em São Paulo houve uma disputa pelo local das manifestações (com o governo Dória arbitrando em favor dos bolsonaristas) e outra disputa pelo direito de manifestar-se (com o governo Dória proibindo e a justiça autorizando a oposição a também manifestar-se no dia 7 de setembro).

A tensão não se limita às ruas. Rodrigo Pacheco, presidente

do Senado, recusou o pedido feito por Bolsonaro de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes. Bolsonaro criticou fortemente a atitude de Pacheco, mas ao que parece desistiu de encaminhar outro pedido de impeachment, contra o ministro Barroso.

Os governadores procuram jogar água na fervura da crise, buscando reduzir as tensões institucionais. A reunião proposta por governadores a Bolsonaro enfrenta resistência, tanto entre os governadores que não acreditam na possibilidade de acordo com o Brasília, como entre os apoiadores de Bolsonaro, que acham que a reunião enfraquece o governo federal, na sua tática de acirramento das tensões.

Por outro lado, ainda que com menos votos que há dois anos, Augusto Aras foi reconduzido ao cargo de PGR pelo Senado. Na amigável audiência, Aras criticou os excessos da Lava Jato e a ideia de forças-tarefas, assim como a criminalização da política, e tentou escapar das acusações de omissões de eventuais crimes do presidente. Pretende adotar uma postura mais independente no seu segundo mandato, ainda que a hipótese de seu nome voltar a ser considerado para o STF, na eventualidade de recusa de André Mendonça, indique que sua postura em relação ao governo não será agressiva

O empresariado dá sinais de estar se afastando de Bolsonaro, inclusive a Febraban, que articulou manifesto a favor da democracia e da retomada do crescimento econômico. Politicamente, trata-se de um reforço para a chamada terceira via.

De outro lado, piora a situação dos trabalhadores. A pobreza cresce. Cresceu no mês de junho a proporção de acordos salariais

com reajustes abaixo da inflação, com queda dos rendimentos reais das categorias, em meio a um agravamento das condições do mercado de trabalho, com desemprego crescente e redução das perspectivas de crescimento da economia.

O aumento da inflação, especialmente dos bens da cesta básica das famílias trabalhadoras, torna a situação ainda mais dramática. Em 23 estados, cresceu o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, principalmente nos estados do NE e N. No Brasil, a média de pobres subiu de 25,2% para 29,5% da população no período considerado.

As tarifas de energia elétrica podem subir bastante até o final do ano e o governo estimula processos “voluntários” de redução de demanda. O uso de fontes alternativas está praticamente no limite da capacidade e o risco de apagões cresce com a continuidade do período de secas no Rio Paraná. Agora se quer flexibilizar o uso dos reservatórios do São Francisco para compensar a perda de geração no Sudeste. A geração termoeletrica está chegando ao seu limite, assim com o a transmissão dos parques eólicos e solares, principalmente localizados no Nordeste. Mas o governo continua minimizando a dimensão da crise energética.

* * *

Especificamente sobre o 7 de setembro, reforçamos a opinião de que a direção do PT deve debater em profundidade o cenário, com destaque para a situação nas polícias militares.

* * *

Além destas três grandes questões, chamamos a atenção para o que segue.

David Alcolumbre, presidente da CCJ, primeira comissão a

ouvir a indicação de Andre Mendonça para o STF, não pretende marcar a audiência por enquanto. Pretende pressionar Bolsonaro, resistindo às pressões dos que defendem o ministro “terrivelmente evangélico”. Há divergências entre Alcolumbre e Pacheco.

Segundo o UOL, o governo federal volta a discutir o uso da Força Nacional, constituída de militares das PMS estaduais emprestados ao governo federal, sem pedido dos governadores, o que já foi considerado inconstitucional pelo STF. Além de ser funcional para as movimentações golpistas de Bolsonaro.

Na Ordem do Dia do Soldado, 25/08, o comandante do Exército defendeu a estabilidade institucional e o papel profissional das Forças Armadas.

O presidente Bolsonaro diz que “povo armado jamais será escravizado”, estimulando o armamento da população civil, inclusive com fuzis. O licenciamento de armas continua batendo recordes.

Ruralistas e setores interessados na exploração das terras indígenas trabalharam para adiar julgamento do Marco Temporal no STF. Se aprovada a tese usada pelo governo e parte do Judiciário para justificar a paralisação das demarcações, os indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988.

O STF reconheceu a constitucionalidade da lei que garante a autonomia do BACEN, dando uma vitória para a equipe econômica do governo.

Na parca cobertura da grande imprensa brasileira sobre a viagem de Lula ao NE se destaca a defesa, feita por Lula, da regulamentação da mídia. Lula defendeu mais democratização do acesso

e diminuição do poder de monopólio de alguns grupos.

Em Salvador, o senador Otto Alencar (PSD), candidato à reeleição em chapa com o PT, disse que vai trabalhar para que o PSD de Gilberto Kassab apoie Lula em 2022. O PT discute com o prefeito Alexandre Kalil (PSD MG) de Belo Horizonte a possibilidade de acordo para as eleições estaduais, em disputa contra o PSDB que se uniria ao governador Romeu Zema.

Eduardo Leite (RS) e Tasso Jereissatti (CE) podem se unir na disputa interna do PSDB contra Doria (SP) nas prévias para escolher o candidato do partido para 2022. Os dois se reuniram em BSB, depois que Jereissatti se encontrou com Lula no Ceará.

MDB lança o movimento “Todos por um só Brasil” para tentar frear a aproximação de lideranças regionais com Lula, especialmente no Nordeste.

Depois de reunir com movimentos sociais e lideranças populares, a Caravana de Lula no Nordeste costurou laços com os governadores locais e consolidou alianças estaduais com impactos nacionais, envolvendo lideranças regionais do PP, PSD e MDB que nacionalmente apoiam Bolsonaro.

* * *

Roteiro da fala de Giorgio Romano

Primeiro, o Afeganistão tem um território do tamanho dos estados de Minas Gerais e São Paulo juntos. População 40 milhões, menor que São Paulo. PIB equivalente ao do ABC paulista. Kabul é a única metrópole com 4,5 milhões de habitantes. A segunda cidade, Kandahar, antiga capital, no sul, tem 600 mil habitantes.

A renda per capita é metade da renda do Haiti, que é país

mais pobre da AL. Estamos falando portanto de um dos países mais pobres do mundo, muito descentralizado, com milhares de vilarejos nas montanhas. Faz fronteira com o Paquistão ao sul e ao leste, com o Irã ao oeste, e no Norte tem as ex-repúblicas soviéticas, Turcomenistão, Uzbequistão e Tajiquistão.

O Afeganistão possui fronteira com China no nordeste e fronteira com Xinjiang - 74 km a 5 mil metros de altura. Kabul-Islamabad a menos de uma hora de voo, 7 horas de carro.

Não há gasodutos ou oleodutos. O interessado aqui é o Turcomenistão, com a TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia). Há negociação em curso com o Taleban, desde que estes consigam garantir a segurança.

Situação econômica que o novo governo vai herdar

Sobre riquezas naturais, há várias notícias bastante fictícias. Cobre, terras raras, minério de ferro, lítio, há um pouco, mas tudo muito difícil de explorar. China vai encarar?

A matéria prima que existe é a **papoula**, que é a matéria prima para heroína e ópio. O país controla mais de 80% da produção e exportação global, que compõe 10% do PIB (o que o representa no Brasil). Em comparação, na Colômbia a cocaína representa menos de 5% do PIB, por exemplo. Ópio gera emprego para 200 mil famílias.

Programas de erradicação não estavam no mandato da OTAN, mas as tropas deram apoio às operações do governo sem dar alternativas aos camponeses. O Taleban interpretou que o uso não pode pela lei islâmica, mas pelo jeito a cultivação e venda para os infiéis sim.

Era uma das principais fontes de recursos e “apoio”/convi-

vência dos camponeses, que receberam proteção. Como vai ficar? Pode se tornar fonte de recursos para outros grupos, até para aqueles da oposição aos Talibãs.

75% do **orçamento público** em doações (mais de 50% do gasto público era para segurança). China vai substituir? Entre 2003 e 2012 crescimento médio 9,4% do PIB – caiu para 2,5% entre 2015-2020

Dependência de importações e agora falta de USD
reservas internacionais de US\$ 9 bi (45% PIB) sequestrados
reservas FMI de 450 mil congelados
as transferências dos empréstimos do Banco Mundial interrompidas

O G7 acha que isso pode ser uma moeda de troca nas negociações. A ver, porque austeridade tem um significado espiritual para os Taleban. De outro lado eles precisam garantir segurança alimentar.

A questão política interna: não vai ser fácil para reorganizar o país, em particular Kabul. Taleban não é uma organização leninista, pelo contrário, muito descentralizada, parece mais uma federação de vários grupos. Em uma entrevista um dos porta-vozes disse que primeira tarefa é garantir a disciplina interna.

Resistências de outros grupos existem e podem surgir. Garantir segurança é essencial para atrair investimentos. Ou seja, do ponto de vista da geoeconomia Afeganistão é periférico demais para que os acontecimentos tenham algum impacto.

Mas o que isso significa para os EUA?

A retirada se deu em três fases

- uma drástica redução das tropas a partir de maio 2011

quando Bin Laden é morto no Afeganistão. Maioria dos especialistas e militares que deram entrevistas nos últimos dias avaliam que naquele momento deveriam ter saído de vez.

- segundo passo foi quando a missão original da OTAN com aval da ONU terminou em dezembro 2014 e a responsabilidade para a segurança foi entregue ao governo do Afeganistão.

-e a última fase é a que a gente tá assistindo.

Por que demorou mais 10 anos?

Há vários motivos, vou destacar um.

Obama tinha a ideia de que poderia destruir as forças de Taleban e Al Qaeda antes de sair por meio de uma guerra de drones, e assim deixar um país livre de grupos radicais. Foi a maior guerra de drones que vimos até agora.

Eram operações secretas da CIA com uso de forças armadas, mas sobretudo grupos mercenários com ataques no Afeganistão e no Paquistão. Deu errado. Uma surpreendente repetição da ilusão da guerra de precisão de McNamara no Vietnam, que também prometia não atingir civis.

Os ataques de drones no Paquistão causaram muito mal estar com os militares e grupos de inteligência que já eram simpáticos aos Taleban. Houve, além de civis, morte de soldados paquistaneses.

Ou seja, o que deveria ser o caminho para uma saída vitoriosa acabou fortalecendo o apoio aos Taleban e Obama, que tinha prometido sair, se viu obrigado a aumentar as tropas em 2017 e 2018.

Aí veio o Trump que concordou que os EUA tinham que sair e se colocou como negociador, o que resultou nos acordos de

Doha de fevereiro de 2020.

Qual era o negócio? Taleban faz o que quiser no país, mas garante continuar lutando contra o Estado Islâmico (isso é tranquilo); não admitir operações internacionais de Al Qaeda em seu território; e ajudar para uma retirada na maior normalidade, sem mais ataques.

De fato, depois desse acordo não se registraram ataques às tropas da OTAN pelo Taleban. Estes pediram como sinal de boa vontade a imediata libertação de 5 mil militantes, o que desmoralizou o governo do Afeganistão que nem estava na mesa de negociação. Trump também diminui as tropas de 13 mil para 4,5 mil e continuou diminuindo.

Data acordada: 1 de maio de 2021. Trump não começou os preparativos, Biden disse que precisava respeitar o acordo de Doha e só pediu prorrogação até 11 de setembro, data mágica, depois mudou de ideia, porque percebeu que seria mágico demais e marcou 31 de agosto.

O erro do Biden é que não prestou atenção à mensagem do Elói da semana passada: ou seja, não se pode trabalhar somente com o cenário de normalidade quando há outros cenários possíveis. Precisa haver uma estratégia para cada cenário.

Havia uma percepção na Casa Branca de que o governo afegão iria resistir até o inverno, quando os Talibãs estariam em forte desvantagem e assim Biden imaginava poder passar pelas eleições para o Congresso em junho do ano que vem.

Observe que há um consenso nos EUA que é: precisa mudar o foco. Diminuir drasticamente a exposição no Oriente Médio e Afeganistão para poder concentrar na Ásia oriental, China e na

Rússia. Todas as falas e publicações do governo Biden, do Congresso e dos *think tanks* vão nessa direção.

Kamala Harris, a vice presidente, estava na semana passada no Vietnam (!) para discutir políticas de contenção à China. Quer maior prova do cinismo do poder?

Com relação ao Oriente Médio: quando Bush invadiu Iraque, os EUA estavam com demanda de petróleo crescendo, produção diminuindo e 70% dependentes de importação de países considerados pela CIA “não-amigáveis”.

Aí veio a revolução Bush-Obama-Trump do petróleo e gás de xisto. Dobraram sua produção e ainda contam com Canadá. Hoje os EUA são autossuficientes em petróleo e gás, não precisam mais do Oriente Médio, uma grande reviravolta geopolítica. O maior comprador do petróleo do Oriente Médio é a China, seguido dos países europeus, Japão e Índia.

Pouco mais de 2000 tropas e gastos limitados no Afeganistão fariam a diferença para montar a contenção à China e Rússia? Não, mas o que faz a diferença é o enorme envolvimento do aparato de inteligência da CIA. A sabatina no senado do novo diretor, William Burns, deixou isso claro.

Aí o ataque ao aeroporto pode representar um problema. Há um cenário em que os Talibãs não vão respeitar ou não terão as condições para evitar que o país se torne de novo a Meca e inspiração de grupos extremistas islâmicos. O que torna esse cenário menos pesadelo para os EUA é o fato que a China e a Rússia também farão de tudo para evitar isso.

E o impacto para as eleições de julho de 2022? Queda da aprovação de Biden: 54% para 47%

Na economia, programas aprovados: conseguiu enquadrar os fiscalistas no partido democrata e quebrar a unidade dos republicanos.

Manteve política monetária do BC alinhado à política fiscal: inflação.

Mas a Covid – variante Delta – aumentou casos e atrasou a recuperação econômica. Projeção de crescimento do PIB em 2021 ainda de 6,2%.

A migração pode ser um problema.

Afeganistão sozinho não faz a diferença.

Europa

Missão OTAN. Artigo V!

Reforçou sensação que Europa deve cuidar de si mesma e apostar em uma maior autonomia. Opinião pública: muita frustração. Água nos moinhos da Rússia e China. Draghi e Johnson se manifestaram publicamente. Outubro tem G-20 em Roma.

Inclusive porque a pressão migratória vai cair e já está caindo sobre Europa! Isso freia um movimento de repactuação do Biden.

Índia

Importante para entender os Brics.

Os EUA desde Obama começaram a apostar na aliança com a Índia, cientes das dificuldades com Paquistão (que consegue ser aliado da China, EUA e Taleban ao mesmo tempo...).

Trump não era muito interessado em parcerias, mas Modi continuou apostando nessa relação e quando Biden ganhou, as duas pontas se juntaram de novo. Exemplo de expansão e fortalecimento da parceria militar QUAD (EUA, Japão, Austrália, Índia).

Nesse aspecto Paquistão e Afeganistão ajudam a posição da

China, fortalecendo um movimento que já estava em curso.

Ajuda memória de 6 de setembro de 2021

A discussão do grupo de conjuntura da FPA se concentrou no debate sobre o que pode ocorrer no dia 7 de setembro e seus possíveis desdobramentos.

As pesquisas apontam para uma vitória de Lula nas eleições de 2022. E parcela dos que apoiaram Bolsonaro no segundo turno de 2018 – inclusive setores empresariais - está buscando construir uma alternativa não-bolsonarista para enfrentar Lula.

Várias entidades empresariais racharam no posicionamento em relação às movimentações políticas de Bolsonaro.

Sete entidades do agronegócio brasileiro decidiram divulgar documento atacando as crises intermináveis, a politização nociva e risco do retrocesso. Já a Aprosoja, a Andaterra e representantes de sindicatos de produtores rurais de Estados vinculados à CNA estão entre os principais articuladores da convocação dos atos antidemocráticos do dia 7. Os bancos públicos saíram da Febraban, a Fiesp adiou o lançamento do manifesto assinado e a FIEMG apoiou Bolsonaro, enquanto entidades do agronegócio reagem contra. Em Minas Gerais, um grupo de grandes empresários se insurgiu contra a FIEMG e lançou um manifesto em defesa da democracia.

Há também sinais de racha entre grupos de extrema direita e de direita dentro dos partidos que apoiam Bolsonaro, como o Novo e o Cidadania. O ministro Tarcísio Gomes deve ser lançado candidato a governador de SP pelos bolsonaristas e deverá participar dos atos do Sete de Setembro, com o presidente. Já o PSDB

de SP informa que decidiu participar dos atos do Anhangabaú, de oposição a Bolsonaro.

Estes elementos citados – além de muitos outros - indicam que Bolsonaro está ficando “isolado”, mas não está derrotado, muito menos imóvel.

Para além de ações mais convencionais para reconquistar apoios e votos, Bolsonaro está apostando na mobilização do núcleo duro de sua base de apoio.

A data escolhida – o 7 de setembro – gerou a impressão de que se tratava de um confronto direto com a oposição de esquerda, a começar pelos organizadores do Grito dos Excluídos, este ano combinados com a campanha pelo Fora Bolsonaro. Mas o alvo imediato do bolsonarismo são setores da própria elite, a começar por alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

Setores que hoje apoiam e integram o governo Bolsonaro tem restrições a esta escalada. Mas o núcleo duro do governo parece determinado a “esticar a corda”, talvez por saber mais do que nós sabemos acerca do risco que Bolsonaro e sua família correm de terminar – nas palavras do presidente – “morto ou preso”. Aliás, os documentos conseguidos e os últimos depoimentos na CPI da Covid chegam cada vez mais perto da família Bolsonaro.

Ao final do dia 7 de setembro saberemos:

1. Qual o número total de pessoas que o núcleo duro do bolsonarismo foi capaz de mobilizar, em quantas cidades e com qual composição política e social;
2. Em que medida foram manifestações retoricamente golpistas e em que medida desbancaram para a violência, de que tipo e contra que alvos. É especialmente importante medir qual a ca-

pacidade de convocatória real do bolsonarismo entre setores do empresariado, pentecostais e militares.

Importante registrar que os PMs estão comprando armas para uso pessoal muito mais rápido do que o restante da população. Suas compras cresceram 116% no primeiro semestre de 2021, em relação ao total de armas compradas por policiais militares durante todo o ano de 2020. Além de mais armados, os PMs estão cada vez mais explícitos na defesa do governo Bolsonaro, com expansão do número de candidaturas corporativas, além das pesquisas constatarem uma grande adesão dos PMs ao ideário mais radical do bolsonarismo. Alguns governadores estão adotando medidas para coibir a participação de policiais nos atos do dia 7 de Setembro e nas caravanas que se deslocam em direção a São Paulo e Brasília. Várias procuradorias do Ministério Público estão fazendo um cerco para dificultar a participação de PMs nas manifestações de 7 de Setembro, proibindo os oficiais e praças de manifestações políticas.

Igualmente ao final do dia 7 de setembro, saberemos:

1. Qual a capacidade de convocatória da oposição de esquerda, nas piores condições possíveis (atos realizados em um feriado prolongado, sob ameaça combinada de pandemia e violência, com setores da própria oposição defendendo a desmobilização);

2. Qual a disposição real da direita não bolsonarista, o que inclui a atitude dos governadores não bolsonaristas, bem como o grau de comando que possuem sobre as respectivas forças policiais.

Vale registrar que a direita não bolsonarista fala em fazer

atos de rua nas próximas semanas, o que deve ser visto em dupla chave: por um lado contribui para derrotar o bolsonarismo, por outro lado trata-se de uma acumulação de forças em favor de uma “terceira candidatura”, que tem o objetivo de derrotar também a esquerda, para desta forma poder manter a “ponte para o futuro”. Esta parece ser, também, a posição do governo Biden.

Há diferentes opiniões e informações sobre a postura do empresariado, donde decorre a necessidade de discutir em profundidade as tendências do capitalismo contemporâneo e, vinculado aquelas tendências, a disposição dos capitalistas em fazer maiores ou menores concessões no terreno da soberania, dos direitos, da igualdade, da liberdade e do desenvolvimento. Se esta disposição for pequena ou inexistente, maior peso e responsabilidade histórica recai sobre a classe trabalhadora e as esquerdas.

Mesmo que no dia 7 de setembro haja atos de violência – que podem ser maiores ou menores, planejados diretamente ou estimulados indiretamente - não se espera um “golpe” para o dia 7 de setembro. Tampouco se avalia existir clima para uma “intervenção pacificadora” das forças armadas. Mas o que vier a ocorrer no dia 7 de setembro contribuirá bastante para definir qual o nível de radicalização do que vai ocorrer neste final de 2021 e durante o ano de 2022.

Isto deve ser dito para quem teme comparecer no dia 7 por medo da violência: a debilidade das esquerdas nas ruas e a consequente vitória política da direita apontariam para um cenário pior e não melhor do que o atual. Enganam-se os que acham que, não comparecendo, estaríamos evitando uma vitória do bolsonarismo.

Há duas cidades que tendem a dar o tom na mobilização do

dia 7 de setembro: Brasília e São Paulo. No caso da capital, é preciso imensa atenção, apoio e solidariedade para com os indígenas: os que ficaram para acompanhar a votação do Marco Temporal no STF e as que vão chegar para a mobilização das mulheres indígenas. No caso de São Paulo, é preciso atenção para as movimentações de Dória, que cedeu a Avenida Paulista ao bolsonarismo e tentou impedir a manifestação da oposição de esquerda em todo o território paulista.

A mobilização para o dia 7 de setembro – pelo menos até agora – confirmou as debilidades da esquerda no plano da comunicação. Por outro lado, o monitoramento das redes sociais mostra que há um aumento da intensidade das mensagens sobre o 7 de Setembro; a maioria das mensagens é de apoio as teses bolsonaristas, mas seu impacto não consegue ultrapassar os limites dos grupos já associados a essas ideias. Há um aumento de volume de mensagens, mas os recipientes e difusores são os mesmos, sugerindo que a ampliação dos apoiadores está mais lenta do que se esperava.

Superar as debilidades comunicacionais e organizativas da oposição de esquerda continua sendo uma tarefa prioritária, até porque – aconteça o que acontecer no dia 7 de setembro – os próximos dias, semanas e meses continuarão sendo marcados por grandes lutas.

* * *

A seguir, outros temas que foram abordados na reunião ou constam do subsídio distribuído aos integrantes do grupo de conjuntura:

Bolsonaro sancionou a lei que revoga a LSN, mas vetou o

artigo que penalizava as fake news.

O presidente da CCJ do Senado, David Alcolumbre, resiste as pressões de familiares de Bolsonaro e pastores evangélicos e não marca audiência para dar prosseguimento à indicação de André Mendonça para o STF. Mendonça e Lava Jato.

As emendas parlamentares à disposição do relator do Orçamento, que constituem o chamado “orçamento secreto” de execução direta pelos governos locais, cresceram muito para os representantes de Minas Gerais, depois da eleição de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para a presidência do Senado.

O PLOA 2022 (Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022) não contém previsões de aumento das transferências sociais, fixa o salário mínimo sem reajustes reais e não incorpora os projetos de parcelamento os precatórios. Os investimentos foram ainda mais reduzidos. Em 2021 eles foram de 28,7 bilhões, caindo para 23,8 bilhões em 2022.

A Câmara dos Deputados aprovou, com apoio da oposição, uma reforma do IR que o torna mais regressivo, com o aumento da proporção dos impostos indiretos, reduz as alíquotas para as empresas e beneficia os grandes recebedores dos dividendos, compensando as perdas do pagamento de tributos sobre os lucros e dividendos, com redução do IRPJ e outros mecanismos de diferenciação de tributação sobre rendimentos. O projeto vai agora para apreciação do Senado, onde poderá receber emendas que ampliem as brechas para elisão fiscal e estímulos à pejetização das pessoas com maiores rendimentos do trabalho.

O Senado recusou a proposta de flexibilização ainda maior da legislação trabalhista para os trabalhadores mais jovens, com

forte resistência da bancada do PT, que considerou a mini-reforma trabalhista como uma deterioração ainda maior das condições do mercado de trabalho, afetando especialmente 25 milhões de jovens.

A derrota da mini-reforma trabalhista no Senado acendeu a luz vermelha dos bolsonaristas sobre a possibilidade de rejeição da indicação de André Mendonça para o STF. A derrota foi atribuída aos conflitos entre Artur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidentes da Câmara e Senado, que se agravam.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os milhares de jovens que perderam a gratuidade da inscrição do ENEM poderão fazer as inscrições novamente. Isso beneficia principalmente os jovens de famílias mais pobres, que não se inscreveram, reduzindo drasticamente a proporção desses alunos no exame.

O Atlas da Violência de 2021 revela aumento de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI) de 35% entre 2018 e 2019, em movimentação contrária ao total de homicídios, que caíram de 21% no mesmo período. Essa subnotificação pode ser uma forma de esconder as mortes de negros, assassinados em confrontos com a polícia, que vem melhorando nos últimos anos, explicando o aumento das MCVIs. Pelas mortes violentas, os negros correspondem a 76% das vítimas e têm 2,6 vezes mais probabilidade de serem mortos.

Aumenta o risco de apagões. O governo vem insistindo em aumento das tarifas e pedidos de redução de consumo residencial e industrial para enfrentar a falta de chuvas na Bacia do Paraná, que vem reduzindo a possibilidade de geração hidroelétrica no Sudeste e Centro-oeste do país. Houve a criação de mais uma ban-

da na tarifação de eletricidade - Escassez Hídrica - que aumenta os custos - principalmente dos pequenos consumidores - e que tem grande efeito sobre a inflação, com vigência até abril de 2022.

Após confirmada a existência de dois casos atípicos do “mal da vaca louca”, houve a suspensão das exportações de carne bovina do Brasil para a China. A situação coincide com o momento em que as exportações de carne atingiram volume recorde: 200 mil toneladas exportadas num único mês, agosto de 2021. Ao mesmo tempo, as expectativas são cada vez mais pessimistas sobre a possibilidade da economia apresentar cenários de crescimento em 2022. E a pandemia segue causando vítimas, com milhões de contaminados e praticamente 600 mil mortos.

* * *

Sérgio Mamberti, presente!

Agora e sempre!

Ajuda memória de 13 de setembro de 2021

O grupo de conjuntura da FPA dedicou boa parte de sua reunião de 13 de setembro de 2021 a analisar a crise política, em particular o significado e as implicações dos atos de 7 de setembro, das articulações entre Temer e Bolsonaro, assim como dos atos de 12 de setembro.

Mesmo menores do que o esperado, as manifestações demonstraram que Bolsonaro tem ainda uma grande capacidade de mobilização social, o que enfraquece as possibilidades da terceira via, intensificando a disputa Lula x Bolsonaro.

Embora existam diversos aspectos por esclarecer quanto aos acontecimentos de 7 a 9 de setembro (por exemplo, qual o papel

preciso da cúpula das forças armadas), não resta dúvida alguma de que Bolsonaro foi, é e continuará sendo um agente golpista. Enquanto ele estiver ocupando a presidência da República, seguirão sob forte ameaça as liberdades democráticas em geral e as eleições de 2022 em particular.

As declarações de Arthur Lira, de Rodrigo Pacheco, de Augusto Aras, de Fux e Barroso, a entrevista de Gilmar Mendes (segundo quem deveríamos confiar na “boa fé” de Bolsonaro) e o “acordo” patrocinado por Michael Temer mostram que não existe – na classe dominante e nos seus representantes políticos – a disposição de fazer o impeachment de Bolsonaro.

Isso acontece em parte porque Bolsonaro vem contribuindo para o avanço da pauta neoliberal, em parte porque ele tem um sólido apoio num setor importante da classe dominante, e também porque um processo de impeachment poderia colocar em risco o andamento das “reformas”.

Mas, ao mesmo tempo, existe em amplos setores da classe dominante a convicção de que Bolsonaro perderá as eleições presidenciais para Lula. Ainda não está visível para nós – e acreditamos que também não está visível para a direita não bolsonarista – como eles tentarão escapar dessa situação.

Mesmo tentando disfarçar seu caráter “nem, nem”, as manifestações de 12 de setembro, convocadas pelo MBL e o Vem para a Rua contaram com a adesão de partidos que buscam consolidar uma terceira via eleitoral.

Inicialmente apoiado pelo Novo e por alas do PSL, o ato passou a ser apoiado também pelo PDT, PSB, PC do B, Cidadania, PV e Rede, setores do PSDB e do Solidariedade e membros de gen-

das como MDB, DEM, PL, Avante e PSOL.

Ciro Gomes (PDT), Mandetta (DEM), Simone Tebet (MDB), Eduardo Leite (PSDB) foram à manifestação do dia 12, assim como o governador de São Paulo. Nesse estado, a maior manifestação ocupou menos de um quarteirão na frente da FIESP.

A manifestação do dia 12 de setembro demonstrou que a capacidade de convocatória da direita não bolsonarista ainda é reduzida, ao menos quando comparada com a direita bolsonarista e com a esquerda. Da mesma forma, as pesquisas eleitorais não são boas para os candidatos que tentam levantar a bandeira da “terceira via”.

Entretanto, nada disto significa que as coisas estejam tranquilas e fáceis para a oposição de esquerda. A radicalização da extrema direita, a pusilanimidade da direita tradicional, a profundidade da crise, o quadro geral de instabilidade, assim como as divergências e também as dificuldades de mobilização existentes na oposição de esquerda indicam que os próximos dias, semanas e meses que nos separam da eleição presidencial serão muito difíceis e tensos.

Por isto, é importante que as direções partidárias concentrem suas energias, nas próximas semanas, na articulação dos atos de 2 de outubro e 15 de novembro. Isto exigirá uma operação de “estado maior”, uma vez que há outras agendas disputando o tempo e as atenções de parte importante das organizações do campo popular.

É fundamental continuar investindo na mobilização de rua, tomando todas as medidas necessárias para que haja comparecimento organizado dos setores populares. Entre estas medidas

certamente está enfatizar a chamada “pauta do povo”, isto é, para além do Fora Bolsonaro é preciso falar da falta de emprego, de renda, da volta da fome e da inflação.

A convocatória de Lula pode contribuir nesse sentido. Mas isto não basta. Seja como for, Lula deve assumir - cada vez mais - protagonismo direto na oposição democrática e popular, na defesa das liberdades democráticas, na luta contra a destruição dos direitos e do desenvolvimento nacional. Este envolvimento direto contribui também para dar mais solidez à sustentação de um futuro governo federal encabeçado pela esquerda.

Entretanto, é preciso avaliar como envolver Lula na mobilização pelo Fora Bolsonaro, sem abrir espaço para que sejamos acusados de “contaminar” a campanha pelo impeachment com a futura campanha eleitoral.

Cabe enfatizar que defendemos que outras forças políticas e candidaturas – como fizeram Ciro Gomes, João Dória e Eduardo Leite – compareçam nas mobilizações de rua e pressionem seus partidos a defenderem o impeachment.

Embora a cúpula da oposição de direita possa sempre fazer um pacto com Bolsonaro, em setores crescentes de sua base não há caminho de volta. Sendo este um motivo a mais para que defendamos com absoluta firmeza o Fora Bolsonaro.

É preciso saber que as eleições não estão garantidas, a vitória não está garantida, a posse não está garantida e um futuro governo de esquerda enfrentará situações mais complexas do que as do passado recente.

Nem Bolsonaro está derrotado, nem a “terceira via” está inviabilizada, nem golpes de mão estão descartados. Entre estas ma-

nobras paira sempre a proposta de parlamentarismo disfarçado de semi-presidencialismo. Mas a questão de fundo é que a economia vai mal, a população vive dias muito difíceis e a direita não tem o que oferecer.

* * *

A seguir outros temas tratados na reunião e/ou no subsídio preliminar.

Uma semana depois da carta de recuo de Bolsonaro, escrita com a ajuda de Michel Temer, o STF tem uma pauta explosiva para o governo: marco temporal, precatórios e decretos sobre porte de armas devem ser julgados. Será uma oportunidade de medir até onde vai a “trégua” entre os poderes da República.

Chegamos à quarta semana de julgamento do ‘marco temporal’ no STF, com placar inicial favorável aos indígenas e pressões com ameaças do governo que eventual decisão nessa linha pode representar o “fim do agronegócio” no país.

A possibilidade de um acordo com o STF sobre os precatórios e, com o Senado, para a indicação de Andre Mendonça, podem explicar parte da posição de Bolsonaro.

Se seu objetivo tático foi se fortalecer para barganhar a proteção, ele parece ter obtido sucesso. Se foi mobilizar suas bases mais radicais, deixa sequelas cuja extensão ainda precisa ser medida.

Os caminhoneiros bloquearam estradas em 15 estados numa tentativa de dificultar o deslocamento de mercadorias. Zé Trovão, um dos líderes, foragido, se irritou com o pedido de Bolsonaro solicitando o desbloqueio das estradas.

Há crescente preocupação na PF em relação aos efeitos das

conversas de Bolsonaro e o ministro Alexandre de Moraes sobre os inquéritos que envolvem o Presidente.

A candidatura de Andre Mendonça para o STF conta agora com a atuação do ex-presidente Sarney, além de pastores evangélicos.

Depois de vetar o artigo da lei que derrubou a LSN referente a punição dos emissores de fake news, Bolsonaro muda o Marco Civil da Internet para dificultar a retirada das redes de emissores comprometidos com fake news, de forma a agradar as suas bases ideológicas.

Bolsonaro também vetou o projeto de lei que possibilitaria a constituição de federações de partidos para as eleições de 2022. O PL aprovado pelo Congresso ajudaria partidos como o PC do B, PSOL e Rede e o veto pode ainda ser rejeitado pelo Congresso.

A pauta econômica de Guedes no Congresso e no STF deve sofrer um atraso pelo agravamento da crise política.

O governo Bolsonaro tem mudado sua retórica em relação a China e baixado o tom de suas críticas, mas os EUA continuam pressionado fortemente para impedir qualquer maior aproximação entre os dois países.

O PIB continua patinando, o desemprego é muito alto e o mercado de trabalho não dá sinais de melhoria, configurando mais e mais um quadro de estagnação.

O governo insiste em mecanismos de mercado para o ajuste de demanda da energia elétrica, elevando as tarifas. Os impactos dessa estratégia sobre os orçamentos familiares começam a afetar a agenda eleitoral.

Inflação de 2021 se aproxima de 10%. Combustíveis e ele-

tricidade puxaram a inflação em agosto, com o IPCA atingindo nível recorde para o mês desde 2000. Sua evolução nos últimos 12 meses é de 9,68%. Houve uma grande elevação do grupo de alimentação e bebidas, impactando fortemente sobre o orçamento das famílias mais pobres.

Ajuda memória de 20 de setembro de 2021

O grupo de conjuntura reuniu-se antes do discurso na ONU. A análise a respeito e de suas repercussões será feita na próxima reunião do grupo, no dia 27 de setembro.

A reunião teve com ponto de partida a síntese da semana passada, que destacou a piora das condições econômicas. As expectativas estão mais pessimistas, com dados ruins sobre fechamento de empresas, aumento dos trabalhadores “por conta própria”, aumento dos domicílios sem renda do trabalho, etc. Muitas empresas estão ampliando seu endividamento, motivado mais por dificuldades crescentes e menos em decorrência de novos investimentos. Persistem os gargalos na oferta de suprimentos para a indústria, o que por sua vez impacta no aumento da inflação, somando-se a pressões internas como a dos preços de energia e combustíveis. A crise energética continua se agravando, sem que o governo adote medidas necessárias para enfrentá-la. O que significa uma trava para uma eventual retomada, já que qualquer avanço mais robusto da atividade econômica vai bater na escassez de oferta de energia. Há um agravamento da crise fiscal, com dúvidas sobre o pagamento dos precatórios e ausência de um orçamento crível para 2020.

Tomada de conjunto e se não sofrer alteração para melhor,

a situação econômica – mais as expectativas de derrota eleitoral de Bolsonaro - levam a crescentes questionamentos da classe dominante em relação à dupla Bolsonaro e Guedes, abrindo espaços para a tentativa de uma “terceira via” (que, entretanto, coincide com Bolsonaro e Guedes no que diz respeito aos objetivos programáticos). Outra movimentação importante – que acumula em favor desta “terceira via” – é a possível fusão do DEM com o PSL, que deve resultar no maior partido de direita desde o PFL; o novo partido já nasceria com três governadores e uma importante base no Congresso Nacional. Com 81 deputados será a maior bancada da Câmara, com a maior parcela do Fundo Eleitoral, governando os estados do agronegócio (TO, GO e MT). Um dos beneficiários dessa fusão seria o pré-candidato Henrique Mandetta.

Um outro teste para a “terceira via” é o relatório da CPI da Covid e o que dirá efetivamente acerca dos crimes contra a humanidade, contra os direitos humanos, de responsabilidade, de prevaricação, de genocídio contra populações indígenas, desrespeito às normas sanitárias, a estratégia da imunidade de rebanho etc. Deve haver uma comunicação ao Tribunal Penal Internacional, seja por iniciativa da CPI, seja por grupos organizados da sociedade civil. Embora os processos no foro internacional sejam morosos e levem décadas, o impacto no campo político é importante. Quanto à data final do relatório, é provável que seja prorrogada, em especial por conta das denúncias relacionadas à Prevent Senior e ao depoimento na próxima quinta do representante da empresa Precisa. Também estava prevista nova convocação do Queiroga, para falar sobre a não vacinação de adolescentes; mas o anúncio de que o ministro estaria com Covid pode alterar isto. A previsão

é de que o relatório seria entregue antes do dia 2 de outubro. O relatório será entregue ao Artur Lira, que será obrigado a emitir um parecer.

Por fim, temos a indicação de André Mendonça para o STF, que parece cada vez mais difícil de ser aprovada no Senado.

Importante destacar que a “terceira via” não dá sinais de que vá engajar-se nos atos pelo impeachment, convocados para o dia 2 de outubro. Os opositoristas de direita, organizados pelo MBL e pelo Vem para a Rua, realizaram os atos do dia 12/09 e decidiram não participar das manifestações programadas. Com isso, nos atos do dia 2 de outubro devem estar presentes fundamentalmente as mesmas forças que estiveram nas anteriores. O que reforça a importância da convocatória e inclusive presença de Lula.

Independente disto, o fato é que – alimentada pela crise econômica e social – a crise política e institucional não desapareceu de cena. E não se deve descartar nenhum cenário. Por exemplo: uma nova onda de radicalização por parte da extrema direita bolsonarista. Outro exemplo: um esvaziamento da “terceira” via em favor da candidatura de Bolsonaro, em nome de derrotar Lula.

Neste sentido, é preciso estar atento para as movimentações de Bolsonaro no sentido de recuperar popularidade através de ações de governo. Cabe lembrar, ainda, que a mudança na correlação de forças, contra Bolsonaro e a favor da esquerda, tem como um dos seus efeitos colaterais mobilizar as forças da reação que tentarão impedir o curso normal do processo democrático. Também por isso, a mobilização do Fora Bolsonaro tem que estar fortemente vinculada à chamada “pauta do povo”, no sentido mais amplo da palavra. E é preciso muito trabalho organizativo, para

que as manifestações de 2 de outubro possam impactar fortemente a conjuntura.

A seguir, outras questões que foram tratadas na reunião e/ou na síntese.

O deputado bolsonarista Major Vitor Hugo (PSL/GO) apresentou PL para mudar a Lei Antiterrorismo, criando uma Autoridade Nacional Contraterrorista (ANC) que terá acesso a dados de qualquer cidadão, podendo se tornar uma polícia política secreta para punir os adversários do governo.

Um grupo de juristas, incluindo o conservador e golpista Miguel Reale Jr., entregou ao relator da CPI da Covid-19, senador Renan Calheiros, relatório que embasa juridicamente a acusação de que Bolsonaro teria cometido sete crimes: crime de responsabilidade, crime de epidemia, crime de prevaricação, crime contra a humanidade, infração de medida sanitária, charlatanismo e incitação ao crime.

A senadora Simone Tebet MDB, relatora no Senado do PL sobre as eleições, já aprovado na Câmara, se posicionou contra as federações de partidos e o retorno das coligações nas eleições proporcionais de 2022.

Os presidentes do Senado e da Câmara sabem que a partir de agora as chances de votação de reformas mais estruturais da economia começam a se reduzir, devido a aproximação do calendário eleitoral. Os dois conseguiram aprovar propostas do governo Bolsonaro na área econômica, apesar de derrotas, como no caso do mercado de trabalho para os jovens.

Qual será o comportamento do ministro Alexandre de Moraes depois da ação do seu indicador Michel Temer na “pacifica-

ção” de Bolsonaro? Qual será sua orientação para os inquiridos em relação às fake news que atingem os filhos do presidente? Até agora não há sinais concretos de mudança de posição e o ex-presidente Michel Temer disse que Moraes não mudou de posição, mesmo depois de conversas com o Presidente. As tensões entre o STF e Executivo não parecem se acalmar também em outras frentes de conflitos.

Pesquisa da OCDE mostra o piso salarial do professor brasileiro como o mais baixo entre 40 países.

O DataFolha confirma o favoritismo de Lula, mas principalmente mostra a queda do apoio a Bolsonaro nas eleições de 2022. A rejeição a Bolsonaro aumenta entre os evangélicos e se concentra entre as mulheres (64%), jovens (70%), pretos (67%), nordestinos (70%) e gays/bissexuais (79%).

Pesquisa da DataFolha mostra que 76% dos pesquisados acham que Bolsonaro deve sofrer o impeachment se desobedecer ordens judiciais, como ameaçou no dia Sete de Setembro, mas somente pouco mais da metade concordou com o pedido genérico para a saída do presidente.

As empresas brasileiras captaram 355 bilhões de reais nos mercados domésticos, em um aumento de 65% das operações no 1º semestre de 2021 em relação ao 1 semestre de 2020. Lançamentos de ações e a venda de debêntures foram os principais instrumentos para as captações que antecipam a tendência da elevação das taxas de juros seguindo a aceleração da inflação. Os mercados de capitais brasileiros estão financiando operações de capital de giro (27,2%), de investimentos (20,8%) e redução de passivos (18,7%), sinalizando um processo de reestruturação do

capital, que atinge também empresas menores. Muitas empresas maiores também estão captando recursos nos mercados internacionais, incluindo *funding* para operações de fusões e aquisições. A crise continuada desde 2015, agravada pela pandemia, tem provocado grandes transformações no mercado de trabalho incluindo o fechamento de milhares de empresas pequenas e médias.

Pesquisa do IPEA mostra que quase um terço dos lares brasileiros não têm renda derivada do trabalho (46 milhões), tirando seu sustento de transferências de renda, como o bolsa família, auxílio emergencial e aposentadorias e pensões. Antes da pandemia esse número era 10 milhões de pessoas a menos, mostrando que 2020 e 2021 foram anos de grande agravamento das condições de vida das pessoas de menor renda do país.

Após quatro semanas de acampamentos indígenas e pressões de todos os lados, julgamento e análise do Marco Temporal é suspenso por tempo indeterminado. O placar está empatado.

Em Brotas de Macaúbas (BA) e em Ipupiara (BA), 17 de setembro é feriado municipal em lembrança de Carlos Lamarca, perseguido e morto em 1971.

Depois da derrota dos partidos governistas nas primárias para os candidatos na Argentina, agrava-se a crise entre os apoiadores de Cristina Kirchner e Alberto Fernandez. Vários ministros ligados ao kirchnerismo renunciaram ao governo, pressionando por uma radicalização das ações do governo, onde predominam os peronistas moderados. Em resposta às pressões, o presidente Fernandez trocou alguns ministros e manteve outros, aumentando a influência da vice Cristina Kirchner no governo. O país passa por uma séria crise cambial, desemprego alto e baixo crescimento.

Os kirchneristas sugerem radicalizar algumas reformas para tentar recuperar o crescimento. Nas ruas os movimentos sociais rejeitam um potencial acordo com o FMI e exigem ampliação das políticas sociais, em especial o apoio à alimentação.

Ajuda memória de 27 de setembro de 2021

A reunião do grupo de conjuntura teve início com uma homenagem ao companheiro Carlos Neder, vítima da Covid-19.

Em seguida tivemos dois informes sobre a situação internacional: da companheira Monica Valente, que falou principalmente sobre a América Latina e Caribe; e do companheiro Giorgio Romano, que falou sobre as recentes eleições na Alemanha.

Quanto ao primeiro informe, destacamos:

Situação da Bolívia, Peru e Argentina;

A Venezuela, onde parte da oposição se dispôs a participar das eleições e concordou em participar de uma comissão de paz e diálogo, com mediação mexicana e norueguesa. A rigor, trata-se de uma negociação entre Venezuela e EUA, mediada por esse fórum. Isso tem trazido avanços importantes: o próprio processo de negociação; o relaxamento das sanções norte-americanas à Venezuela, processo chamado de protocolo da proteção social; e a negociação sobre o território em disputa com a Guiana. Persistem tensões, com a Colômbia atuando contra as negociações em articulação com Guaidó;

A importante reunião da CELAC, na qual a Argentina não participou e, portanto, não assumiu a presidência rotativa do órgão.

Quanto a Alemanha, recomenda-se a leitura do artigo de

Giorgio Romano, disponível no seguinte endereço:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/27/analise-o-fim-da-era-merkel-e-a-volta-da-centro-esquerda-ao-poder-na-alemanha-e-agora>

Ainda sobre a situação internacional, vale destacar dois temas que demonstram que – pelo menos fora do Brasil – o maximalismo neoliberal está sendo obrigado a recuar:

A nacionalização (ou seja, estatização) das empresas de gás e energia tem sido muito discutida na Europa, com a Inglaterra e a Alemanha buscando alternativas frente aos problemas de oferta associados às empresas privadas e pulverizadas, assunto que envolve uma disputa geopolítica já que a Rússia é a principal fonte de gás e para os EUA isso é um ponto crítico;

A confiança de Wall Street em que o governo chinês manterá sob controle a situação criada pela falência da super imobiliária Evergrande da China.

Depois de medidas contra a especulação imobiliária, da queda da demanda provocada pela pandemia, as vendas de imóveis na China começaram a declinar, criando uma situação dramática para a segunda construtora do país - a Evergrande - disparando temores de um efeito dominó sobre o sistema financeiro, com reflexos nas economias do mundo, de forma semelhante ao que ocorreu com o Lehman Brothers em 2008. Acontece que o poder do Estado chinês é muito maior, as operações eram realizadas em Renminbi, moeda não conversível, e as dívidas eram com bancos estatais, limitando seus efeitos à economia local. A demanda de ferro diminuiu com a queda da construção civil, mas os efeitos sis-

têmicos sobre o sistema financeiro parecem contidos.

Acerca da conjuntura nacional, o grupo de conjuntura tomou como ponto de partida o “resumo da semana” apresentado pelo companheiro José Sérgio Gabrielli. Entre os pontos abordados nesse resumo, destacamos:

A inflação, que decorre de pressões de custos que não podem ser combatidos pela via da elevação da taxa de juros;

A CPI da Covid;

A agenda do Congresso Nacional (reforma administrativa, novo código eleitoral, precatórios, vetos, indicação para STF e PGR etc.);

O leilão do 5G, que pode colocar 10 bilhões de reais no caixa do governo federal, além da injeção de investimentos privados na implantação da infraestrutura;

A posição aprovada no congresso do PSOL, de não lançar candidatura à presidência em 2022;

A manifestação dos movimentos sociais (MTST e outros) na Bovespa;

Os conflitos internos no PSDB e as tensões no processo de fusão entre DEM e PSL;

Apesar de leve melhora das chuvas, o quadro energético ainda é muito grave, com o sistema já operando no limite e registrando apagões localizados pelo país.

Sobre a CPI da Covid-19: deve concluir seus trabalhos no máximo em 15 dias. O relatório final deve ser apresentado logo em seguida, apontando vários crimes de Bolsonaro no tocante a pandemia, além de muito material colhido sobre outras questões, como fake news e seus financiadores. Há uma para denunciar os

crimes de Bolsonaro contra a vida em tribunais internacionais. Sobre as investigações do caso Prevent Senior, empresa que deve ser impedida de continuar operando, o caso e o conjunto da obra confirmam a importância do SUS, cuja afirmação deve estar no centro do nosso programa de governo.

Uma das questões debatidas no grupo foi a campanha pelo impeachment. Embora haja nuances importantes, é unânime o destaque dado às manifestações convocadas para o próximo sábado, 2 de outubro. Nesta perspectiva, há quem defenda que Lula deve não apenas convocar mas também estar presente.

Outra questão debatida é a situação eleitoral. Um setor do empresariado e da direita deve manter seu apoio ou reagrupar-se em torno de Bolsonaro. Outro setor do empresariado e da direita investe em uma terceira candidatura. Os candidatos a ocupar esta “vaga” tem concentrado seus ataques contra Lula e contra o PT (por exemplo a carta de Dória, as declarações de Ciro, o debate promovido pela Globo News, editoriais de grandes meios de comunicação etc.).

Uma terceira questão é a importância de fortalecer a aliança entre as forças democráticas, populares, de esquerda. Existam ou não alianças mais amplas, não resta dúvida de que é preciso um núcleo de esquerda, que vá além dos partidos e inclua movimentos, centrais etc., e que dê centralidade ao que tem sido denominado de “pauta do povo”, seja para afastar Bolsonaro; seja para ganhar as eleições; seja para tomar posse; seja para governar.

Para concluir, citamos outras questões que foram tratadas no resumo da semana:

Em entrevista à Veja, Bolsonaro revela sua desconfiança com

Mourão, em eventual crescimento do movimento pró-impeachment.

Bolsonaristas radicais e o chamado Gabinete do Ódio migram massivamente para o Tik Tok e Telegram, para continuar sua ação nas redes sociais.

Mentiras no discurso da ONU: falando basicamente para seus mais radicais apoiadores, o presidente desconsiderou a realidade internacional ao relatar uma visão negacionista e mentirosa sobre o Brasil. A constatação da contaminação de Queiroga e o afastamento dos diplomatas brasileiros da Assembleia Geral da ONU, por razões sanitárias, foram fatos que agravaram a desmoralização brasileira frente a comunidade diplomática mundial. Além de Queiroga, que permanece em quarentena em Nova York, confirmaram a contaminação pelo Covid-19 Eduardo Bolsonaro, o advogado geral da união Bruno Bianco e a ministra da Agricultura Tereza Cristina, além de um assessor. Bolsonaro admitiu que sua esposa Michelle foi vacinada nos EUA.

Em alguns municípios, PSDB, PV e Cidadania estão participando de reuniões com as Frentes dos partidos de esquerda e movimentos sociais na preparação dos protestos contra Bolsonaro, programados para 2 de Outubro.

O contrato de consultoria do ex-juiz Moro termina em outubro, quando ele pretende dizer seus planos eleitorais, incluindo uma possível candidatura ao Senado pelo Podemos do Paraná.

Suave com Bolsonaro, explícito na defesa da democracia formal e forte crítico a Lula, é o Doria que se inscreveu nas prévias do PSDB para a escolha do candidato tucano para 2022. Disputando com Eduardo Leite do RS, parece não haver dúvida de que Doria

tenta reviver o antipetismo, como sua força principal.

Apesar do discurso antipetista dos candidatos do PSDB e de Ciro Gomes, os seus apoiadores ainda preferem Lula a Bolsonaro no segundo turno, segundo pesquisa do Datafolha.

Romeo Zema, hoje no partido Novo, planeja se unir ao DEM/PSL, mas espera o posicionamento de outro mineiro do DEM, Rodrigo Pacheco, que pode ir para o PSD, se Gilberto Kassab (PSD) conseguir emplacar sua candidatura à Presidência.

O acordo dos precatórios, se aprovado, pode levar para 2023, para o colo de um novo governo, um peso adicional de quase 50 bilhões para serem pagos no Orçamento daquele ano.

Ainda sem texto definitivo, o acordo entre Artur Lira, Rodrigo Pacheco e o ministro Guedes sobre os precatórios segue conselhos do parecer da consultoria técnica do Congresso, que apontou que o simples adiamento do seu pagamento não seria uma boa solução. Segundo o parecer, a troca de indexador da dívida - do IPCA para a SELIC- pode poupar 79 bilhões até 2029 (1,5 bilhões somente em 2022). Outra medida é o encontro de contas entre estados, municípios e governo federal, que reduz o principal dos precatórios. O acordo prevê a criação de um limite para o impacto do pagamento de dívidas judiciais no teto dos gastos em 39,2 bilhões em 2022, restando 49,2 bilhões que seriam pagos em 10 prestações, na compra de imóveis da união, no pagamento de outorgas do serviço público e outras formas de criação de um mercado secundário para as dívidas de precatórios. Sem esse acordo, a ser votado, o Orçamento de 2022 vira uma peça de ficção. O ministro Guedes atrelou o acordo dos precatórios a aprovação pelo Senado da reforma do Imposto de Renda, já aprovada pela

Câmara, ainda que sofra emendas. A proposta do Imposto sobre Bens e Serviços, com maior impacto federativo, disputa a prioridade da tramitação congressional. O Orçamento de 2022 depende dessas reformas e da solução dos limites do teto dos gastos, que se mostra inviável de ser mantido, mas que o governo insiste em encontrar formas de superá-lo artificialmente.

Com a possibilidade de redução de salários e jornada, flexibilização da estabilidade e possibilidade de contratações temporárias por 10 anos, a Reforma Administrativa avança na Câmara, aprovando o relatório na Comissão Especial. Foi mantida a aposentadoria integral para os policiais, mas segue o risco de desmonte acelerado do setor público.

Depois de rejeitada pelo presidente do senado, Rodrigo Pacheco, e condenada por decisão de ministra do STF, a MP das fake news volta ao Congresso - agora na forma de projeto de lei - e já sofre grandes resistências. O governo insiste em dificultar a ação das plataformas de redes para controlar as emissões de notícias falsas.

Rejeitando as coligações partidárias nas eleições proporcionais, que tinham sido aprovadas na Câmara, o Senado aprovou a nova regulamentação eleitoral, incluindo, entre outras coisas novas, a contagem em dobro dos votos concedidos a mulheres e negros de 2022 a 2030, para fins de distribuição do Fundo Eleitoral. O projeto aprovado pelo Senado leva para a Constituição a fidelidade partidária, que era definida apenas em Lei.

O ministro Paulo Guedes está solicitando ao Ministério de Meio Ambiente mudar algumas de várias determinações que afetam o meio ambiente, entre outras, a possibilidade de licenças

automáticas se o processo demorar nos órgãos competentes, revogação de regras que dificultam o desmatamento da Mata Atlântica e a proibição de produção e uso de agrotóxicos. Movimentos ambientalistas denunciam a tentativa do Ministério da Economia, que se defende dizendo que apenas “planeja reduzir o Custo Brasil”. A disputa sobre os procedimentos ambientais e a política econômica deve se intensificar, especialmente nas relações com a Europa se as eleições alemãs derem mais reforço às teses do Partido Verde, levando a um endurecimento ainda maior da União Europeia em relação ao Brasil.

As UTEs estão operando no seu limite máximo e os reservatórios hidroelétricos da Bacia do Paraíba continuam muito baixos, apesar de uma pequena melhoria da quantidade de chuvas de setembro. As UTE não foram projetadas para esse nível de operação e paradas de manutenção estão sendo adiadas, aumentando o risco de desastres estruturais no seu funcionamento.

A arrecadação federal de janeiro/agosto 2021 cresceu quase 24% em relação ao mesmo período de 2020. Na comparação mês a mês dos dois anos, o crescimento real dos impostos federais foi de 7,25%.

Esperando arrecadar 10,6 bilhões com a outorga e autorizar 39,1 bilhões de investimentos, a ANATEL marcou para 5/11 o leilão do sistema 5G. O sistema deverá começar a operar nas capitais e no DF até junho de 2022, chegando nas cidades pequenas até 2029. O leilão deve atrair fundos de investimento, operadores de telecomunicações e empresas regionais, tendo uma grande disputa geopolítica internacional, com os chineses (Huawei) na frente dos EUA no desenvolvimento dessa tecnologia. Huawei, Erickson

e Nokia disputam essas tecnologias. A China já tem 1,3 milhão de antenas 5G em operação. O Brasil tem 0,11 milhão de antenas 3G e 4G. Com potencial de velocidade até 100 vezes maior do que o atual 4G, a nova tecnologia abre possibilidades para inúmeras novas aplicações de economia digital, tanto na área de streaming, comunicações, operações remotas, inteligência artificial, reconhecimento de imagens. Amplia o espectro da Internet das Coisas, agricultura de precisão e cidades inteligentes.

A Cosan, que atua nos segmentos de energia e logística, adquiriu 47% de participação no Grupo Radar, por R\$ 1,5 bilhão. A Radar detém e administra cerca de 390 propriedades rurais, somando 96 mil hectares dedicados ao cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão e outras culturas. A fusão das duas empresas cria expectativas do aumento de especulação no mercado de terras e a facilitação da circulação do capital financeiro. Estudos do Ifad (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), agência da ONU, aponta que remuneração no campo é baixa e o trabalhador rural cultiva alimento, mas não pode pagar refeição. A agricultura familiar é responsável por produzir de 30% a 80% dos alimentos pelo mundo, mas recebe apenas 6,5% dos preços de supermercado, enquanto o maior lucro fica com distribuidoras, fabricantes e varejistas.

À espera de chuvas, produtores plantam lavouras 2021/2022, que devem chegar a um volume inédito de 289,6 milhões de toneladas de grãos de soja, milho, algodão, arroz e feijão, culturas que correspondem a 94% da produção total do país, que deve continuar como principal produtor e exportador de commodities agrícolas do mundo. Para o arroz, feijão e café, que estampa a

alimentação do consumidor brasileiro, as projeções não são animadoras e apontam que o preço para o consumidor não deve cair no curto prazo.

O IPCA-15 de setembro, que antecipa a inflação do mês, aponta para crescimento dos preços de 1,4%, o maior dos últimos 27 anos em termos mensais. Em 12 meses a inflação já supera os 10%.

Ainda que alguns analistas reconheçam que a inflação só deverá retornar próximo às metas definidas pelo COPOM depois de 2023, o órgão acelera sua elevação da SELIC, com um novo aumento de 1% da taxa e o anúncio de novo aumento para outubro, o que levará a SELIC acima dos atuais 6,25%, superando os níveis de agosto de 2019. O aperto monetário visa reduzir a propagação da onda de aumento de custos, em particular dos energéticos e dos alimentos, de origem em dificuldades de oferta; mas inibirá os investimentos, reduzindo as perspectivas de crescimento. Por outro lado, o aumento da SELIC impacta diretamente sobre as contas fiscais, obrigando novas emissões de títulos de dívida, redução de despesas públicas não relacionadas com a dívida e aumento de impostos, o que também tem efeito retracionista. A meta perseguida pelo BC é de 5,25% no ano e as expectativas do mercado financeiro são de que a inflação termine o ano acima a de 8,3%, numa tendência de crescimento. As raízes estruturais do aumento de custos não estão sendo enfrentadas.

De 2015 para hoje, a proporção de negros recebendo menos de 1,1 mil reais subiu em quase dez pontos percentuais, atingindo 43,1% dos negros ocupados, que representam das pessoas que recebem menos de um salário mínimo. Do total de ocupados no

Brasil, 34,4% recebe até um salário mínimo de rendimentos, atingindo um patamar recorde da série histórica que começou em 2012.

Ajuda memória de 4 de outubro de 2021

O grupo de conjuntura abordou dois grandes temas: a política de preços da Petrobrás e os dilemas da luta contra Bolsonaro.

Em relação ao primeiro tema, tomamos como ponto de partida um roteiro elaborado pelo companheiro José Sérgio Gabrielli, intitulado “Preço dos combustíveis: problema sistêmico, mais que política de preços”.

Em relação ao segundo tema, partimos da constatação de que os atos da campanha Fora Bolsonaro realizados no dia 2 de outubro foram muito expressivos, contudo não foram fortes o suficiente para deflagar o processo de impeachment.

Ocorreram atos de protestos em mais de 300 cidades, enfatizando a volta da inflação e aumento do desemprego (“Bolsocaro”). Em algumas cidades os atos foram maiores; em outras cidades os atos foram menores do que os anteriores; e cresceu o número de cidades que realizaram atividades. O número de siglas que apoiaram o ato não se refletiu em crescimento equivalente ao da presença física. A composição política da massa de participantes dos atos continuou similar a dos atos anteriores. Entretanto, parece ter havido uma mudança na composição social dos atos, com maior presença da militância de base popular. A busca da unidade mais ampla na luta “Fora Bolsonaro” foi um objetivo importante dos atos, o que em alguns casos se traduziu em um número excessivo de discursos. Houve tensões localizadas: em

Pernambuco, com um político de extrema-direita, que atropelou uma manifestante e ameaçou outros com uma arma; e em São Paulo, onde Ciro Gomes reclamou ter sido vítima de uma tentativa de agressão física. Neste caso, há controvérsias sobre o que de fato teria ocorrido, mas de toda forma os dirigentes do PT repudiaram qualquer ato de violência. Vale lembrar que Ciro foi vaiado durante sua fala no ato da Paulista, inclusive quando se referiu aos “fascistas de vermelho”.

Sem prejuízo de um balanço mais detalhado sobre os atos em si, é evidente que as manifestações não foram suficientemente grandes para mover os contrários ao impeachment de Bolsonaro no Congresso. Artur Lira continua sentado em cima de mais de 160 propostas de impeachment do presidente. A pressão das ruas se mantém, mas ainda não foi suficiente para mudar a correlação de forças.

O que fazer diante disto? É possível aumentar a pressão das ruas? Ou teremos “batido no teto”? Neste caso, qual o papel das mobilizações de rua? Tendo ou não “batido no teto”, qual o papel pessoal de Lula? Deve participar diretamente da convocatória das próximas mobilizações? Deve comparecer pessoalmente?

Uma certeza é que a mobilização das ruas continua decisiva na luta contra Bolsonaro, mas não deve ser limitada aos atos de massa convocados pela campanha Fora Bolsonaro. Ganha cada vez maior importância o trabalho permanente de agitação direta nas periferias, nos locais de trabalho, moradia, estudo, cultura e lazer.

Outra certeza é a centralidade da “pauta do povo”, entendendo isto não apenas como denúncia do que está acontecendo,

mas também como propostas sobre o que fazer. O que nos remete de novo ao tema Lula, seja como porta-voz da crítica e das propostas, seja como alternativa concreta de governo para o país.

Não cabe ao grupo de conjuntura debater como responder as questões acima, mas apenas lembrar da importância de a direção do Partido debatê-las.

A seguir outros temas debatidos e/ou citados no resumo da semana que passou.

* * *

As informações apresentadas na CPI da Covid e reforçadas por vários meios de comunicação confirmam que a Prevent Senior cometeu atrocidades com seus pacientes. Além disso, pode deixar milhares de clientes do plano de saúde sem cobertura. Como se trata de uma empresa que administra uma rede física, está colocada na ordem-do-dia a discussão sobre uma intervenção direta do Estado. Os donos e demais envolvidos nos crimes contra a saúde pública precisam ser exemplarmente punidos.

* * *

O presidente Lopez Obrador, do México, enviou ao Congresso um projeto de reforma do sistema elétrico do país, para aumentar o poder do estado na regulação das tarifas, gestão das empresas de energia e controle estatal da produção de lítio, metal fundamental para as baterias de armazenagem de energia.

A Evergrande, gigante do setor imobiliário da China, com uma dívida de 305 bilhões de dólares, pagou seus credores domésticos de títulos que venciam essa semana, mas não pagou os credores externos. Os títulos vencidos eram de 47 milhões, valor muito pequeno em relação à dívida. O governo chinês está ten-

tando desmembrar a companhia e assumir parte dela com empresas municipais e provinciais, em um processo de reestatização do setor imobiliário do país. Os mercados financeiros, carregados de títulos chineses, especialmente na Ásia, reagem, e as ações da empresa continuam desabando nas bolsas de Hong Kong e Shanghai. Com operações em moeda chinesa não conversível, o possível efeito de contaminação financeira é relativamente pequeno.

A ala esquerda dos Democratas condiciona o apoio ao pacote trilionário de Biden para investimentos em infraestrutura à aprovação das medidas sociais de aumento da cobertura dos programas sociais. Com os democratas divididos fica difícil a aprovação do pacote que viabilizaria as transformações que Biden anuncia querer fazer na economia dos EUA. Enquanto isso, Biden radicaliza na política contra a imigração e mantém a agressividade contra a China.

Começa no final do mês de outubro a COP-26, conferência internacional sobre mudanças climáticas, em Glasgow, Escócia. A questão do desmatamento da Amazonia, a utilização dos créditos de carbono, as políticas de neutralidade de emissões líquidas e as políticas para combustíveis fósseis são alguns dos temas em que o Brasil é considerado um ponto fora da curva entre as principais nações do mundo.

* * *

As movimentações visando 2022 seguem intensas. Amoebo enfrenta dificuldades no Partido Novo, o que enfraquece sua possível candidatura à presidência. Sergio Moro se reuniu com a direção do Podemos e anunciou para novembro sua decisão sobre concorrer ou não nas eleições de 2022. Moro Se reuniu também

com lideranças do PSDB, do DEM e do MBL, pavimentando sua candidatura. Flavio Bolsonaro se reuniu com dirigentes do PTB para sondar a possibilidade da entrada de seu pai no Partido. Tasso Jereissati desistiu de disputar as prévias do PSDB e declarou apoio a Eduardo Leite contra Doria. Tasso também insinuou que Eduardo Leite poderia ser vice de Ciro e recebeu de volta dura resposta do pré-candidato tucano: “não faz sentido ser vice de um candidato que não decola”. Lula reúne com setores do MDB, inclusive com o senador Eunício Oliveira, adversário de Ciro no Ceará. O PSD de Kassab, apesar de insuflar a candidatura de Rodrigo Pacheco, também conversa com Lula. PV e Cidadania avançam rumo à constituição da primeira federação de partidos, tema que também interessa ao PCdoB e outros partidos ameaçados pela cláusula de barreira. Bolsonaro busca romper as alianças dos governadores da região predominantemente pró-Lula, atuando na composição das chapas estaduais. A relação entre as pré-candidaturas a governador de Boulos e Haddad desempenharão papel chave na articulação PSOL-PT para 2022.

O Congresso derrubou em um só dia doze vetos importantes de Bolsonaro a projetos de lei, revelando as dificuldades da articulação política do Governo. Entre as derrotas de Bolsonaro encontram-se a volta das federações de partidos, o fim da prova de vida do INSS e recursos para o acesso à internet nas escolas públicas. O governo conseguiu adiar a apreciação de alguns vetos cuja derrubada teria maiores impactos econômicos.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) reagiu às ofensas do empresário bolsonarista Otavio Fakhoury, exigindo retratações

nas redes sociais contra as ofensas homofóbicas.

O Senado continua sem marcar a audiência para ouvir André Mendonça, indicado por Bolsonaro para o STF. Mendonça recebe o apoio de evangélicos conservadores e de adeptos da Lava-Jato, como o presidente do STF in-Fux-we-trust. Se Mendonça for aprovado, isto mudaria a correlação de forças da 2ª Turma do STF.

* * *

Em meio à crise, o PIB do agronegócio cresceu 9,81% no primeiro semestre deste ano. A soja pode superar o recorde exportado no ano passado, quando enviou ao exterior 82,8 milhões de toneladas. A situação projeta um cenário positivo para a balança comercial em 2021, pois além da disparada do dólar espera-se crescimento do complexo da soja, das exportações de açúcar, de algodão e de carnes, suína e bovina. Com a recomposição e expansão durante a pandemia, agronegócio voltou a ter um número de pessoas ocupadas (18 milhões) acima do que tinha antes do início da pandemia (16,7 milhões).

Um dos reflexos do crescimento do agronegócio é o aumento do desmatamento e a redução da cobertura vegetal, que no estado de São Paulo causou tempestades de poeira que impactaram várias cidades.

Outro dos reflexos do crescimento do agronegócio é a venda de aviões: a Embraer anunciou que a sua divisão de aviação agrícola encerrou setembro com um acumulado de 50 aeronaves Ipanema EMB-203, o que representa crescimento de 100% em relação ao total registrado em todo o ano de 2020.

O comércio internacional enfrenta várias dificuldades logísticas, como a falta de containers e de embarcações para realizar o

transporte de produtos de longa distância.

Enquanto isso, sustentada pela forte demanda por produtos da agropecuária, o preço das terras segue em alta. Em julho/agosto registrou-se um aumento nominal por hectare de 22,44% em relação a setembro/outubro de 2020.

O mercado imobiliário urbano também continua aquecido. As vendas de imóveis em SP e nas grandes cidades continua crescendo, tanto em termos de número de imóveis, como no seu preço médio, apesar dos aumentos dos juros sobre o crédito imobiliário.

Desde julho de 2021, os juros brasileiros dispararam em comparação com a Turquia, Ucrânia, Rússia, Chile, Hungria, México e Peru. O Banco Central brasileiro chama isso de “normalização da política monetária com elevações das taxas básicas de juros”, sem destacar o comportamento muito mais agressivo da política monetária brasileira.

Apesar da oposição de outros países do Mercosul, Paulo Guedes quer baixar linearmente as tarifas de importação de 10%, para forçar a queda da inflação, mesmo que isso acelere a desindustrialização do país.

O relatório do BC reconhece a elevação das curvas de juros futuros, refletindo as expectativas negativas dos chamados agentes financeiros frente a incapacidade de o BC controlar a inflação, mesmo que a relação dívida/PIB esteja caindo.

A elevação nominal do PIB, inclusive pelo efeito inflacionário, vem reduzindo a proporção dívida bruta/PIB pelo sexto mês consecutivo. Em julho ela estava em 83,1% do PIB, caindo para 82,7% em agosto. Apesar disso o mercado financeiro continua

pressionando nas taxas de juros de longo prazo, validando as elevações de curto prazo da Selic e dificultando o crescimento real do produto, prolongando a estagnação.

Um dos efeitos da estagnação da economia é o crescimento - a partir de 2014, mas acentuando muito em 2020/2021 - das chamadas ocupações por conta própria, do emprego nas famílias, do emprego sem carteira. E, óbvio, a redução do emprego com carteira. Por sua vez, os dados do CAGED indicam o crescimento da ocupação com salários mais baixos.

Esta tendência resulta da combinação das mudanças da legislação trabalhista com o medíocre comportamento da economia depois do golpe contra Dilma. O governo Bolsonaro é responsável pela aceleração da tendência depois de 2020.

A queda dos empregos e da renda piora a condição de vida do povo. Na linha da redução de danos, a Petrobras anunciou um programa de 300 milhões para ajudar famílias de baixa renda a adquirir gás de cozinha. A Câmara aprovou projeto semelhante, com foco no CadÚnico, mulheres, com recursos provenientes dos *royalties* do Pré-sal. O projeto seguiu para o Senado.

Para piorar a situação, a crise energética segue rondando. A SABESP está reduzindo a pressão do sistema de abastecimento de água para enfrentar a crise hídrica e a Usina de Belo Monte, que funciona com ½ máquina das suas 18, queria queimar madeira nobre para fazer caixa.

O horizonte é duro, para o povo e para o país. As previsões do BC para as contas externas apontam para uma piora nas transações comerciais do país, com a manutenção dos mesmos níveis de remessas de juros, lucros e dividendos para 2021 e 2022. As

importações previstas devem aumentar mais do que o crescimento das exportações, mas a remessa dos lucros e dividendos das empresas estrangeiras deve continuar no mesmo nível desse ano, assim com o pagamento dos juros sobre a dívida externa.

Sendo este o contexto, compreende-se alguns dos motivos pelos quais, apesar da pressão americana, o governo Bolsonaro decidiu não criar dificuldades para a participação das empresas chinesas no leilão do 5G que acontece no começo de novembro.

Mas nem tudo vai mal na economia: as contas offshore passam bem e seus proprietários passam ainda melhor. Chegará o dia em que terão que pagar o que devem, com juros e correção monetária, de preferência acompanhados de alguns anos de xilindró.

Ajuda memória de 18 de outubro de 2021

Além da conjuntura nacional, o grupo de conjuntura debateu a situação mundial.

É preciso atenção para a situação econômica. Os preços da energia elétrica, dos combustíveis fósseis e a falta de insumos intermediários estão levando a uma aceleração do aumento de preços de bens no mundo, com a China e os EUA apresentando o maior aumento dos seus índices de preços ao produtor nas últimas décadas. Nos EUA, o governo Biden já admite que suas propostas sofrerão alterações importantes no Congresso, o que terá impactos internos e externos.

Na América Latina, existem várias situações que exigem atenção. A “oposição” cubana anuncia que tentará fazer novas mobilizações, no mês de novembro. As negociações da “oposição” com o governo venezuelano têm que lidar com a extradição de um co-

lombiano naturalizado venezuelano, de passagem por Cabo Verde e ali detido, apesar de sua imunidade diplomática. Na Argentina, teremos eleições no final do ano. No Peru, o presidente altera o gabinete ministerial, sob críticas públicas e duras do seu próprio partido. E no Equador, o presidente de direita decreta estado de exceção.

Outros exemplos podem ser citados, todos indicando um cenário de crises, conflitos e turbulências. Já no Brasil, a temperatura baixou – se comparado com a situação da primeira semana de setembro. Uma questão é: até quando?

Os dados objetivos apontam para o agravamento das condições de vida do povo. A fome é o sintoma maior disto.

Mais de vinte milhões declararam, em dezembro de 2020, ter passado mais de 24 horas sem se alimentar. A proporção de pessoas em insegurança alimentar leve declinou de 13,8% em 2004 para 12,4% em 2013, começando a crescer desde então e atingindo 34,7% em 2020. Os dados foram divulgados pela Folha de São Paulo e são da Rede Brasileira de Segurança Alimentar, utilizando levantamentos do IBGE.

Os dados sobre a miséria no Brasil, medida pela proporção de pessoas vivendo em famílias com renda familiar per capita abaixo de R\$261 mudou de trajetória depois de 2015. Até a derrubada de Dilma essa proporção era declinante, voltando a crescer nos governos Temer e Bolsonaro. A destruição e desidratação das políticas sociais e de transferência de renda são as principais causas do aumento da miséria, que se torna ainda mais grave com a volta da carestia, aumento do desemprego e precarização das condições

do mercado de trabalho.

No campo, o quadro de pobreza e desigualdade deve se ampliar com as situações previstas na MP 1061, que extingue Bolsa Família e Programa de Aquisição de Alimentos. Vale lembrar que, finalizando a vigência do Auxílio Emergencial, o governo Bolsonaro ainda não apresentou uma alternativa concreta para sua substituição.

Apesar da situação objetiva, prosseguem as dificuldades de mobilizar setores mais amplos do povo, seja para lutas imediatas, seja para as manifestações pelo Fora Bolsonaro.

Há diferentes opiniões sobre as causas destas dificuldades, bem como sobre o que fazer para enfrentá-las. É unânime, entretanto, que a luta política não pode se limitar ao terreno eleitoral.

Neste sentido foi proposto, como sugestão ao DN, que se articule um ato político no dia em que for entregue o relatório da CPI da Covid para a PGR.

O relatório de Renan Calheiros da CPI da Covid deve indiciar Bolsonaro e seus filhos por vários crimes referentes ao tratamento da pandemia, incluindo seu comportamento doloso. Bolsonaro já começa a reagir e agrava os ataques ao relator, indicando que depois da leitura o relatório o clima deve esquentar em Brasília, acabando o período de calma com o recolhimento do presidente depois da carta com Michel Temer. O relatório deve também encaminhar denúncia ao Tribunal Penal Internacional de crime contra a humanidade. Além de Bolsonaro e seus filhos - Carlos, Eduardo e Flávio - deverão ser indiciados o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, o ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, e o

atual ministro da Defesa, Walter Braga Netto.

As revelações de que Dallagnol é um adúlterador, a punição contra Castor, o debate sobre a PEC 5 e a possível candidatura de Moro acentuam a importância de seguirmos combatendo o lavajatismo.

É preciso manter viva a luta contra as fake news, que estão no centro da decisão que o TSE vai tomar proximamente, acerca dos crimes cometidos pela chapa Bolsonaro/Mourão.

Devemos destacar que a direita não bolsonarista – em processo de prévias, “vestibular”, fusões e confusões para escolher suas candidaturas presidenciais - segue não apenas com um pé no governo, como apoiando o programa de Guedes e Bolsonaro. Portanto, não constituem uma alternativa para os problemas do povo brasileiro.

Estes problemas – aquilo que temos chamado de “pauta do povo” – devem estar no centro da luta política e vinculados não apenas ao Fora Bolsonaro, mas também a defesa de um programa emergencial e de um novo governo para o país.

A importância da pauta do povo pode ser medida por dois fatos recentes: a repercussão das propostas do Papa Francisco, um crítico da exploração capitalista neoliberal; e os ataques de um deputado da extrema direita contra a Igreja Católica, por conta dos fatos ocorridos em Aparecida.

A seguir, outros assuntos que foram abordados na reunião ou na síntese elaborada pelo companheiro José Gabrielli.

Desde a carta com Michel Temer, Bolsonaro tem evitado entrar em polêmicas com o STF. Mas segue “arrumando treta”. Agora destaca a discussão sobre o passaporte da vacina, utilizando o fato

de que foi barrado no jogo do Santos. Enquanto isso, o ministro Alexandre de Moraes prorrogou os inquéritos sobre as influências de Bolsonaro na PF e sobre a existência de uma milícia digital contra a democracia. Como se vê, a participação de Temer no episódio pós 7 de setembro não foi apenas epistolar.

O senador David Alcolombre, que não marca a audiência para ouvir André Mendonça na indicação para vaga do STF, sente mais confortável em adiar sua decisão depois da sentença de Lewandovski, arquivando o processo para forçar a aceleração de sua decisão. Bolsonaro prometeu manter o apoio a André Mendonça, o terrivelmente evangélico. Seus apoiadores avaliam que Alcolombre, que evita marcar a audiência para indicação, está perdendo força.

Cresce a possibilidade de Bolsonaro se filiar ao PP, apesar da resistência de lideranças na Bahia, Pernambuco e Paraíba. Ciro Nogueira e Artur Lira, peças-chaves no suporte ao Governo já estão favoráveis à entrada do presidente. Nesse contexto, a federação PP/PL pode se fortalecer, especialmente na escolha dos candidatos ao Senado.

Apesar da parcela gigante no Fundo Eleitoral, o PSL deverá perder até 40% de sua bancada de deputados federais depois da fusão com o DEM, em razão de disputas estaduais.

E apesar do discurso do PSDB ser de oposição, sua bancada de deputados vota cada vez mais alinhada com as pautas do governo Bolsonaro. Depois de Dória se recusar a participar do debate promovido pelo Valor e pela Globo sobre as prévias do PSDB com Leite e Artur Virgílio, ele volta atrás e vai participar.

O presidente Artur Lira, da Câmara tem utilizado dos reque-

rimentos de urgência, aprovados em número recorde sob sua gestão, para acelerar a tramitação da pauta econômica. Lira tenta se cacifar frente ao empresariado.

Por 392 votos a favor, 71 contrários e duas abstenções a Câmara aprovou mudanças na forma de tributação do ICMS sobre os combustíveis. O novo ICMS usará como padrão a média dos últimos dois anos e não mais a média dos últimos quinze dias. Deverá ser específico para cada combustível e será um valor fixo por unidade de venda, estável por doze meses. O projeto segue agora para apreciação no Senado. Além de reduzir as receitas estaduais, o projeto é considerado inconstitucional por afetar a autonomia estadual na definição de suas receitas próprias.

Se os preços internacionais continuarem subindo, as importações de derivados continuarem sendo estimuladas, as refinarias ficarem subutilizadas e o petróleo bruto crescer as exportações, os preços no Brasil continuarão se elevando. A taxa de câmbio agrava esse movimento.

O volume de investimentos financeiros dos muito ricos brasileiros no exterior aumentou de 44% em agosto de 2021, em relação ao fim de 2020. As inversões financeiras no exterior aumentam apesar das taxas de câmbio elevadas e da subida interna das taxas de juros.

Voltaram ao noticiário novas formas de privatização da Petrobras. Guedes quer transformar as ações preferenciais em ordinárias, diluindo a participação do governo, que se tornaria minoritário no volume de ações unificadas da empresa. Maravilha para os proprietários de preferenciais, principalmente fundos de investimento internacionais. Outra versão seria a colocação das ações da

Petrobras em um Fundo. O governo perderia a ação direta sobre a empresa, que seria ainda mais gerida como privada.

Depois das emendas introduzidas na reforma Administrativa, o projeto perdeu o apoio ativo do governo e os representantes do mercado também estão insatisfeitos. Resultado: a Reforma Administrativa, combatida pelos movimentos de servidores, não anda na Câmara e provavelmente não será votada até as eleições de 2022. Artur Lira não quer bancar sua aceleração.

Brasil chega de mãos vazias, sem propostas, pressionado, sem credibilidade, sem protagonismo na geopolítica ambiental e com a imagem desgastada pela falta de compromisso do governo com o meio ambiente na Conferência do Clima a ser realizada na Escócia, de 31 de outubro a 12 de novembro. Enquanto no mundo inteiro as usinas termoelétricas movidas à carvão vem sendo desativadas, o governo Bolsonaro pretende renovar e ampliar esse tipo de usina no Brasil, mesmo sem termos abundância dessa matéria prima, grande contribuinte para o aquecimento global.

Vilão global, mas obediente frente aos EUA, Bolsonaro autorizou o ingresso e a permanência temporária de militares dos Estados Unidos no território brasileiro, para a realização de um exercício conjunto com o Exército de 28/11 a 18/12 de 2021, na região do Vale do Paraíba. Os exercícios se repetirão todos os anos até 2028. O presidente se utilizou de um acordo bilateral entre os EUA e Brasil, assinado em 2010, mas as primeiras operações só começaram com o governo Bolsonaro.

Ajuda memória de 25 de outubro de 2021

A reunião do grupo de conjuntura contou com três contri-

buições iniciais: o resumo da semana, feito pelo companheiro Gabrielli, mais as intervenções de Douglas Belchior e Jaqueline Lima Santos.

Douglas Belchior lembrou que as desigualdades sociais foram a marca do desenvolvimento no século 20, com destaque para as desigualdades raciais. E no século 21, a despeito dos governos petistas, da redução das desigualdades sociais, da redução da pobreza e de outros avanços, ampliou-se a distância entre as condições de vida de brancos e negros. É preciso reconhecer essas limitações e a partir disso desenvolver propostas e políticas públicas mais fortemente direcionadas às questões raciais. Para tanto, o debate racial tem que ser colocado no centro da agenda da esquerda brasileira. É preciso reverter a dimensão racista do Estado brasileiro. Vale lembrar que quando os governos Lula e Dilma adotaram políticas de combate à desigualdade racial, revelou-se uma forte e orquestrada reação das classes dirigentes, da mídia e de diversas instituições da sociedade. Hoje há uma radicalidade negra emergindo entre a intelectualidade que cresceu e amadureceu durante os governos do PT. No contexto pós-assassinato da Marielle Franco e de George Floyd nos EUA, houve uma tomada de consciência que impulsionou de forma decisiva essa radicalidade. O PT tem um grande número de parlamentares negros e negras, especialmente nos municípios, mas não tem dado a devida atenção à necessária requalificação de suas proposições políticas. É preciso, melhorar e qualificar nossa perspectiva e atualizar o debate sobre racismo, cultura, machismo, LGBTQI+.

Jaqueline Lima Santos apresentou vários aspectos do projeto “Reconexões Periferia”, lembrando que, apesar da importância do

projeto e da sua capacidade de dialogar com diferentes segmentos, ele ainda é pouco apropriado pelo PT e por suas lideranças. Após esta introdução, Jaqueline apresentou dados e resultados da pesquisa. Concluiu destacando que a nova geração que está na liderança de muitos coletivos e movimentos, apesar de não ter vivido nos anos anteriores aos governos do PT e ser por isso muitas vezes “acusada” de não incorporar pautas sociais mais clássicas (desemprego, moradia, saneamento etc.), está assumindo pautas (gênero, sexualidade, raça, território) que exigem muita radicalidade e são muito atacadas pelos conservadores e muitas vezes vistas como secundárias pela própria esquerda.

Em seguida a essas duas contribuições, vários integrantes do grupo de conjuntura manifestaram-se concordando e enfatizando determinados aspectos. Citamos a seguir parte do que foi dito: a necessidade de radicalidade desses movimentos que são tachados de identitários, muitas vezes pela direita com vistas a desviar a força desses movimentos; o paradoxo das políticas dos governos Lula e Dilma (caráter progressivo da dimensão de renda x caráter regressivo da política de segurança pública); a necessidade de especial atenção ao tema do sistema de justiça e a desigualdade racial, além de incluir essas questões nos currículos escolares de todos os brasileiros; importância de perceber a mudança na postura das lideranças jovens das periferias, o que é frequentemente pouco compreendido pela esquerda tradicional; a forma insuficiente que essas pautas de direitos - ditas identitárias pela direita - têm sido incorporadas nas instâncias do PT; nossos governos recuaram nas pautas raciais e de gênero; as dimensões raciais, de gênero e sociais estão profundamente articuladas e são estruturalmente

interdependentes no Brasil; mulheres e população negra não são pautas identitárias, mas sim pautas de reconhecimento de direitos negados na história do Brasil; ainda não abolimos plenamente a escravidão; violência racial segue muito presente e é um tema que perpassa desde sempre a vida da maior parte da população brasileira; documentos das conferências de juventude ocorridas nos governos Lula eram muito ricos e ainda estão muito atuais; é preciso priorizar nas políticas públicas a questão da juventude negra, não se limitando ao tema da educação; a relação entre a redução da pobreza e a dimensão racial exige uma análise cuidadosa, pois não é trivial fazer identificar as correlações e existem mediações importantes a serem observadas, assim como ocorre em relação às mulheres; é fundamental cruzar essa análise com a das políticas de segurança e de outras mais, que muitas vezes reproduzem as desigualdades raciais e de gênero e por isso precisam ser ativamente formuladas, para convergirem com os objetivos de reverter esse quadro; fortalecer as agendas dos movimentos das periferias nas propostas programáticas do partido, por exemplo, fazendo o debate público em relação a temas urgentes como o do Auxílio Emergencial, cuja proposta da esquerda deve ser mais radical e mais ampla.

Destacamos a crítica, feita por vários dos integrantes do grupo, a maneira como Lula abordou a aspectos da questão racial em uma entrevista concedida por ele ao Mano Brown.

O grupo de conjuntura também abordou outros aspectos da conjuntura, como a queda de parte da equipe do Guedes; como o fato das políticas de transferência de renda despontarem aos olhos do governo Bolsonaro como uma “tábua de salvação”, em-

bora haja pesquisas que indicam que elas seriam insuficientes para reverter a deterioração do apoio ao presidente genocida, cada vez mais dependente da maioria fisiológica do Congresso Nacional.

O grupo também tratou do quadro eleitoral presidencial; da crise energética e de combustíveis, com perspectiva de crescimento dos preços internacionais do petróleo; e dos preparativos da COP26.

Foi lembrado, ainda, que uma dimensão política importante relacionada ao atual formato do ICMS é o aumento significativo do caixa dos governos estaduais neste ano e em 2022, o que deverá dar muita força aos atuais governantes na eleição de 2022. Lembrando que combustíveis, energia e telecomunicações são as principais fontes de arrecadação e as três subiram muito desde o início da pandemia.

Neste contexto, vários integrantes do grupo apontaram para uma “subida de tom” da direita e da mídia, exibindo maior grau de violência e combate à candidatura Lula. Inclusive nos debates que estão sendo promovidos pela mídia (vide o debate na Globonews com o Nelson Barbosa no dia 24/10), há uma tentativa de abrir espaço para a terceira via, batendo nos legados e nas propostas do PT.

Foi sugerido que o movimento Fora Bolsonaro faça um ato público no momento de entrega do relatório da CPI da Covid à PGR. Foi sugerido, também, aplicar a orientação de Lula sobre Auxílio Emergencial: nós exigimos R\$ 600 para 60 milhões.

A seguir, um resumo livre de alguns aspectos citados na sín-

tese semanal elaborado pelo companheiro Gabrielli.

* * *

Um dos grandes temas que preocupa a economia europeia é o grande aumento do custo da eletricidade, como consequência da elevação dos preços do gás natural. Esse aumento tem a ver com crescimento da demanda na Ásia, resultante da recuperação da China, ao mesmo tempo em que as restrições ambientais e as disputas geopolíticas com a Austrália perturbam o balanço oferta e demanda regional. Nos EUA, o preço da gasolina está nas alturas e os estoques comerciais de derivados estão baixos, fazendo antever uma rápida elevação dos preços do óleo utilizado no aquecimento das residências, sugerindo que os americanos pagarão muito mais caro para se aquecer no inverno.

Apesar de Biden continuar se comprometendo com metas de redução de emissões, o Congresso travou sua agenda climática na véspera do COP 26 que se reúne em Glasgow.

A gigante imobiliária chinesa Evergrande parece estar com dificuldades, conseguindo superar o vencimento de seus títulos, evitando uma disseminação de sua crise para o conjunto da economia. O Estado chinês foi fundamental no controle dessa crise.

O presidente Guillermo Lasso decretou o estado de exceção no Equador possibilitando ampla intervenção das Forças Armadas na vida do país pelos próximos 60 dias. A argumentação é o combate ao narcotráfico, revolta nas prisões e assassinatos. Lasso está envolvido nos Pandora Papers, com várias empresas offshore.

* * *

As brigas internas na CPI do Covid acabaram forçando o relator, senador Renan Calheiros, a recuar de algumas acusações,

como o crime de genocídio contra as populações indígenas e alguns outros indiciamentos. O recuo de Renan não muda substancialmente o conteúdo de seu relatório, mas foca em alguns crimes e diminui a possibilidade de sua utilização em ações em tribunais internacionais, ainda que mantida a acusação de crime contra a humanidade pela condução do governo Bolsonaro da política em relação à pandemia.

O Senado aprovou, e agora volta para a Câmara, o Vale Gás de até 50% do preço do Gás de Cozinha, programa financiado com os dividendos recebidos pela União da Petrobras. O programa deverá custar entre 4 e 8 bilhões por cinco anos, voltado para famílias do CadÚnico e do BPC.

A proposta de maior controle sobre o MP foi derrotada na Câmara, que rejeitou o aumento do poder do Congresso sobre o Ministério Público, especialmente sobre o órgão que investiga os Procuradores. A derrota da proposta de maior controle pelo Congresso do CNMP ainda não é definitiva. O presidente Artur Lira não engole a derrota e se prepara para a votação final, quando pretende reverter parte dos prejuízos.

A criação das emendas de relator, onde os deputados são agraciados com obras diretamente alocadas aos municípios, com escolhas políticas que garantem a fidelidade do parlamentar, têm sido utilizadas nas negociações no Congresso. Decisão do STF pode interromper este procedimento.

* * *

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, sairá do DEM para entrar no PSD, abrindo mais possibilidades para sua candidatura à presidência apoiada por Gilberto Kassab. Por enquanto, Pacheco

nega publicamente esse movimento. A movimentação tem forte impacto em MG, onde Alexandre Kalil, prefeito de BH, é do PSD, que passará a ter toda a bancada de senadores desse partido no estado.

Bolsonaro mantém conversações com o PP e o PL para a escolha do partido a que se filiará. A aproximação PP/PL está em estado de espera sobre a decisão da entrada de Bolsonaro. Se ele entrar no PP dificilmente a federação ocorrerá, por causa das disputas entre os dois partidos em vários estados, beneficiados ou contrariados com a entrada do Presidente.

Moro bateu o martelo e entra no Podemos no início de novembro. Não decidiu ainda se será candidato à Presidência ou ao Senado.

Rodrigo Maia, ex-DEM e atual secretário de Dória, afirma que o alvo principal da terceira via deve ser Bolsonaro, mais do que Lula. E Ciro (PDT) diz que pode compor com Alckmin (PSD), Datena (PSL) e Marcio França (PSB) em SP, mas também conversa com Boulos (PSOL).

Circulam notícias segundo as quais vários generais da ativa teriam passado a incorporar ao antipetismo, que os levou a apoiar Bolsonaro em 2018, também à busca de uma alternativa ao presidente, apesar dos milhares de oficiais das Forças Armadas em postos do governo.

* * *

O Auxílio Brasil - que substitui o exitoso Bolsa Família - vem acompanhado do desmonte de mecanismos de participação social, transformando sua gestão em um processo tecnocrático e

ampliando a possibilidade de utilização eleitoreira do programa.

O gasto total com despesas sociais deverá ficar em 84 bilhões no ano das eleições. O Bolsa Família deverá passar dos atuais 14 milhões de pessoas para 17 milhões. O Ministério da Economia prevê um estouro de 30 bilhões no teto dos gastos em 2022 para manter o Auxílio Emergencial de 400 reais até dezembro de 2022.

Com o rompimento do teto fiscal, a pressão financeira é para a elevação das taxas de juros, provavelmente levando o COPOM a acelerar a subida da SELIC. A bolsa caiu e o dólar disparou. Os mercados financeiros deram o recado: preferem a austeridade ao atendimento das demandas sociais, mesmo com risco eleitoral.

Apesar da demissão de quase todos os seus principais técnicos, Guedes deve continuar no governo, segundo informou o presidente Bolsonaro. A equipe de Guedes já teve 16 baixas desde o início do governo, e os representantes do mercado financeiro e do setor privado saíram, sendo substituídos por funcionários de carreira.

* * *

A próxima reunião do grupo de conjuntura, no dia 8 de novembro, será dedicada à análise da situação eleitoral.

Ajuda memória de 8 de novembro de 2021

O grupo de conjuntura realizou um intenso debate sobre a conjuntura, com muitas manifestações de preocupação com determinados aspectos da situação internacional e nacional.

Nos Estados Unidos, os republicanos reconquistaram o estado da Virgínia, onde em 2020 Biden havia vencido com uma vantagem de 10 pontos percentuais. A derrota fez Biden aumentar a

pressão sobre a ala esquerda do Partido Democrata, que condicionava seu apoio ao pacote de infraestrutura (1,2 trilhão de dólares) à aprovação de uma segunda lei que prevê financiamento maior para projetos sociais e ambientais (para o período 2022-2031). O pacote de infraestrutura terminou aprovado, com 228 votos a favor e 206 contra, sendo que 13 republicanos votaram a favor da medida e 6 democratas, contra (para marcar posição). Resumo da ópera: a ala neoliberal dos Democratas segue poderosa e Trump conseguiu recuperar o controle sobre o Partido Republicano. Trump está em campanha permanente para pressionar o governo Biden e voltar à presidência dos EUA.

Neste contexto, aconteceu nova vitória democrata na eleição para a prefeitura de Nova York: entra o ex-policial negro Eric Adams, da ala centrista do Partido Democrata, e sai o atual prefeito também democrata e mais à esquerda Bill de Blasio.

Ainda no terreno internacional, foram lembradas as mobilizações convocadas pela “oposição” cubana, com apoio explícito dos Estados Unidos. Este é um dos sinais de que a direita latino-americana segue movimentando-se, com o apoio destacado do partido espanhol Vox, que tem subsidiado o noticiário da TV Record contra o PT e Lula.

Ainda no mês de novembro, Chile, Nicarágua e Honduras terão eleições presidenciais; Argentina e Venezuela terão eleições locais e/ou parlamentares.

No Chile, há uma polarização entre José Antonio Kast (extrema-direita) e Gabriel Boric. Em Honduras, a polarização é entre Xiomara Castro e Tito Asfura (direita). Na Nicarágua, a FSLN venceu por larga margem as eleições presidenciais e parlamentares.

Na Argentina, as eleições legislativas acontecerão no dia 14 de novembro. E na Venezuela acontecerão eleições regionais e municipais em 21 de novembro. No Peru o Congresso aprovou, com pequena margem, o novo gabinete de Pedro Castillo, liderado pela primeira ministra Mirtha Vásquez. No Equador, a Corte Constitucional decidiu reduzir de 60 para 30 dias o Estado de Exceção decretado pelo presidente Guillermo Lasso, envolvido no escândalo *Pandora Papers*. Na Bolívia, foi convocada uma paralisação patronal contra o governo Arce.

No plano nacional, integrantes do grupo opinaram que a mobilização para o dia 20 de novembro está aquém do necessário. Também foi dito estar aquém do necessário a denúncia e a formulação de alternativas ao fim do Bolsa Família. E houve várias manifestações críticas em relação as especulações acerca da candidatura a vice-presidência do ex-governador paulista Geraldo Alckmin. De maneira geral, apareceram demandas em favor de uma ação mais pró ativa da bancada e da direção partidária (por exemplo em torno do relatório da CPI da Covid); e de uma ação mais coordenada entre a pré-candidatura e o Partido.

Lembramos que as afirmações acima são opiniões individuais de quem se manifestou no debate, cujo conteúdo retransmitimos nesta ajuda memória como subsídio à Direção.

A seguir outros pontos que foram considerados no debate ou constam da síntese preliminar.

A Organização Meteorológica Mundial alerta que “o clima está entrando em território desconhecido” e os últimos sete anos registraram as maiores temperaturas de toda a história dos registros. Os governos enfrentam a crise energética de curto prazo am-

pliando a demanda por combustíveis fósseis. Os recursos para o baixo carbono ainda são pequenos. O Brasil concordou em cortar as emissões de metano em 30% até 2030. A China e a Rússia, os dois maiores emissores de metano, não assinaram o compromisso. Segundo a OXFAM o 1% mais rico do planeta emitirá 30 vezes mais CO2 do que os mais pobres em 2030.

Mais de 30 instituições financeiras se comprometeram a eliminar o investimento em atividades vinculadas ao desmatamento. Juntas, essas instituições administram US\$ 8,7 trilhões em ativos. Entidades ligadas ao agronegócio cobram do governo cumprimentos de acordos assinados pelo Brasil e mais de cem países na COP-26 para reduzir as emissões de metano em 30% até 2030. Os grupos pedem que o governo federal disponibilize recursos e assistência técnica para que as adaptações sejam feitas. O Brasil se comprometeu a destinar conjuntamente US\$ 12 bilhões de fundos públicos, até 2025, para financiar a proteção florestal. O setor privado também se juntou ao anúncio, prometendo mais US\$ 7,2 bilhões. No acordo assinado temos uma sinalização de apoio ao comércio agrícola livre de desmatamento.

Chevron, Enauta, Equinor, ExxonMobil, Petrogal, Petronas e TotalEnergies se candidataram para o leilão da parte excedente da Cessão Onerosa do Pré-sal, além da Petrobras. O leilão foi marcado para 17 de dezembro. A colombiana Ecopetrol entra como não operadora. Serão leiloadas áreas no entorno de Sépia e Atapu, que deverão gerar mais de 11 bilhões de reais de bônus de entrada para o governo.

Apesar da Petrobras ter informado oficialmente, através de comunicado à CVM, que o governo teria informado a inexistência

de estudos no âmbito governamental de privatização da empresa, o presidente Bolsonaro insiste em dizer que “quer se livrar da empresa”, pensando em acelerar sua privatização. O discurso é dissonante com sua peroração contra o aumento dos combustíveis. Uma maior privatização da Petrobras leva a mais independência na fixação dos preços e, portanto, diminui a possibilidade de o governo interferir no assunto. Por outro lado, essas afirmações provocam alterações do valor das ações que aumentam as transações diárias, ampliando a participação de capitais especulativos na composição dos acionistas da empresa, reduzindo a participação de acionistas de longo prazo.

Com velocidades até cem vezes mais rápidas do que o 4G, a tecnologia 5G passou por um leilão para a escolha de operadores. Sem a participação da Oi, o leilão contou com 15 participantes, entre as quais a Vivo, Tim e Claro. As três ganharam a frequência de 3,5GHz, considerada a melhor, pagando 6,8 bilhões pela outorga. Participantes regionais ganharam frequências menos lucrativas.

Em 17 das 26 atividades industriais acompanhadas pelo IBGE houve queda da produção para níveis inferiores ao início da pandemia. Automobilística, vestuário, móveis, couro, artigos de viagem e calçados são as atividades de pior desempenho.

Mesmo com a indústria brasileira estagnada e com dificuldades de se recuperar, o governo decidiu dar um choque de importações sobre a inflação e reduziu em 10% as tarifas de importação em produtos que representam 87% da pauta de produtos estrangeiros que entram no país. O governo espera reduzir o nível de

preços em 0,3% no longo prazo.

O IPCA-15, indicador antecipado da inflação do mês do IBGE, foi o maior desde 1995, indicando uma aceleração do processo inflacionário. A taxa acumulada em 12 meses pelo IPCA-15 subiu a 10,34% em outubro. Além do elevado nível, os dados mostram a grande dispersão dos aumentos, que ocorrem em oito dos nove produtos e serviços pesquisados. Energia elétrica, gás de cozinha e combustíveis continuaram como os vilões com maiores aumentos, mas também a alimentação ficou mais cara, com a subida dos preços de frutas, verduras e carnes.

Resultado da negação de compra pela China, as exportações de carne bovina “in natura” de outubro recuaram para o menor volume em 40 meses, desde a greve dos caminhoneiros em junho de 2018.

A pressão sobre o BC aumenta para a elevação da SELIC para tentar conter a dispersão dos aumentos, mesmo sem combater a origem dos aumentos, principalmente oriundos de preços administrados.

Se a SELIC continuar na sua trajetória de subida, cada ponto percentual de aumento leva a um acréscimo de 30 bilhões na dívida pública, tanto no seu custo, como no seu valor principal. Com o aumento sobre tanto o custo - os juros pagos - como o principal: o estoque da dívida.

A ONS considera que as chuvas de outubro e as perspectivas para 2022 são melhores para os reservatórios hidroelétricos, tirando do horizonte a necessidade de medidas mais drásticas de controle da oferta. As tarifas altas devem continuar.

2022 será ainda pior que 2021. Inflação disparada, alta do

dólar, crescimento pífio, aumento da pobreza, desemprego elevado, incertezas quanto aos programas sociais, falta de perspectivas para investimentos, desmatamento maior, isolamento internacional, descontrole dos preços de combustíveis, alta do custo da energia e risco de falta de disponibilidade energética, se o crescimento for retomado. Difícil tarefa para quem assumir em 2023.

A elevação dos níveis do limite da pobreza no Brasil, recentemente decretada por Bolsonaro, foi menor do que a elevação dos preços desde a última fixação desses limites. Na prática reduz a possibilidade de pessoas pleitearem os auxílios do governo para a pobreza. O Auxílio Brasil, programa que substituirá o Bolsa Família, encontra-se em uma situação de incerteza orçamentária. Os prazos estão se encerrando e há a possibilidade de “apagão” de recursos na virada do ano para os pagamentos dos auxílios. O novo auxílio caminha na direção contrária à universalização da renda básica. O Auxílio Brasil está previsto para atingir 17 milhões de pessoas e durar somente até finais de 2022.

Com apenas quatro votos a mais do que o necessário, a Câmara aprovou, em primeiro turno, a PEC dos Precatórios. A PEC abre até 90 bilhões de reais de espaço fiscal além do “teto” e facilita o uso dos recursos para manter a fidelidade dos congressistas apoiadores do governo. O PDT, que fechou questão a favor da posição do governo, foi peça chave na apertada vitória do governo. Ciro Gomes “suspendeu” sua pré-candidatura em protesto. Se ele não conseguir reverter a posição do PDT ficará difícil a manutenção de sua candidatura. Se conseguir e derrotar Bolsonaro, fortalece sua candidatura. A oposição acusa o PDT de ter se aliado ao governo por razões pouco “republicanas”: emendas e apoio

aos seus parlamentares. Há chances de judicialização da decisão, devido a manobra de apresentação de uma emenda aglutinativa, quando não havia emendas para aglutinar.

A ministra Rosa Weber, do STF, proibiu a execução das emendas de relator - as chamadas “emendas secretas” – peça-chave da estratégia de Bolsonaro e de Artur Lira para garantir o apoio de parlamentares. Respondendo a uma ação iniciada pelo PSOL a ministra Weber argumentou contra a falta de transparência na tramitação dessas emendas e sua decisão irá a plenário na próxima semana. Aparentemente, o plenário do STF está dividido em relação ao fim das emendas de relator, mas há um certo consenso a favor de maior transparência para sua tramitação. O seu fim seria uma forte derrota para Bolsonaro e Artur Lira, que usam esse instrumento como um dos pilares da sustentação de seu apoio parlamentar.

David Alcolumbre, presidente da CCJ do Senado, segue resistente a marcar a audiência para a indicação de André Mendonça ao STF.

No âmbito partidário, prosseguem as movimentações. Algumas delas: Datena sai do PSL e vai para o PSD. Parece que será candidato ao Senado. Seis dos oito prefeitos eleitos pelo PTB de Roberto Jefferson no Paraná estão mudando para o PSD de Kasab. A direção nacional do MDB quer lançar, agora em novembro, a pré-candidatura da senadora Simone Tebet para a Presidência, apesar de algumas lideranças que estão no governo, como Eduardo Braga e Fernando Coelho defenderem o apoio a Bolsonaro, enquanto outros sinalizarem estar mais próximos de Lula. Depois de grande disputa interna, o partido Novo anunciou Felipe D´A-

vila como pré-candidato à presidência. A entrada de Moro na disputa, com maiores possibilidades eleitorais no sudeste, aumenta a importância do nordeste para Bolsonaro.

No plano da cultura, uma boa notícia e uma tragédia. A boa notícia é que o filme *Marighella*, lançado em 4 de novembro, já é o filme brasileiro mais assistido de 2021. A tragédia é a morte de Marília Mendonça, aos 26 anos. Num ramo musical dominado pelo machismo, Marília representava o “feminejo” e tinha posição política diferenciada, tendo chegado a se manifestar publicamente pelo “Ele não”. Para além da tragédia pessoal, sua morte em um acidente de avião é mais uma carga de tristeza a pesar sobre os ombros do povo, nestes tempos tão duros que vivemos.

Ajuda memória de 22 de novembro de 2021

O ano está se aproximando do tradicional recesso, mas a conjuntura segue instável e nada tranquila.

Um exemplo disso – que deve ser estudado com atenção pela esquerda brasileira – é o resultado das eleições realizadas no domingo, 21 de novembro, no Chile. As eleições anteriores, para a Convenção Constitucional, sinalizaram para a esquerda. As eleições deste domingo mandaram um sinal diferente: a direita foi bem votada e uma candidatura de extrema direita – que reivindica a herança pinochetista – foi para o segundo turno das eleições presidenciais. O segundo turno será no dia 19 de dezembro. É preciso derrotar José Antonio Kast (27,92% dos votos) e garantir a vitória de Gabriel Boric (25,80%). Há inúmeros ensinamentos a retirar do processo eleitoral e da situação política em geral do Chile, sendo evidente que há sobre isso diferentes interpretações

no grupo de conjuntura, no Partido e na esquerda em geral.

No domingo, 21 de novembro, também ocorreram eleições na Venezuela. Houve uma vitória inequívoca do PSUV, sendo que a maior parte das forças de oposição disputou o pleito, que envolveu governos estaduais e locais, bem como os respectivos parlamentos. Como no caso do Chile, há muito o que debater e aprender com a experiência venezuelana.

Em 2022 ocorrerão diversas outras eleições na América Latina, com destaque para Colômbia (maio) e Brasil (outubro). Tanto os Estados Unidos quanto a União Europeia vão se envolver, não necessariamente defendendo a mesma posição, mas com um mesmo pano de fundo: o titânico conflito entre EUA e China.

Como parte deste conflito, o presidente Joe Biden acaba de promulgar um plano de infraestrutura de 1,2 trilhão de dólares. O Congresso ainda não aprovou o plano da infraestrutura social de 1,75 trilhão de dólares. Outra dimensão do conflito é militar: além de superar em número de navios a marinha dos EUA, a marinha chinesa avançou muito na sua capacidade de transportar suas armas em veículos hipersônicos, capazes de escapar das defesas americanas.

Outro exemplo dos conflitos geopolíticos que caracterizam o atual momento histórico: a Alemanha decidiu adiar a certificação para início de operações do importante gasoduto Nord Stream 2 que liga a Rússia à Alemanha. O motivo: o gasoduto seria operado por uma subsidiária de uma empresa com sede na Suíça. Os alemães exigem uma empresa “germânica”, em solo alemão, para autorizar o funcionamento.

Sendo este o ambiente, não admira que a viagem de Lula à

Europa tenha incluído contatos para além dos aliados tradicionais. Comparações com a fracassada presença de Bolsonaro no G20 e o isolamento brasileiro na COP 26 foram inevitáveis e a viagem de Lula repercutiu também nos veículos internacionais lidos pela cúpula financeira, como a *Bloomberg*, *Wall Street Journal* e o *Financial Times*. Lula se reuniu com o Parlamento Europeu, intelectuais, lideranças e personalidades progressistas, o presidente da França, o novo Premier da Alemanha. Também se reuniu com dirigentes da Espanha e movimentos progressistas e de esquerda. No próximo ano, Lula deverá ir aos EUA.

Ainda sobre a Europa, vale destacar que vários países estão vivendo um crescimento das contaminações da Covid na parcela da população não vacinada. A Holanda adotou novas medidas de restrição. Na Alemanha 68% da população já está vacinada, mas as autoridades sanitárias consideram que se os 75% não forem alcançados o país passará a viver uma “emergência grave”. No Brasil, Rondônia é o único estado onde a ocupação de leitos de UTI com Covid ainda é preocupante. Todos os demais estados têm uma taxa de ocupação inferior a 60%. O resultado deve-se ao avanço da vacinação – apesar e contra as pressões do governo Bolsonaro.

Apesar destes e de outros crimes, o “indigitado” segue na presidência da República. As chamadas instituições não tomaram as medidas cabíveis e as manifestações da oposição não foram suficientes para impor a tramitação do impeachment. A mais recente destas manifestações foi no dia 20 de novembro. Em comparação com outras manifestações de 20 de novembro, a realizada no sábado passado foi seguramente uma das maiores, senão a maior. Mas em comparação com as outras mobilizações pelo Fora Bolsonaro,

houve um decréscimo na participação, por motivos que cabe às organizações analisar, inclusive tendo em vista ampliar a mobilização para o dia 4 de dezembro (data em que organizações de mulheres estão convocando uma manifestação “Bolsonaro nunca mais”).

O racismo continua como elemento estrutural na organização da sociedade brasileira. O DIEESE publicou resultado de pesquisa mostrando que enquanto a população negra corresponde a 56% da população, mais de 71% dos que perderam ocupações entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 eram negros e negras. No primeiro trimestre de 2021, 59% dos não-negros que perderam a ocupação em 2020 voltaram a ser ocupados, enquanto entre os negros essa proporção foi de apenas 47% indicando o racismo estrutural do mercado de trabalho. A taxa de desemprego no segundo trimestre de 2021 foi de 13,2% para os negros e de 9,8% para os não-negros. A situação é ainda mais dramática para a mulher negra, com 20,1% de taxa de desocupação no segundo trimestre de 2021.

O Estadão destacou que as cotas aumentaram a presença de negros entre os alunos, mas que a presença de negros entre os docentes continua muito pequena. A Folha chamou a atenção para as diferenças salariais entre negros e não-negros nos estratos de mais alta renda da PNAD, de nível universitário, mostrando que as diferenças que vinham se reduzindo nos últimos sete anos, deixaram de diminuir no ano passado. Propostas contra o racismo crescem na Câmara, mas a inclusão racial nas empresas ainda é muito pequena. Cresce a presença de autores negros e negras na literatura e nas artes em geral, mas a proporção é muito menor

do que a participação dos mesmos na população. Outro caso de racismo é a chacina no complexo do Salgueiro, uma demonstração a mais de como a classe dominante e as instituições de Estado tratam a maior parte do povo negro, pobre e periférico do nosso país. Cabe citar ainda o ENEM, que começou nesse domingo 21 de novembro, com o menor número de participantes desde 2005 e com menos pobres e negros entre os candidatos depois da redução da gratuidade.

Estes e outros fatos fazem da luta contra o racismo uma parte indissociável da pauta política nacional. A luta contra o racismo está diretamente ligada às demandas da população. Uma das que sabe disso é a Rede Globo, que vem tentando colocar sob seu controle a pauta, com o claro objetivo de dissociar a luta contra o racismo da luta contra o neoliberalismo.

Estas questões todas vão atravessar o ano de 2022, inclusive as eleições, que na prática já estão em curso, embora as candidaturas e as coligações ainda estejam sendo definidas.

Segundo colocado nas pesquisas, Bolsonaro está em fase de escolher o partido em que ingressará. A escolha envolve diversos aspectos, entre os quais as eleições estaduais e a candidatura à vice. Sua maior dificuldade, entretanto, é o quadro econômico e social do país.

O fim do Bolsa família e de outros programas sociais, bem como o encerramento do Auxílio Emergencial, agravarão o problema no futuro próximo. Aumentou a participação das transferências de renda como fonte dos orçamentos familiares, ao mesmo tempo em que o desemprego reduziu os rendimentos provenientes do trabalho. A morte dos idosos, por causa do Covid, também dimi-

nuiu a participação das aposentadorias e pensões nos orçamentos das famílias. A proporção de pessoas com rendas provenientes do trabalho caiu de 44,3%, em 2019, para 40,1% em 2020.

É nesse contexto que se insere a PEC dos precatórios, que visa abrir um espaço fiscal próximo de 120 bi para o orçamento de 2022. Estima-se que uma parte desses recursos (50 bi) será destinada ao Auxílio Brasil, com todos os problemas conhecidos. Estima-se que outro tanto será usado em recomposição de benefícios do INSS (25 bi) e em gastos como emendas impositivas, piso constitucional de educação e saúde, teto dos poderes etc. Considerando essas estimativas, o governo ainda poderia contar com uma margem de 20 a 30 bilhões para despesas livres, que poderá ser usado nas famigeradas emendas de relator e outros instrumentos úteis para cooptação de parlamentares, para clientelismo e para compra de votos.

É bom lembrar que a crise social não vale para todos: faltam jatinhos para milionários brasileiros. O aumento da demanda de jatinhos tem elevado o tempo de espera das importações de 60-90 dias de antes da pandemia para mais de 15 meses hoje. Os milionários, especialmente do agronegócio, são os principais compradores.

Os dados divulgados pelo Estadão mostram que os acionistas das grandes empresas brasileiras receberam até setembro um volume recorde de dividendos e juros sobre capital próprio, pagando IR muito menor do que os assalariados. A Petrobras já anunciou que pagará mais 31 bilhões até dezembro, com o governo recebendo pouco menos de 40% e os 60% restantes indo para

fundos de investidores individuais.

A situação econômica e social precisa ser transformada na questão central da política nacional e numa dimensão fundamental da ação militante da esquerda, que precisa comparecer nas filas dos que buscam acesso ao Auxílio Brasil, manifestando solidariedade, ajudando a informar/denunciar, defendendo os R\$ 600 para todos que precisam enquanto for necessário, convidando as pessoas a se engajarem num Movimento Nacional Contra a Carestia e defendendo um Programa Estatal Emergencial de Empregos.

Ajuda memória de 29 de novembro de 2021

Há diversos aspectos a considerar na conjuntura (internacional, regional, nacional, governos, parlamentos, eleições, movimentos etc.), mas é preciso atenção especial para a degradação acelerada das condições de vida do povo. Não apenas para a degradação material (fome, desemprego, desassistência), mas também sofrimento emocional. As organizações populares, o PT e a campanha Lula precisam dar a isto a importância que tem, oferecendo soluções para esta situação, que atinge direta e indiretamente camadas cada vez mais amplas do povo brasileiro.

A afirmação acima foi o pano de fundo do debate travado no dia 29 de novembro pelo grupo de conjuntura. Há diferentes opiniões sobre como proceder diante desta situação de fato. Há quem argumente que a radicalidade da situação precisa ter resposta à altura na linha política e no programa da campanha eleitoral, assim como na política de alianças, sob pena de não ganharmos ou sob pena de, apesar de conquistarmos o governo, não conseguirmos solucionar adequadamente – em termos de

profundidade e velocidade - os grandes problemas do povo brasileiro. Noutros termos, ir ao centro na política está em contradição com a radicalização social objetiva. E há quem tenha opiniões diferentes desta.

Também compõe o pano de fundo do debate conjuntural a discussão sobre o cenário mundial e regional. A percepção consensual é que os movimentos em favor de soluções progressistas e de esquerda enfrentam enormes resistências, seja nos Estados Unidos, seja em cada país da América Latina e Caribe. Mas não há consenso sobre o desdobramento político do fato acima exposto. Devemos adaptar nossa estratégia e nosso programa à situação de fato ou devemos nos esforçar para “romper o cerco”? Radicalizar é o “caminho certo” para uma derrota? Ou, pelo contrário, moderar é que nos levará à “derrota certa”? Trata-se de uma polêmica estratégica que atravessa as diferentes opiniões táticas expressas na reunião do grupo de conjuntura.

Dentre os processos e fatos analisados na reunião de 29 de novembro ou na síntese distribuída aos participantes, destacamos o que segue abaixo.

* * *

Governos europeus (e também o brasileiro) estão tomando diversas medidas com o objetivo de deter o avanço da variante Ômicron da Covid 19. Governos e intelectuais africanos consideram que algumas destas medidas são cientificamente questionáveis e, além de tudo, atravessadas por uma postura neocolonialista. A esse respeito, recomendamos ler o texto: [https://racismoambiental.net.br/2021/11/28/duas-pandemias-por-mia-couto-e-jose-edu-](https://racismoambiental.net.br/2021/11/28/duas-pandemias-por-mia-couto-e-jose-edu)

ardo-agualusa/

A questão de fundo é: a desigualdade na vacinação favorece o surgimento de variantes. Fato: 54% da população mundial (mais de 4 bilhões de pessoas) já tomou uma dose da vacina. Mas quando olhamos os países de baixa renda, o número é outro: apenas 5,8% da população dos países de baixa renda recebeu uma dose da vacina. E não é por falta de vacinas: há um estoque oficial de 800 milhões de doses, mas calcula-se que haja 1 bilhão de doses guardadas e sem uso imediato nos países ricos. É preciso uma campanha “vacina para todos”.

Também é fato que a chegada do inverno no hemisfério norte aumente a preocupação. Há um crescimento de casos: 200 casos por 1 milhão na Europa como um todo, 400 casos por 1 milhão nos Estados Unidos, 500 casos por 1 milhão na União Europeia, 700 casos por 1 milhão na Alemanha. Este crescimento de casos é anterior à descoberta da Ômicron. A conclusão é: governos ricos que haviam baixado a guarda e que tem dificuldade de adotar medidas duras, estão usando a Ômicron como pretexto, inclusive porque isso dialoga com os sentimentos colonialistas e racistas presentes em amplos setores antivacina.

Seja como for, o tema pandemia e saúde pública continuará no centro do debate mundial por um bom tempo ainda.

* * *

Para além da pandemia, o mundo está tenso e cheio de processos para os quais devemos estar atentos. Na América Latina e Caribe, é o caso da recém encerrada eleição em Honduras (país onde começou o ciclo de golpes, ainda em 2009) e também da

próxima eleição no Chile.

Em Honduras, além da presidência, as eleições escolheram os novos congressistas que elegerão a nova Suprema Corte, novo Procurador Geral e redefinirão o Ministério Público, como parte de uma reforma do judiciário.

Na Argentina, o Banco Central anunciou várias medidas que dificultam a aquisição de dólares e sua remessa ao exterior, em uma sinalização que prepara uma desvalorização do peso frente à crise cambial que o país vive. As medidas de controle cambial ocorrem depois da derrota do governo nas últimas eleições e de negociações sobre a dívida de 54 bilhões com o FMI.

Na Europa, é preciso atenção ao governo de coalizão na Alemanha, suas promessas e seus limites. Lideranças do SPD (socialdemocrata), do Partido Verde e do Liberal, que não se uniam desde 1950, formaram uma aliança para governar a Alemanha na era pós-Merkel. Olaf Scholz (SPD) será o próximo chanceler federal da Alemanha conduzindo um programa que prevê aumento do salário mínimo; possibilidade dos médicos anunciarem que fazem aborto, que é legal; fim da ilegalidade do uso da maconha para uso recreativo; criação de um Ministério de Construção para construir 400 mil residências por ano para combater os altos custos de alugueis; baixar a idade mínima para votar de 18 para 16 anos; redefinir uma política de imigração, acabando com as restrições a dupla cidadania; mudanças nos termos da Constituição referente à raça e gênero, menos discriminatórios, e outros avanços de direitos. Na economia, retoma o teto do endividamento, demanda do Partido liberal, que havia sido suspenso para atender ao combate do Covid. No plano militar admite drones armados, toma

posição mais dura em relação à Ucrânia/Rússia e não se posiciona sobre o gás natural. Em relação ao meio ambiente se compromete a atingir 80% de fontes renováveis na matriz energética alemã até 2030, antecipando o fim do uso do carvão de 2038 para 2030. A coalizão se propõe a aumentar os impostos sobre combustíveis fósseis e buscar a neutralidade do carbono em 2045. Pesquisa e desenvolvimento devem receber 3,5% do PIB para os projetos de transição.

Ainda na Europa, olho nas tensões na fronteira de Belarus, Ucrânia e Rússia, que aumentam, tanto em relação aos migrantes, como em relação à passagem do gás natural, estratégico para o inverno europeu. Putin, da Rússia, utiliza a situação de fornecedor de gás para o continente para pressionar a favor dos interesses russos. As disputas militares envolvem a expansão da presença de tropas da OTAN na região historicamente conflagrada, em disputa geopolítica envolvendo os países da Europa Ocidental, Rússia e os EUA. Conflitos envolvendo tropas e migrantes em Belarus e Polônia se agravam com movimentações militares próximas à Ucrânia, apesar da conclusão do gasoduto Nord Stream 2 que abre nova rota de suprimento de gás para a Europa.

Na África, atenção especial para a situação de guerra civil na Etiópia e para os processos em curso no Sudão e na Guiné.

* * *

Continua a polêmica sobre a indicação de Andre Mendonça para o STF. Alcolumbre marcou a audiência para quarta-feira, diz que tem votos para derrotar a indicação, mas não há certeza do resultado. Importante registrar que esta polêmica sobre o terrivelmente evangélico ocorre ao mesmo tempo em que a África do

Sul se recusou a receber o “bispo” Crivela como embaixador do Brasil.

Com a ida do ministro Raimundo Carreiro para a embaixada de Portugal, Katia Abreu (PP-TO), Fernando Bezerra (MDB-PE) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) disputam a indicação do Senado para a vaga.

Bia Kicis (PSL-DF), deputada bolsonarista, propôs emenda constitucional (PEC) reduzindo de 75 para 70 anos a aposentadoria compulsória dos ministros do STF. Se aprovado o projeto, Bolsonaro pode indicar mais dois ministros ainda no seu mandato.

* * *

Ontem o Congresso Nacional decidiu manter secreto o “Orçamento Secreto”. Na Câmara dos Deputados, a votação foi 268 sim, 31 não. No Senado, a votação foi 34 sim, 32 não. Um senador petista votou a favor. Portanto, não será dada transparência aos beneficiados das chamadas “emendas secretas” de relator. A transparência está prometida para as emendas do futuro, mas o passado ficará apenas com a divulgação das prefeituras que receberam as verbas, sem definição dos autores.

* * *

Alberto Ramagen, chefe da ABIN, que quer ser diretor da PF, mudou o seu número 2, trocando um oficial de inteligência por um delegado da Polícia Federal. Mais um da PF assume posto de chefia na ABIN.

* * *

A ANEEL não cobrará a tarifa mais alta dos consumidores de baixa renda, aliviando as suas contas de luz em dezembro, que continuarão com tarifas elevadas para os outros consumidores.

Por outro lado, o governo estuda um empréstimo de 15 bilhões para conter o impacto dessas tarifas mais elevadas nas contas dos consumidores engordando o caixa das distribuidoras estaduais de eletricidade, em um conta que será repassada ao governo seguinte.

* * *

No âmbito político-eleitoral, há inúmeros movimentos em curso, dos quais merecem especial destaque a vitória de Dória na prévia do PSDB e o lançamento da “candidatura da Casa Branca”: Moro.

Dória ganhou (54% a 44%) as prévias e agora tem que definir os caminhos na relação com Moro e Ciro, disputando a hegemonia da chamada terceira via. Qual o grau de fracionamento dos tucanos, qual o avanço de Moro nas bases do partido, como Ciro se posicionará, como se comportarão as alianças estaduais, quais as movimentações de Alckmin, Aécio, Tasso e outros líderes do PSDB definirão os passos das próximas semanas.

Moro, por sua vez, é uma candidatura cheia de incógnitas: qual o teto dos votos de Moro? Qual o efeito de Moro sobre Ciro? E sobre Bolsonaro?

A disputa da 3ª via tem ainda Simone Tebet no MDB. A União Brasil está dividida entre Moro e a possibilidade de Eduardo Leite sair do PSDB e migrar para o partido de direita. O candidato derrotado do PSB não sinaliza nessa direção. E Aécio, adversário de Dória, que fará?

A seguir, outros temas que exigem atenção. Rede, PSOL e PC do B intensificam conversas para uma possível federação. O tema da federação também está em debate no PT, com diferentes

posições.

Entrada de Bolsonaro no PL passa por apoio do partido à reeleição de Lira para a presidência da Câmara. Tarcisio de Freitas, ministro da Infraestrutura, quer ser candidato ao Senado em Goiás ou Mato Grosso, mas Bolsonaro o quer candidato ao governo de SP. Tarcisio teria procurado Alckmin para propor uma chapa com a manutenção de Alckmin na União Brasil ao governo e um bolsonarista ao senado, ficando Tarcisio na candidatura ao senado de Goiás. A desistência da candidatura de Mandetta pela União Brasil abre mais espaços para a aproximação desse partido conservador com Sergio Moro. Bolsonaro e Moro intensificam a busca do apoio de grupos da direita e extrema direita. Os militares, partidos como a União Brasil, evangélicos, empresários, em particular do agronegócio e lavajatistas são alvos de disputa dos candidatos. Rodrigo Garcia (PSDB-SP) e ACM Neto (União Brasil-BA) não terão o apoio do PL depois da entrada de Bolsonaro.

* * *

A inflação segue em alta. O IBGE disse o seguinte sobre o IPCA-15, que antecipa a inflação do mês: “Essa é a maior variação para um mês de novembro desde 2002, quando o índice foi de 2,08%”. É o maior índice mensal dos últimos 9 anos.

O povo sofre com a inflação, alguns ganham muito dinheiro com isso, enquanto outros ganham margem de manobra. As últimas contas apontam para um espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões no teto de gastos, com a aprovação da PEC dos Precatórios. Quase metade vai para o Auxílio Brasil e 44 bilhões serão pagos em precatórios. O espaço fiscal aumentou por conta do aumento da

inflação.

* * *

A Petrobras vai aumentar 23,6% seus investimentos entre 2022 e 2024, alcançando 68 bilhões de dólares nos próximos 5 anos. Focado no Pré-sal, o plano contempla 15 novas plataformas até 2026, levando a produção para 3,2 milhões de barris por dia no final do período. Sem aumento do refino, as exportações devem crescer muito. E as privatizações continuam, entre 15-25 bilhões de dólares.

Avançam os processos de fusões, aquisições e incorporações entre as grandes empresas vinculadas ao agronegócio. A Bunge anuncia a intenção de adquirir participação na Pantanal Agrícola, que atua em 64 cidades nos Estados de MS, MT e GO, com venda de defensivos, sementes, fertilizantes e operação de barter, possibilitando que produtores rurais realizem o pagamento dos insumos com grãos. Vinte e oito fundos de investimentos com 9 mil cotistas nas cadeias produtivas agroindustriais (Fiagros) foram protocolados para análise de oferta na CVM desde 1 de agosto. Levantamento mostra que os fundos do agronegócio preveem captar, pelo menos, R\$ 5,6 bilhões. Quando foi criado, a expectativa era que o instrumento atraísse R\$ 1 bilhão em seis meses. O montante aplicado em apenas seis dos principais ativos do setor já supera o Plano Safra, que até e então representava a principal fonte de financiamento. O boom inédito e a explosão de investimentos do agronegócio são inéditos no mercado financeiro. Estão relacionadas às medidas do congresso e do governo que facilitam avanço do Agro sobre terras indígenas, agricultura familiar e florestas.

Sem falar destes “detalhes”, recente editorial do Estadão do

dia 20 de novembro de 2021 afirma que vivemos em uma “Terra arrasada”. A devastação na Amazônia descontrolada, gerando impactos ambientais e socioeconômicos que serão sentidos por anos. Compromissos (na COP) que não são críveis e a credibilidade do País evapora. Para frear a marcha da destruição até as eleições, o Estadão conclama os Poderes da República a coordenar esforços para a preservação de políticas de Estado.

* * *

Dia 4 de dezembro as mulheres voltarão às ruas, para gritar Bolsonaro nunca mais. A esse respeito, vale lembrar o que segue: <https://www.mulheres.org.br/25-de-novembro-dia-internacional-pelo-fim-da-violencia-contr-a-mulher/>

O tema das mobilizações segue central, cabendo lembrar que o povo está sofrendo brutalmente: fome, carestia, desemprego, falta de esperança. É isso que precisa estar no centro das nossas preocupações e ações.

Ajuda memória de 6 de dezembro de 2021

Começamos pelo final: o grupo de conjuntura vai tirar férias entre 21 de dezembro e 16 de janeiro. Ou seja: dia 20 de dezembro faremos a última reunião de 2021 e no dia 17 de janeiro faremos a primeira reunião de 2022.

Agora de volta ao princípio: no dia 6 de dezembro a reunião do grupo de conjuntura tratou de muitos assuntos, todos girando em torno de compreender melhor o contexto, os pontos de apoio e os obstáculos à eleição e ao governo de Lula.

Começando pelo plano mundial, segue a batalha entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China. Dois

lances recentes desta batalha: a conferência sobre a democracia convocada pelo governo Biden, tendo como contraponto um documento dos chineses acerca do estado da democracia nos EUA; e o anúncio, feito nos últimos dias pelo governo da Nicarágua, de que reconhece a China como um único país e Taiwan como sua parte integrante. Também no plano mundial, é preciso atenção para a proclamada “refundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte”, um passo a mais na escalada promovida pelos EUA contra a Rússia e a China.

Passando ao plano regional, é preciso especial atenção aos processos eleitorais do Chile (onde trata-se de derrotar a candidatura da extrema direita pinochetista e, assim, criar condições para que o processo constituinte possa seguir em frente) e – em 2022 - da Colômbia (onde o candidato progressista Petro tem possibilidade de assumir a presidência no principal aliado militar e paramilitar dos EUA na América do Sul).

Ainda no plano regional, cabe acompanhar atentamente a situação nos países governados pela esquerda e setores progressistas. É o caso de Cuba, Venezuela e Nicarágua. É o caso, também, de México, Argentina, Bolívia e Peru. As realizações, mas principalmente as dificuldades enfrentadas por estes governos, nos dizem respeito. É o caso de Honduras, onde a recente vitória de Xiomara Castro - presidenta eleita mas ainda não empossada - tem todo um simbolismo. Primeiro, por ter sido em Honduras que começou a contraofensiva dos EUA e da direita regional. Segundo, porque a situação do país revela, com todo o didatismo, vários dos paradoxos da situação vivida pela esquerda que consegue retornar ao governo depois dos golpes. Lá, o golpe teve como pretexto a

proposta de convocar uma Constituinte. Doze anos depois, Xiomara Castro se elege defendendo a realização de uma Constituinte. E nesse intervalo de tempo, a situação econômica e social se deteriorou e o Estado hondurenho foi ainda mais penetrado pelo crime organizado. Em resumo: ao mesmo tempo que os dilemas estratégicos se reafirmam com ainda mais força, as dificuldades táticas cresceram enormemente.

No plano nacional, é preciso atenção para a deterioração continuada das condições de vida do povo (empregos, corrosão inflacionária, fome e outras pragas). A “pauta do povo” – que inclui denunciar a situação, propor alternativas programáticas à herança maldita defecada todo dia por Bolsonaro e, principalmente, oferecer o retorno da esperança, pois sem esperança não haverá futuro melhor – deve ocupar o centro de nossas atenções na luta ideológica, política e eleitoral.

É preciso lembrar sempre que – por obra combinada do governo federal, do Congresso e de seus aliados no judiciário e nas unidades da federação – “a boiada segue passando”, expressão notabilizada por Ricardo Sales, que antes de ser ministro de Bolsonaro foi secretário de Alckmin. Orçamento secreto e calote nos precatórios (dois casos em que senadores petistas votaram de maneira diferente da esperada pela direção do Partido) são duas das inúmeras medidas que os governistas estão tomando, seja para tentar vencer as eleições, seja para saquear ao máximo antes da derrota.

A classe dominante não desistiu de vencer. Parte dela segue apoiando Bolsonaro, seja por concordar com o programa, seja por considerar que ainda tem chances de vitória. Outra parte se-

gue buscando uma alternativa. A aposta da vez é o ex-juiz Sérgio Moro. Com vínculos com a Casa Branca e com setores das forças armadas, inclusive com o afamado general Santa Cruz. Não se deve subestimar nem as possibilidades de Moro, muito menos sua orientação política: trata-se de uma candidatura de extrema-direita, totalmente comprometida com um “Estado Lava Jato”.

A esse respeito, caso consigamos vencer as eleições, teremos desafios maiores do que em 2002. A escolha do terrivelmente evangélico aumenta a bancada de extrema direita no STF. O presidente do Banco Central nomeado por Bolsonaro se manterá no cargo por bom tempo, depois da posse do novo presidente da República em 2023. Em todas as instituições houve mudanças para pior, sem falar nos milhares de militares espalhados pela administração, nas privatizações e nas mudanças legislativas. Neste terreno, obtivemos até agora um êxito importante no tema da reforma administrativa. Também devem ficar para 2022 as reformas do IR e a reforma tributária.

Sendo este o quadro, é preciso sobriedade na análise da situação eleitoral e das possibilidades de um futuro governo. Todas as pesquisas seguem apontando a vitória de Lula. Mas nosso gigantismo eleitoral na disputa presidencial não encontra correspondência nas disputas para os governos estaduais e para o parlamento. Nem encontra correspondência no plano das lutas sociais e do debate cultural. Portanto, há diversas “brechas” que podem ser penetradas por nossos inimigos.

Evidentemente, não há consenso no grupo de conjuntura acerca de como superar estes obstáculos. Há diferentes e contraditórias opiniões sobre a vice, sobre a federação, sobre o programa,

sobre as possibilidades e caminhos da mobilização social etc. A seguir, mais sobre estes e outros pontos tratados na reunião e/ou no subsídio de conjuntura enviado aos integrantes do grupo antes da reunião.

* * *

Serviços de inteligência das Forças Armadas americanas insuflaram as tensões entre a Rússia e a Ucrânia, denunciando a preparação de invasão russa com 175 mil soldados no início de 2022. As tensões históricas entre os dois países se referem a disputas sobre o transporte do gás natural russo que alimenta a Europa Ocidental e que passa pelo território da Ucrânia. Além disso há tensões étnicas e nacionais entre os dois países que também envolvem a migração de Belarus e o controle da Crimeia.

* * *

Várias cidades já suspenderam as festas de fim de ano para evitar a ampliação da contaminação do Covid. Ainda há muita controvérsia sobre o carnaval, que afeta a economia de cidades dedicadas à festa, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo que muitas cidades acabem se beneficiando do “turismo de fuga das multidões carnavalescas”. Estima-se que em março de 2022 cerca de 85% da população brasileira esteja plenamente vacinada.

* * *

Duas notícias desse fim de semana chamam a atenção para o comportamento das classes dominantes brasileiras: a venda de imóveis de luxo disparou em 2021 e a Bolsa brasileira tem um dos piores desempenhos do mundo, atrás de Índia, Turquia, México e China. Os lançamentos de imóveis de luxo e superluxo subiram

129% em 2021 comparativamente a 2020, refletindo uma tendência de deslocamento dos investimentos para aplicações imobiliárias, ao mesmo tempo em que as aplicações em ações declinam. É um mercado apenas para o topo da distribuição de renda do país, que vem aumentando sua participação na renda nacional. O índice Bovespa, que reflete as movimentações de ações, acelerou sua queda nos últimos três meses, ao mesmo tempo em que a elevação das taxas de juros, para combater a difusão das pressões inflacionárias de origem nos custos, aumentou a atratividade das aplicações de renda fixa, tanto atreladas à inflação, como aos próprios juros. A rolagem da dívida pública legitima as aplicações que saem da renda variável. A taxa de câmbio, com uma das maiores apreciações de moeda nacional em relação ao dólar do mundo, não tem conseguido atrair os investidores estrangeiros e as expectativas se tornam mais pessimistas em relação ao crescimento do país.

Tempestade perfeita no campo provoca queda recorde do PIB da agropecuária de 8% em relação ao terceiro trimestre de 2020. É a maior queda desde 2012 e acumula recuo de 0,1% ao ano. A situação reflete combinação de fatores como a crise hídrica, geadas e produtividade menor do setor. A queda do PIB foi uma péssima notícia, primeiro para todos os brasileiros e depois para o presidente, ao menos do ponto de vista eleitoral. E, junto com ele os chamados “eleitores do Agro”, parte do tripé que sustenta o governo no patamar de 25% de aprovação. O Plano Safra 2021/2022, lançado em junho 2021, prevê aporte de apenas 6,3% a mais que o ano anterior e os recursos disponibilizados não atendem à demanda, o que obrigou muitos produtores a recorrerem a créditos

bancários com juros livres em patamares elevados.

* * *

O Ministério de Infraestrutura apresentou o Plano Logístico para 2035, prevendo 789 bilhões de investimentos, com uma grande ampliação do transporte ferroviário, que deverá atingir 30% dos transportes brasileiros. Hoje o transporte ferroviário corresponde a 20% da matriz de transportes, com 60% no rodoviário. Norte Sul, FIOCRUC, CO e Ferrogrão são as principais ferrovias a serem licitadas.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu limitar o despacho das termoeletricas, pois tem uma avaliação mais positiva da curva de enchimento dos reservatórios das hidroelétricas devido às chuvas dos últimos meses, acima do esperado. O CMSE espera que os reservatórios do Sul e Sudeste atinjam 55,9% em maio de 2022. A geração das termoeletricas fica limitada, o que pode dar um alívio nas tarifas de energia.

A crise social, a queda do PIB e o aumento da inflação anunciam um ano eleitoral com um enorme agravamento da pobreza, desigualdade e desesperança. Estudo do IBGE, que coloca 1 em cada 4 brasileiros abaixo da linha de pobreza, destaca que o Auxílio Emergencial, que se extingue, foi fundamental para evitar uma crise ainda maior. O Auxílio Brasil reduz a cobertura e a pobreza deve aumentar.

O governo pressiona para a Câmara votar, antes do Natal a versão final da PEC dos Precatórios, para possibilitar o pagamento do Auxílio Brasil. Artur Lira, presidente da Câmara, quer promulgar parcialmente a nova legislação, inicialmente separando a parte não modificada pelo Senado para depois avaliar as mudanças. Se

isso ocorrer, a judicialização do processo tende a ser mais provável. Os programas assistenciais do governo atingiram mais de 39 milhões de pessoas em 2021 e a previsão de cobertura do Auxílio Brasil é de 17 milhões, deixando sem proteção social 22 milhões. Por outro lado, a versão da PEC aprovada no Senado reduz os recursos para as transferências de renda em 11 bilhões na comparação 2022 sobre 2021.

Pelo terceiro mês seguido, em outubro, o governo apresentou superávits primários, com o melhor resultado nominal mensal desde 2016. O acumulado de 12 meses continua deficitário, mas vem diminuindo no 2 semestre de 2021. As despesas obrigatórias caíram bastante, em especial as usadas no combate ao Covid.

O ministro Paulo Guedes pretende criar uma Secretaria Especial de Estudos Econômicos, juntando IPEA, IBGE, outros setores de análise econômica e a própria Receita Federal para criar um grande *think tank* do governo em matérias econômicas.

O Centrão se beneficiou da decisão do Congresso de manter as emendas secretas no orçamento. A peça fiscal fica menos transparente e as barganhas aumentam.

Depois de sete horas de sabatina, o Senado aprovou o nome de Andre Mendonça para o STF. Na audiência, o candidato “terivelmente evangélico” moderou suas posições, defendeu da boca para fora um estado laico e procurou se distanciar de Bolsonaro. A derrota de Alcolumbre, que se opunha a indicação, foi interpretada como um sinal de moderação por parte dos senadores, enquanto o Planalto dava sinais de diálogo. Se isso vai ocorrer ou não continuam como uma hipótese. Pouco antes da audiência foi divulgada uma entrevista em que ele destacou sua opinião de

que os evangélicos serão a maioria da população brasileira em 10 anos, confirmando suas convicções religiosas que orientarão sua conduta no Supremo. No âmbito do lavajatismo, Andre Mendonça defendeu formalmente a não criminalização da política, que as delações não podem ser tomadas como provas, que não se usurpem poderes do Congresso de decidir sobre a prisão em segunda instância.

O Senado rejeitou a indicação de Paulo Marcos de Faria, juiz que atuou auxiliando Edson Fachin em processos da Lava Jato, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

No dia 14 de dezembro acontecerá a sabatina para a escolha do próximo ministro do TCU. A senadora Katia Abreu é a preferida, seguida de Antonio Anastasia e Fernando Bezerra.

O novo governo, se Bolsonaro perder, vai encontrar o STF, PF, TCU, COAF e outros órgãos de controle sob crescente influência de bolsonaristas, que ficarão nos cargos depois do fim do atual mandato do presidente. BACEN independente e bancada parlamentar opositora configuram mais dificuldades para o próximo governo.

A Polícia Federal exonerou a terceira delegada ligada a extradição de Allan dos Santos, influencer bolsonarista que estava nos EUA. A delegada Dominique de Castro Oliveira foi exonerada de seu cargo na Interpol. O governo Bolsonaro já trocou 20 delegados de cargos de chefia na PF. Muitos deles por divergência política com a orientação do governo.

Criticando a PGR por só iniciar “investigações internas” preliminares aos inquéritos, o ministro Alexandre de Moraes do STF abriu o quinto inquérito para investigar Bolsonaro com base em

denúncias da CPI da Covid em relação a fake news sobre a pandemia.

Pesquisa feita pelo telefone, com estratificação a posteriori, revela significativas mudanças de posição no terceiro lugar da disputa eleitoral. Moro supera Ciro em 7,6 pontos percentuais, enquanto Lula amplia sua vantagem em relação aos outros candidatos. Lula está com 42,8% das preferências, contra 31,5% de Bolsonaro. Os outros candidatos da chamada terceira via continuam patinando abaixo dos seis por cento.

Pesquisa da FGV mostra a entrevista de Lula no Podpah como uma virada nas redes: a entrevista gerou 310 mil menções no Twitter, com 5,4 milhões de visualizações no YouTube.

Ajuda memória de 13 de dezembro de 2021

Começamos esta ajuda memória honrando a memória de Álvaro Díaz, militante socialista chileno que entre tantas outras tarefas foi embaixador do Chile no Brasil, entre os anos de 2007 e 2010. Nossa solidariedade a seus familiares, a começar pela companheira Laís Abramo, integrante deste grupo de conjuntura.

* * *

Parte importante da reunião do grupo de conjuntura foi dedicada ao debate sobre as federações. Todos os que fizeram uso da palavra são favoráveis a unidade da esquerda. Mas há diferentes pontos de vista sobre a proposta do PT realizar uma federação neste momento. As discrepâncias incluem:

O prazo para tomada de decisão, até início de abril de 2021, considerado por alguns demasiado curto;

As dúvidas sobre o funcionamento da federação, parte das

quais depende da justiça e outra parte depende de negociação entre os partidos que decidam federar;

Dúvidas políticas, relativas aos efeitos da federação sobre as eleições 2022 e 2024, sobre os cenários pós-eleição presidencial e – no médio prazo – sobre o próprio PT.

Tendo em vista a decisão adotada pelo DN do PT no dia 16 de dezembro – *“iniciar conversações sobre Federação Partidária com PSB, PCdoB, PSOL e PV, cabendo à Comissão Executiva Nacional do Partido conduzir este processo de diálogo para posterior decisão do DN, sobre eventual participação, a partir de um debate programático, esgotando o debate interno a partir da escuta às direções estaduais, municipais, observando os prazos definidos pela Justiça Eleitoral”* – o grupo de conjuntura voltará a debater o tema.

* * *

A seguir, outros pontos abordados na reunião e/ou no resumo da semana:

O Conselho de Defesa Nacional, cujo secretário executivo é o General Heleno, do GSI, autorizou o avanço de sete projetos de mineração de ouro em regiões indígenas intocadas até agora. Será afetada a região de São Gabriel da Cachoeira (AM), conhecida como Cabeça de Cachorro, onde moram 23 etnias indígenas, uma das áreas mais preservadas da Amazonia.

A ministra Rosa Weber liberou a execução das chamadas “emendas secretas” de relator, aceitando parcialmente as explicações do Congresso sobre o assunto. Ampliou de 30 para 90 dias o prazo para que os autores das emendas sejam identificados.

Em depoimentos à Polícia Federal, funcionários do Minis-

tério da Justiça relatam pressões da cúpula ministerial contra os processos de extradição do influencer Allan dos Santos, cuja extradição está sendo solicitada aos EUA.

A petroleira mexicana PEMEX, altamente endividada e com produção declinante, receberá aportes do governo de 3,5 bilhões de dólares para ajudar o pagamento das dívidas e permitir a elaboração de um novo Plano de Negócios. O mercado financeiro tem pressionado para que a PEMEX reduza seus planos de expansão do refino e aumente suas exportações de petróleo cru.

O Ministério Público deu sinal verde ao TSE para o prosseguimento da fusão entre PSL e DEM, constituindo a União Brasil que deverá se efetivar com relatoria de Edson Fachin.

Vai para sanção presidencial, depois de aprovado no Senado, o PL que facilita a abertura de contas em dólar no país e reduz controles de entrada e saída de capitais, facilitando a ampliação da dolarização da economia nacional.

Biden determinou que o governo americano deixará de comprar veículos que utilizam combustíveis fósseis a partir de 2035 e que até 2030 o governo deverá operar apenas com fontes de eletricidade não poluentes, o que significa banir o carvão.

Hackers tiram do ar os sites ConecteSUS e do ministério da saúde inviabilizando a emissão de certificados de vacinação no Brasil.

Representado pelo filho Flavio Bolsonaro, o presidente quer negociações com o PROS e União Brasil, depois de se filiar ao PL. Republicanos e Progressistas também estão na mira da extrema direita bolsonarista.

Moro quer manter o tema corrupção no centro do debate

político e atacou a decisão do MPF de arquivar o caso triplex, em mais uma vitória jurídica de Lula, confirmando a perseguição política que sofreu.

MDB lança candidatura da senadora Simone Tebet à presidência. Há os que consideram que a candidatura visa negociar a vice com outro candidato à presidência. O MDB está dividido, com o NE preferindo Renan Filho como vice de Lula, o que é muito difícil para políticos do partido no Sudeste, que preferem uma solução mais à direita.

O discurso para os “Bolsonaristas de raiz”, com reforço da pauta de costumes; a fala para evangélicos e o negacionismo sobre a pandemia parecem estar estancando a queda dos apoiadores do presidente, consolidando seu núcleo duro de suporte.

Lula participa de manifestação em prol dos direitos humanos em Buenos Aires com o presidente da Argentina, a vice Cristina Kirchner, e outros líderes latino-americanos como Pepe Mujica, do Uruguai.

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) está otimista com os investimentos das concessões de infraestrutura recentemente leiloadas. No saneamento e na infraestrutura de transportes e energética os investimentos previstos são de 19,2 bilhões em 2022, com um pico de investimentos de 43,7 bilhões em 2024. Os investimentos estão abaixo do necessário para manter o crescimento, caindo 3% em 2020 relativamente a 2019. O investimento público caiu de 42,3 bilhões para 26,2 bilhões, correspondendo a 1,47% do PIB. O investimento privado subiu.

O FMI começa a demonstrar preocupações com uma certa

redução do crescimento chinês. Prevê um crescimento de 8% em 2021 e 5,6% em 2022, muito acima do que a maioria dos países projeta. Fragilidades no setor imobiliário, preços do carvão, dificuldades na transição energética e desequilíbrios intersetoriais no fornecimento de produtos intermediários são apontados com causas da desaceleração. O recuo dos gastos públicos também é um componente importante dessa trajetória, em um momento de aumento das tensões comerciais e ideológicas com os EUA. Por outro lado, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês resolveu estimular mais a economia e o Banco Central do país decidiu reduzir os depósitos compulsórios, para aumentar a liquidez em moeda nacional, ao mesmo tempo em que reduzia as restrições ao mercado imobiliário, atingido pela crise do Evergrande.

O PSOL aprovou a realização de uma federação de partidos com PCdoB e Rede para as eleições de 2022. Entradas do PT e PSB serão avaliadas posteriormente. O PSOL também se opõe fortemente a uma potencial candidatura de Alckmin a vice presidente de Lula.

Com a explícita oposição de Bolsonaro, o STF julga nessa semana decisão do ministro Barroso obrigando o governo a exigir o passaporte vacinal para os visitantes estrangeiros que não se vacinaram, no lugar da quarentena de 5 dias, que só deveria ser aplicada para casos especiais. A ANVISA havia recomendado o passaporte, mas o governo optou pela quarentena de cinco dias, depois da chegada no Brasil, que o ministro Barroso considerou um risco muito grande pelas dificuldades de monitoramento. Bolsonaro investiu agressivamente contra a ANVISA e o STF, elevando a tensão institucional. O confronto entre STF e Bolsonaro também

chega às diferenças de opinião do presidente e vários governadores, que querem utilizar o passaporte como forma de controle da propagação da doença, especialmente nas festas de fim de ano e do verão, incluindo o carnaval. Provavelmente as medidas serão judicializadas após a decisão do STF e a implementação pelos estados das restrições aos visitantes internacionais. Muitos países estão adotando mecanismos semelhantes para permitir a entrada de turistas

A grande imprensa tem dado crescente destaque a denúncias de fome, redução de programa de cisternas, ineficiência na distribuição de equipamentos para a convivência com a seca, chamando a atenção para os fenômenos hídricos do Nordeste e destacando o comportamento político de alguns dirigentes de órgãos dedicados à região, em particular a CODEVASF, controlada por políticos nordestinos de direita. Fernando Bezerra, ministro de Bolsonaro, é acusado de ajudar seu filho prefeito de Petrolina, que utiliza suas verbas para aliciar apoiadores e desconsidera os efeitos de suas ações sobre os pobres. O uso político de emendas de relator, do orçamento secreto, também faz parte das denúncias dessas matérias na imprensa. Por outro lado, o bem sucedido programa de cisternas para o povo nordestino do semiárido, que já construiu mais de um milhão de cisternas, está sendo dramaticamente reduzido pelo governo Bolsonaro. O que resta, está cada vez mais sendo utilizado politicamente para beneficiar os seus apoiadores na região.

A Pesquisa Mensal do Comércio mostra queda em todas as atividades pesquisadas, segundo o IBGE. Livros, móveis, eletrodomésticos e combustíveis lideram as quedas. Vestuário, outros

produtos pessoais e material para escritório tiveram alta mensal.

O Nubank, banco digital sem agências, é maior do que Itaú, Bradesco e Santander, se tornando o maior banco da América Latina, negociando suas ações na Bolsa de Nova Iorque. No seu lançamento, o Nubank captou 2,8 bilhões de dólares e tem um valor de mercado de 233 bilhões de reais, acima dos grandes bancos tradicionais brasileiros. Operando virtualmente, o novo banco atrai investidores mais jovens.

É o maior choque de juros dos últimos vinte anos: nos últimos nove meses os juros básicos (Selic) subiram 7,25 pontos percentuais, atingindo 9,25% ao ano. A inflação, fortemente influenciada por variáveis de oferta - como preços dos combustíveis, da energia elétrica e falta de insumos intermediários - não responde ao choque e continua persistindo na sua alta. Mesmo com o PIB em recessão técnica, com quedas em dois trimestres seguidos, o BC continua com sua política de juros altos para desaquecer ainda mais a economia. Alega que alguns itens de serviços tiveram preços elevados no último trimestre e sobre eles a política monetária tem efeitos diretos. Mais desemprego, recessão generalizada e queda do crescimento são as perspectivas para o próximo trimestre.

O comunicado do BC, que ganhou autonomia recentemente, é mais duro do que o esperado pelos analistas, sinalizando completo descompromisso com o crescimento. O IPCA (índice que mede a inflação) de novembro acumula alta de 10,74% em doze meses, a maior taxa inflacionária desde 2003. Preços dos combustíveis foram a principal causa da elevação do mês, que também foi impactada pelo grupo Habitação, onde se mede o efei-

to das tarifas de energia. Comidas e bebidas deixaram de crescer aliviando o custo de vida para os mais pobres.

O presidente da CNA, João Martins da Silva Júnior, disse que o apoio do agronegócio a Bolsonaro em 2018 foi pontual e pode não se repetir em 2022. Disse ainda que a entidade apresentará reivindicações a todos os candidatos presidenciais nas próximas eleições. Em meio a tanta notícia ruim da economia, o agronegócio comemora as recentes projeções de desempenho recorde na produção agrícola brasileira, com aumento de 15,1% na produção de grãos para a safra de 2021/22. Apesar do excelente desempenho – crescimento de 55% na produção de grãos em dez anos –, a agropecuária pesa pouco no PIB brasileiro, apenas 6,8% em 2020, ante 20,4% da indústria total e 72,8% do setor de serviços. Por isso, as boas perspectivas não conseguem compensar a paradeira no resto do PIB. A comida deve continuar cara no começo de 2022 e só desacelera no 2º semestre. A inflação no setor é provocada por aumento de custos na cadeia de produção. Os aumentos no primeiro semestre vão ser gerais por causa de encarecimento na cadeia de produção, com reajustes de grãos e carnes, custos de logística, de energia, crises geopolíticas, barreiras de alguns países e os custos do dólar elevado. É nesse quadro que a carne reaparece no mercado brasileiro durante o Natal, mas o preço junto com o baixo poder aquisitivo da população, inviabilizam a sua aquisição. Há uma mudança de tendência do emprego na agropecuária. Em queda nos últimos anos, a população ocupada do setor subiu para 18,9 milhões no terceiro trimestre deste ano, uma alta de

10,24% em relação a igual período de 2020.

Ajuda memória de 17 de janeiro de 2022

No dia 17 de janeiro, o grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo realizou sua primeira reunião do ano de 2022.

No plano internacional, o ano começa com diversos focos de tensão, com destaque para o conflito causado pela pressão crescente da OTAN na fronteira da Rússia (lembrando que é exatamente nesse momento que Bolsonaro viajará à Rússia).

Ainda no plano internacional, lembramos das eleições que ocorrerão na Colômbia e nos Estados Unidos.

No plano nacional, faltam pouco mais de 9 meses para o primeiro turno das eleições presidenciais, o que politiza ainda mais todos os processos e fatos: a situação econômica, a crise social, a reforma ministerial, os conflitos entre diferentes setores das Forças Armadas, as movimentações dos diferentes partidos e candidaturas no âmbito nacional e nos estados.

Entre os processos e fatos, lembramos também do seguinte: apesar do crescimento do número de vacinados, está em curso um aumento de contaminações pela variante Ômicron, de acelerada taxa de transmissão. Ainda que com efeitos mais leves, as novas contaminações estão pressionando os sistemas de saúde, ameaçando a disponibilidade de serviços médicos.

Nesse contexto de tantas dificuldades para o povo brasileiro, ganha especial e crescente importância que o Partido dos Trabalhadores acione com velocidade seus mecanismos internos de debate e deliberação, para garantir o máximo de unidade possível, não apenas em temas como alianças e composição das chapas,

mas também para os temas programáticos.

Ao mesmo tempo é decisivo não subestimar os inimigos, seja no plano da ação de governo (orçamento secreto, liberação de emendas, pequenas obras, aumento de auxílios, gastos de entes subnacionais etc.), seja no plano da política estrita (onde está evidente a importância que terá o debate ideológico, com a defesa de uma “pauta ideológica” antipetista e tudo o mais).

Nossa linha geral deve – como já foi dito recentemente – dar prioridade à vida material do povo e não aos desejos da Faria Lima. Entre os muitos motivos para termos tal atitude, destaca-se o crescimento brutal da desigualdade no Brasil e no mundo (ver a esse respeito <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>).

O atendimento das grandes carências sociais – saúde, habitação, saneamento, transporte de massas, estruturas para serviços estatais etc.– contribuirá para a reindustrialização nacional, para a geração de empregos com direitos sociais, para o combate à fome e a miséria. As catástrofes ocorridas na Bahia e em Minas Gerais demonstram que a chamada questão ecológica faz parte das grandes questões que afligem a vida do povo.

Nosso programa terá de responder a inúmeros temas de curto, médio e longo prazo, como por exemplo discutir a Petrobras, a indústria de saúde, o tema do trabalho, a privatização da Eletrobras que está na pauta do Congresso, a energia, o preço dos combustíveis e da tarifa elétrica, a fome, a produção de alimentos, o agronegócio etc.

Vejamos agora um sumário dos temas abordados, no texto de subsídio e/ou nas intervenções dos integrantes do grupo de

conjuntura.

A carta do Contra-almirante Antonio Barra Torres, presidente da ANVISA, exigindo que Bolsonaro iniciasse processos disciplinares ou se retratasse das insinuações sobre comportamentos condenáveis da Agência para se posicionar sobre a vacinação de crianças, revela a persistência de contradições no seio das Forças Armadas. Entre elas, o fato de 36 mil militares não terem se vacinado, demonstrando a extensão do negacionismo dentro da tropa. Mas não se deve incorrer no erro de enxergar heróis onde não existem, nem prever cisões irreversíveis onde já se demonstrou prevalecerem sempre interesses de outro tipo.

Por falar nisso, depois do aumento autorizado por Bolsonaro dos salários das polícias Federal e Rodoviária, vários ocupantes de cargos de chefia do Ministério da Economia, do BACEN, da CVM e de outros órgãos com carreiras de Estado iniciaram movimentos para pressionar o governo a ampliar as vantagens para outros órgãos.

Com a aproximação das eleições, a reforma do ministério de Bolsonaro entra na ordem do dia. Também por motivos eleitorais, Bolsonaro diminui o poder do ministro Paulo Guedes nas atividades operacionais de execução do orçamento, atribuindo parte das funções ao ministro Ciro Nogueira da Casa Civil.

Mas não importa o que faça o governo, algumas variáveis econômicas de 2022 já estão dadas. Por exemplo, a inflação deve prosseguir castigando a capacidade de compra do povo brasileiro.

A inflação de 2021 foi a maior desde 2015, com o IPCA acumulado de doze meses atingindo 10,26%, muito acima da meta estabelecida de 3,75%. Os transportes (21,3%), com o enorme

aumento da gasolina e diesel, foi o grupo que mais impactou o nível de preços, que se acelerou no segundo semestre do ano. O segundo item de impacto foi o dos gastos com habitação. As tarifas de energia elétrica também apresentam um grande impacto. Alimentação e bebidas apresentaram um crescimento de 7,94%.

Os preços de combustíveis e as tarifas de energia elétrica continuarão pressionando a inflação em 2022. As chuvas abundantes diminuem a pressão das tarifas, mas os aumentos anteriores não foram suficientes para cobrir o caixa das distribuidoras de energia elétrica. O governo autorizou a captação de empréstimos para auxiliar as distribuidoras de energia elétrica a refazer seu fluxo de caixa, reduzindo os aumentos do ano eleitoral, mas transferindo para depois de 2023 a conta a ser paga pelos consumidores.

Em relação aos combustíveis, os preços internacionais voltaram a subir e os governadores acabaram com o congelamento nominal do ICMS, voltando a pressões por aumento nos postos. O gás de cozinha ainda não teve aumentos, mas deverá ter seus preços corrigidos com a manutenção, ainda que mais moderada, da política de preços da Petrobras e do desmonte do setor de refino.

O BACEN sinaliza que manterá a política de elevação dos juros, que contrai ainda mais a economia, apesar de contrabalançar as pressões para aumentos generalizados de preços. As expectativas do mercado financeiro pioram para o cenário de 2022, tanto em termos de produção e emprego, como de preços, câmbio e juros.

Se no andar de baixo a vida está mais difícil, no andar de cima rola a festa. As fusões e aquisições, com empresas maiores incorporando as menores, cresceram em 44,9% no ano de 2021 em

relação a 2020, com mais de 1500 operações desse tipo. Depois do auge da crise de 2020, os capitais aumentaram sua concentração, assim como ocorreram números recordes de IPOs, emissões iniciais de ações nas Bolsas. As IPOs somaram quase 66 bilhões de reais em 2021.

Alguns setores de investimento público, na onda das privatizações e da tentativa de acelerar as concessões, como saneamento, energia, petróleo, gás natural e siderurgia, têm atraído novos capitais para investimentos em pleno processo eleitoral. São mais de 500 bilhões de dólares de investimentos anunciados até 2030, segundo a consultoria Deleite.

A Petrobras aumentou seu plano de investimentos de 23% em relação ao anterior, atingindo 68 bilhões até 2026. Mais de 44 bilhões em investimentos são esperados nas três maiores empresas estaduais de saneamento – São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Transportes ferroviários, rodoviário e aeroportuários também devem ter uma onda de concessões, mobilizando grande volume de recursos para investimentos. Destaque deve ser dado para a infraestrutura de comunicações, com a expansão do 5G nas cidades brasileiras.

Já ultrapassa 4,2 milhões o número de CPFs investidores na Bolsa de Valores no Brasil. A operação de IPO do Nubank está sendo considerada como a principal responsável pelo salto de 22% desse número, de novembro para dezembro, quando quase 760 mil novos investidores pessoas físicas adquiriram ações do banco digital, que suplantou os bancos tradicionais como Itaú, Santander e Bradesco no tamanho dos bancos privados no país. Os fluxos financeiros continuam atraindo quem tem poupanças nesse

momento, saído das aplicações de renda fixa e voltando para as aplicações de renda variável.

As exportações do agronegócio foram significativas em 2021, gerando receitas recordes. Em 2022, a agricultura brasileira vivenciará realidades bem distintas, consequência do período de estiagem que afetou a produção de soja e de milho, que representam 89% da produção de grãos do país em 2021. O problema não irá atingir a todos do agronegócio: boa parte do Centro-Oeste (que sofreu menos com a seca) será beneficiado, já que a demanda externa e câmbio elevado mantêm os preços das commodities em alta.

Mesmo diversificando as exportações do agronegócio em 2021 para outros países, a China, com uma participação de 30%, ainda é o principal mercado para os produtos brasileiros. Os mercados dos EUA e do Chile foram importantes para o Brasil em 2021 para realocar, em parte, a carne que a China deixou de comprar. O Sudeste Asiático e alguns países da Europa elevaram as compras do produto brasileiro. Na Europa, a Espanha se torna um dos principais mercados e a França, apesar das críticas, aumentou as importações de soja, em 183%, em 2021.

Grandes empresas e instituições financeiras com maior potencial para combater o desmatamento global continuam ignorando as promessas de proteção das florestas feitas na COP26. A ONG Global Canopy analisou 150 bancos, fundos de investimento e de pensão que financiam essas empresas e concluiu que uma, em cada três empresas estudadas, não se comprometeu a proteger as florestas; e 72% delas têm algum objetivo, mas que não se estende a todos os seus produtos ou atividades relacionadas ao desmata-

mento.

Levando em conta os altos lucros auferidos pelos diversos setores do grande capital, compreende-se a reação do empresariado, dos grandes meios de comunicação e dos partidos de centro-direita, frente às declarações de Lula e da presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, apoiando a reforma da legislação trabalhista da Espanha e colocando o tema dos direitos do trabalho no centro do debate político.

Pelos mesmos motivos, os grandes órgãos da imprensa vêm procurando resgatar sua oposição ao programa econômico dos governos liderados pelo PT, reafirmando os princípios neoliberais das reformas almejadas pelos governos que se sucederam, desconsiderando o fracasso dessas políticas. E o grupo de economistas que está elaborando o programa de Doria (PSDB) defende a privatização do BB e a continuidade do fatiamento da Petrobras. No plano fiscal, são contra a revisão do teto dos gastos e da reforma trabalhista. Destaque-se ainda o seguinte: o novo governo terá que tomar decisões sobre a assinatura dos contratos de privatização dos Correios, Eletrobras e Porto de Santos, caso o governo Bolsonaro consiga acelerar as vendas ainda em 2022.

Este é o pano de fundo das movimentações propriamente eleitorais, incluindo candidaturas presidenciais, coligações estaduais, o debate sobre as federações e o uso das verbas do fundo eleitoral, temas que o grupo de conjuntura tratará com mais detalhe em suas próximas reuniões.

Concluimos esta ajuda memória comemorando a vida de dois grandes companheiros: Gustavo Venturi e Celso Daniel, presentes, agora e sempre!!!

Reunimos neste livro mais algumas “ajuda memória” do grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo. Este grupo de conjuntura reúne-se periodicamente, sob coordenação de um diretor da FPA (até 17 de janeiro de 2022, o autor desta apresentação; a partir da reunião seguinte, sob coordenação da diretora Elen Coutinho), tomando como base uma síntese da semana passada, síntese esta elaborada pelo José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Após as reuniões, o coordenador elabora uma ajuda memória dos debates, para circular entre os integrantes da diretoria e do conselho curador da FPA, bem como da direção nacional do PT e parlamentares. Ao reunirmos em formato de livro as “ajuda memória”, buscamos dar uma visão de conjunto do ponto de vista dos integrantes do grupo de conjuntura acerca da evolução da conjuntura mundial, regional e nacional. Se este ponto de vista foi mais ou menos acertado, cabe a você julgar. O primeiro livro e este estão disponíveis para download gratuito. O trabalho de preparação de texto dos dois volumes foi obra de Adriano Bueno, sob supervisão de Valter Pomar.

Dezembro de 2023



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores